



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas - IH Departamento de Serviço Social – SER

Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS

CLASSE TRABALHADORA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL

A interface entre trabalho e sua ideologia nas ocorrências entre os anos de 1990
às eleições de 2018 para o esvaziamento da dimensão das lutas de classes

Sara Miranda de Abreu Coelho

Brasília - DF

2022

Sara Miranda de Abreu Coelho

CLASSE TRABALHADORA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL

A interface entre trabalho e sua ideologia nas ocorrências entre os anos de 1990 às eleições de 2018 para o esvaziamento da dimensão das lutas de classes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior

Brasília - DF

2022

SARA MIRANDA DE ABREU COELHO

Classe trabalhadora sob a égide neoliberal:

A interface entre trabalho e sua ideologia nas ocorrências entre os anos de 1990 às eleições de 2018 para o esvaziamento da dimensão das lutas de classes

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da universidade de Brasília/UnB como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr Newton Narciso Gomes Junior

(Orientador – SER/UnB)

Prof Dr Tiberio Lima Oliveira

(SER/UnB)

Dr Lúcio Willian Mota Siqueira

(Secretaria Municipal de Saúde/SP)

Profª Drª Sandra Oliveira Teixeira

(Suplente SER/UnB)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo tentar identificar quais são as relações estabelecidas entre o trabalho e a sociabilidade capitalistas que afetam os ideais dos trabalhadores, no processo de afrouxamento da consciência e dimensão de classe trabalhadora, principalmente no período de neoliberalização brasileira, a partir da década de 90 até os acontecimentos das eleições de 2018. A hipótese inicial sustenta-se em que a consciência e a luta de classe como devir forem retomados como as principais pautas dentro dos espaços e instituições que se reivindicam revolucionárias, estaria dado o primeiro passo para as disputas ideológicas no âmbito do imaginário social, para a elevação da natureza política da luta sindical, dos movimentos sociais de natureza reivindicatória pavimentando a estrada que conduzirá a uma nova sociedade sem classes sociais antagônicas e sem exploração. Encontrou-se no processo de pesquisa desta dissertação alguns pontos que sustentam o afrouxamento da consciência da classe trabalhadora diante do capitalismo, afetando seus ideais, como a desvalorização da subjetividade diante da objetividade, o distanciamento de nossa ontologia e da dissolução no entendimento enquanto seres humanos-genéricos, ontológicos e comunitários, os efeitos nocivos causados por conta do avanço do capitalismo e da neoliberalização, o enfraquecimento da classe trabalhadora e seus espaços representativos e o surgimento e avanço da pós-modernidade, atrelado ao neoliberalismo. Todas essas questões interligadas corroboram para a permanência do objetivo deste trabalho, afastando assim, nossa sociedade de viver em uma condição diferente, sem exploração e com valores igualitários, proposta pela hipótese da pesquisa.

Palavras-chave: Consciência de classe; classe trabalhadora; neoliberalismo; pós-modernidade.

ABSTRACT

This dissertation has the goal of trying to identify which relations are established among the work and the capitalist sociability which affect the ideals of workers, in the process of loosening the consciousness and dimension of the working class, especially during the Brazilian neoliberalization period, from the 90s until the 2018 election events. The initial hypothesis stands on the becomings of consciousness and class struggle returning among the main topics within spaces and institutions that reclaim revolutionaries, being taken as the first step to ideological disputes in the scope of the social imaginary, to elevate the nature of sindical political struggle, of social movements from reclaimed nature paving the road that will lead to a new society without antagonic classes and without exploration. It was found in the process of research for this dissertation some topics that support the loosening of consciousness for the working class before capitalism, affecting their ideals, as well as devaluing the subjectivity in favor of objectivity, the distancing of our ontology and the dissolution of our understanding as generic beings, ontologic and communitarian, the harmful effects caused on the accounts of the capitalist advance and neoliberalization, the weakening of the working class and their representative spaces and the surge of the advance of post-modernity, tied to the neoliberalism. All of these questions interconnected corroborate to the permanence of the objective of this work, therefore distancing our society to live in a different condition, without exploration and with egalitarian values, proposed by the hypothesis of this research.

Keywords: Class consciousness; working class; neoliberalism; post-modernity.

Sumário

Introdução e Justificativa.....	6
Capítulo 1 – Subjetividade e objetividade: Esferas necessárias para retomada da ontologia do ser social e reavivamento da consciência de classe.....	12
Capítulo 2 – Pós-modernidade, enquanto estratégia de solidificação subjetiva do capital no espaço da neoliberalização	32
2.1. O que é pós-modernidade? Apanhados iniciais a partir da primeira obra filosófica publicada.....	32
2.2. Breve contextualização sobre o Neoliberalismo.....	35
2.3. Pós-modernidade e Neoliberalismo: Dois “produtos” de um mesmo momento histórico	39
Capítulo 3 – A importância da configuração brasileira para a formação da sua classe trabalhadora e consciência de classe diante do aprofundamento neoliberal ao longo dos anos	53
3.1. Brasil e o Capitalismo Dependente.....	53
3.2. Início da formação da classe trabalhadora, do seu movimento sindical e a influência para a construção de identidade e consciência enquanto trabalhadores no contexto brasileiro aprofundado pela neoliberalização	56
Referências	96

Introdução e Justificativa

Ao ingressar no curso de Serviço Social na Universidade de Brasília (UnB), aprendo o que é classe trabalhadora, proletariado e assim, me entendo enquanto sujeito social neste processo. A compreensão e o entendimento como classe trabalhadora ampliou meus horizontes e alimentou um almejo por algo crucial, uma sociedade sem exploração. Com a minha caminhada acadêmica e o adensamento de minhas leituras, vários pontos se destacam, mas um tema em particular me inquieta e desperta a curiosidade ansiosa de quem, de repente, se vê diante de uma contradição entre a teoria e a prática.

A alienação da classe trabalhadora e a perda gradual da sua dimensão de luta de classe, que forças foram essas que agindo no imaginário social enfraqueceu na classe trabalhadora a ideia da classe para si? Por que a cada dia a vertente economicista avança enquanto as dimensões da ideologia emancipatória se encolhem diante de sindicatos e movimentos que projetam a prosperidade econômica de cada um acima da emancipação de todas as pessoas, da exploração que as sufoca?

Ao me ver assaltada por essas questões, que a rigor expõem a corrupção da consciência de classe por meio da alienação que o dinheiro, a posse e a busca por distinção suscitam, o desespero do primeiro momento que escancarou a desilusão com a classe trabalhadora e seu papel emancipatório deu vez a necessidade de buscar respostas para explicarem a realidade e, só assim o desespero cedeu vez para a indignação e o compromisso de, escrupulosamente entender como a ideologia do capital vem se impondo sobre tudo e todos.

A proposta é de tentar identificar quais são as relações estabelecidas entre o trabalho e a sociabilidade capitalistas que afetam os ideais dos trabalhadores, no processo de afrouxamento da consciência e dimensão de classe trabalhadora, principalmente no período de neoliberalização brasileira. O período histórico sobre o qual pretendo me debruçar se inicia nos anos finais da década de 1990 e se alonga até as eleições de 2018 que deram a vitória ao projeto neofacista de Bolsonaro. A pergunta que motiva essa investigação é direta: Quais foram os determinantes que levaram ao processo de alienação dos trabalhadores e a perda gradual da sua dimensão de luta de classe, mesmo com um projeto de democratização do país que lançou as bases para uma proposta que se anunciava democrática-popular desde os anos 1980, impor tão rapidamente uma derrota vigorosa à classe trabalhadora brasileira?

Quando aprofundado o debate da alienação e trabalho no neoliberalismo, é possível tratar outros elementos que circundam tal assunto, como a violência do Estado a mando da burguesia, enfraquecimento sindical, o estímulo ao consumo conspícuo como marcador de prosperidade individual, pós-modernismo como valor ideológico que açambarcar, sem resistências, tudo e todos na sociedade e não menos decisivo, as transformações pelas quais passa o modo de produção capitalista com reflexos devastadores sobre o trabalho e sua centralidade.

Logo, elucidar qualquer implicação histórica existente na trajetória da classe trabalhadora, acarreta diretamente falar sobre as contraposições e contradições impostas a ela. “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”. (MARX; ENGELS, 2010, p. 40). No sistema capitalista, estas são colocadas enquanto grupos em conflitos entre em si, estando em oposição por conta da propriedade dos meios de produção, que irá se tornar um eixo primordial na divisão dos grupos: Burguesia x Proletários. Possuidores e despossuídos, donos dos meios de produção vs. donos de sua força de trabalho.

Desde seus primórdios, a burguesia se constituiu como classe hegemônica. Sobre isso, Lukács afirma que,

como a dominação da burguesia estende-se efetivamente para a toda a sociedade, como ela aspira realmente a organizar toda a sociedade de acordo com os seus interesses, e em parte o realizou, era necessário criar uma doutrina fechada da economia, do estado e da sociedade etc. (o que já pressupõem, em si e por si, uma “visão do mundo”), como ampliar e tornar consciente em si a crença em sua própria vocação para essa dominação e organização (...) resta a ilusão das outras classes, sua permanência numa consciência de classe confusa como pressuposto indispensável para a manutenção do regime burguês (LUKÁCS, 2018, p. 167).

Já a classe trabalhadora, caracteriza-se como sujeito primordial na criação das mercadorias, a partir da venda da sua força de trabalho. Portanto, a classe trabalhadora “é colocado pela história diante da tarefa de uma transformação consciente da sociedade” (LUKÁCS, 2018, p. 176).

Sendo meu **objeto** o foco na relação entre trabalho e ideologia da classe trabalhadora sob o neoliberalismo, no afrouxamento e perda gradual da sua dimensão de luta de classe, do início da década de 90 até os acontecimentos das eleições de 2018. E o meu **problema de pesquisa** referindo-se a: entender em que momento houve abertura para ocorrer uma brecha ideológica na classe trabalhadora e o que faziam as centrais sindicais nesse momento? E se ainda existe território para uma disputa de consciência, pensando a longo prazo.

Constitui o objeto de interesse desta pesquisa enquanto a relação entre trabalho e ideologia da classe trabalhadora sob o neoliberalismo, no afrouxamento e perda gradual da sua dimensão de luta de classe, do início da década de 90 até os acontecimentos das eleições de 2018. A hipótese de pesquisa encontra-se definida enquanto: Se a consciência e a luta de classes como devir forem retomados como as principais pautas dentro dos espaços e instituições que se reivindicam revolucionárias, estaria dado o primeiro passo para as disputas ideológicas no âmbito do imaginário social, para a elevação da natureza política da luta sindical, dos movimentos sociais de natureza reivindicatória pavimentando a estrada que conduzirá a uma nova sociedade sem classes sociais antagônicas e sem exploração.

A primeira indagação que tive e que foi capaz de conduzir a investigação deste trabalho, sendo a questão de partida desta pesquisa: Quais foram os determinantes que levaram ao processo de alienação dos trabalhadores e a perda gradual da sua dimensão de luta de classe, mesmo com um projeto de democratização do país que lançou as bases para uma proposta que se anunciava democrática-popular desde os anos 1980, impor tão rapidamente uma derrota vigorosa à classe trabalhadora brasileira?

Assim, a presente pesquisa teve como **objetivo geral** tentar identificar quais são as relações estabelecidas entre o trabalho e a sociabilidade capitalistas que afetam os ideais dos trabalhadores, no processo de afrouxamento da consciência e dimensão de classe trabalhadora, principalmente no período de neoliberalização brasileira, a partir da década de 90 até os acontecimentos das eleições de 2018. Deste objetivo geral, três específicos surgiram: Entender a relação entre trabalho e a atual ideologia e alienação que tende a se consolidar como marcador teórico das ações de amplos segmentos da classe trabalhadora; Compreender a ideologia neoliberal e como ela se apresenta para a classe trabalhadora; Entender como as centrais sindicais se comportaram e tem se comportado frente os temas mais candentes da conjuntura;

O que tange a metodologia, optei na utilização do método materialista histórico-dialético. Lefebvre entende o método como a representação do universal concreto “Fornecer leis que são supremamente objetivas, sendo ao mesmo tempo leis do real e leis do pensamento, isto é, leis de todo movimento, tanto no real quanto no pensamento” (1983, p. 237). Logo, opto em ancorar meu trabalho nos três pilares que esse método se compõe. Sendo, materialista porque parte do campo da ação, do nosso campo real, histórico porque resgata a historicidade ao objeto, confere a ele essa historicidade, pois tudo tem um ponto de partida e por fim dialético porque tem um movimento de oposição, conflito entre o pesquisador e o seu objeto.

O método, então, visa observar e estudar o objeto de forma dialética, buscando abstrair o que está aparente e apreender o concreto e o real por trás dele, pois de acordo com Lefebvre (1983) remetem dialeticamente um ao outro, através de uma mediação, de um termo médio. Entre o universal e o concreto, é impossível suprimir a mediação do particular (LEFEBVRE, 1983, p. 237). Reinaldo Pontes sinaliza que,

A dialética entre o universal e singular processa-se através da particularidade, que no dizer de Lukács é um campo de mediações. É neste campo de mediações que os fatos singulares se vitaliza com as grandes leis da universalidade, e a universalidade se embebe da realidade do singular. (...) A relação indivíduo-sociedade, particularizando-se num campo de mediações, passa a elucidar o modo de ser histórico de nascimento, de funcionamento, de movimento de um complexo total e das forças que se embatem no seu evoluir processual. (PONTES, 1999, p. 10)

Porém apesar de sua existência, Pontes (1999) também pontua que não existe resposta pronta, apesar de parecer que existem “passos”, convergindo com Netto (2011), que afirma que Marx não opera com definições,

Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. Recordemos a passagem de Lênin que citamos: Marx não nos entregou uma Lógica, deu-nos a lógica d O capital. Isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que “pensava” do capital: ele nos descobriu a estrutura e a dinâmica reais do capital; não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua (própria, imanente ao capital) lógica – numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a reprodução ideal do seu movimento real. (...) O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (NETTO, 2011, p. 52-53).

Na verdade, a ideia da mediação enquanto conexão, de acordo com Lefebvre (1983) seria de lei de interação universal. Assim, não pode haver movimentos demarcados para a análise e sim, o entendimento de que nada é isolado. O autor pontua que ao tentar separá-lo da realidade, estaria o matando, pois lhe privaria de sentido. Sendo um dos pontos importantes sobre a pesquisa proposta, o olhar dado aos processos sociais. Estes serão considerados em sua totalidade, entendendo que tal é um processo de unidade. “Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas” (NETTO, 2011, p. 56).

Sendo assim, não é possível observá-la de uma maneira fragmentada, só podendo ser olhado na qualidade de uma totalidade em sua complexidade contraditória. “A realidade é concreta exatamente por isto, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade.” (NETTO, 2011, p. 44). Logo, será utilizado o método

de aproximações sucessivas, “que consiste em passar do mais abstrato para o mais concreto, em fases sucessivas afastando suposições simplificadoras os sucessivos estágios de investigação”. (SWEEZY, 1976, p. 39-40)

Logo, a pesquisa parte da análise do objeto inserido na unidade da contradição (LEFEBVRE, 1983) do nosso cotidiano, em que as classes sociais são consideradas como parte de um segmento político, econômico, social e histórico que está ligado diretamente com o nascimento do capitalismo, estando então, estruturadas por tal sistema e tendo papéis estruturantes para que continue ocorrendo a reprodução social por meio deste.

Buscando mostrar que as mudanças do trabalho dentro do neoliberalismo, tem um papel fundamental nesse modo de produção, propiciando o distanciamento da classe trabalhadora com sua face de luta. Analisei como a ideologia neoliberal se apresenta aos trabalhadores e como as centrais sindicais se comportaram e se comportam atualmente frente a conjuntura, na investigação para descobrir se é possível fazer uma disputa ideológica, a fim de retomar os interesses da classe trabalhadora e pleitear uma outra ordem societária a longo prazo.

A pesquisa está baseada em resgatar aspectos da subjetividade, que apesar de ligados à objetividade, muitas vezes acabam sendo desconsiderados. Então, enquanto procedimentos metodológicos considero que o espaço em que a pesquisa está fundamentada, importa-se com o que “corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 22).

Desta maneira, a pesquisa qualitativa é utilizada no trabalho, pois de acordo com Minayo (2001) a pesquisa qualitativa trabalha diferentes significados, crenças e valores, que “considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos” (MINAYO, 2001, p. 25) e ainda entende a relação existente entre o mundo natural e social, que é de oposição e complementação, vendo a necessidade de trabalhar com a complexidade dos “objetos sociais”.

Unindo-se a isso, utilizo a análise de conteúdo, por ser uma técnica utilizada para verificar hipóteses e/ou questões levantadas (MINAYO, 2001). A autora pontua que “através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses)”. (MINAYO, 2001, p. 74). Sendo assim, utilizo: livros, artigos, dissertações, teses especializadas, como fontes para analisar tais conteúdos.

Isso foi feito na intenção de chegar mais próximo ao objeto, compreendendo seus determinantes históricos, sociais e econômicos, inseridos dentro de uma realidade contraditória. Utilizando então as fontes já citadas, dando preferência a obras marxistas, pautadas nas seguintes temáticas: trabalho, consciência de classe, neoliberalismo, alienação, classe trabalhadora, que foram também escolhidas enquanto temáticas-chaves para a pesquisa.

Por fim, a presente dissertação divide-se em três capítulos. No capítulo 1, debato sobre subjetividade e objetividade, o distanciamento de nossa ontologia e como isso afeta o trabalho e o entendimento de classe. No capítulo 2 discuto sobre a pós-modernidade e o neoliberalismo, como esses dois pensamentos trabalham conjuntamente para solidificar a subjetividade hegemônica do capital e no capítulo 3, abordo como a formação da classe trabalhadora e do movimento sindical influencia a construção de identidade e consciência dos trabalhadores no contexto brasileiro.

Capítulo 1 – Subjetividade e objetividade: Esferas necessárias para retomada da ontologia do ser social e reavivamento da consciência de classe

De acordo com Netto (2011), Marx aflora enquanto um pensador original durante os anos de 1843 e 1844, ao se deparar com a filosofia de Hegel. Porém é devido à Engels que já se debruçava sobre as temáticas que envolviam a economia política, que Marx adentrou e direcionou seus estudos, resultando no surgimento de O Capital e o adensamento de sua obra posteriormente.

É indiscutível a importância dos temas tratados em O Capital e seus desdobramentos ao longo dos anos, porém para que Marx chegasse até o ápice de sua obra na primeira publicação do livro em 1867, passaram-se aproximadamente 23 anos de trabalho e estudos tanto voltados para a escrita do livro em si, como também na sua trajetória para o amadurecimento de suas ideias. Ponto isso, pois para os assuntos desenvolvidos a seguir, a obra de Marx que será mais debatida é uma daquelas que trouxe à tona, o autor como um escritor e pensador original. Irei focar em um de seus debates iniciais, que está ancorado na contradição ao método hegeliano, também irei analisar criticamente e buscar ressignificar algumas leituras da filosofia hegeliana fazendo contraponto com o meu objetivo de pesquisa.

Tenho como meu objetivo tentar identificar quais são as relações estabelecidas entre o trabalho e a sociabilidade capitalistas que afetam os ideais dos trabalhadores, no processo de afrouxamento da consciência e dimensão de classe trabalhadora, principalmente no período de neoliberalização brasileira, a partir da década de 90 até os acontecimentos das eleições de 2018. Para entender isso, faz-se necessário a existência de um movimento histórico para tentar achar o cerne do processo da “consciência” e traçar tal caminho elencando elementos hegelianos para o tema. Isso porque Hegel (2014) afirma que para si, espírito é igual a consciência, por isso busco traçar semelhanças na ideia de espírito de Hegel, em um olhar materialista histórico e dialético.

A ideia de trazer um debate sobre consciência, existe para chegar até o ponto do aparecimento do debate sobre consciência de classe, sendo impossível tal feito sem atrelar esse debate em Marx. Apesar de Hegel já ter algumas pontuações e considerar a ontologia do trabalho, o posicionamento desta pesquisa coloca-se como materialista, histórica e dialética e para iniciar o debate central deste trabalho, é necessário que ocorra um consenso sobre a perda e afrouxamento de consciência e desentendimento enquanto classe, em uma perspectiva marxista.

Demarco e entendo que os pontos básicos e iniciais para o distanciamento de nossa ontologia são, a perda de paixão, de comprometimento, de sentimento revolucionário e vontade de participar e para isso utilizarei inicialmente o debate feito por Marx em “Manuscritos econômicos-filosóficos” como o ponto de partida, pois é nessa obra que o autor começa a desenvolver e amadurecer a ideia do materialismo histórico dialético e faz isso em razão a sua oposição ao idealismo hegeliano.

É a partir daí que Marx apropria-se criticamente do termo dialética, que antes era utilizada como dialética negativa por Hegel e designa a ele outro significado dentro de uma visão estrutural e produtiva, sendo “[...] inegável que o resultado mais importante e revolucionário da crítica do pensamento hegeliano é a descoberta da dialética marxista” (IANNI, 1988, p. 11). Segundo Ianni, Marx pontua que a dialética é primordial para entender e transformar o capitalismo e que “[...] enquanto a dialética hegeliana é um método de pensar o real, a dialética marxista é um método de pensar e transformar o real” (IANNI, 1988, p. 12).

Logo, Ianni (1988) afirma que a dialética marxista consegue atuar tanto no campo da transformação e também na interpretação da realidade. Percebe-se que Hegel, realmente permanece em uma ótica idealista da situação, lidando com as questões de uma maneira mais superficial e aparente. Isso fica visível quando Marx (2010) afirma que Hegel relata um movimento abstrato da história, pois este apreende a negação da negação do movimento histórico, já que este não capta a essência daquilo que está posto e sim, com a negação daquilo que não se é, como um exemplo “sei que não sou isso, mas o que sou?”.

Ainda pontuando o sistema de Hegel, Marx (2010) afirma que o real e autêntico espaço de nascimento e segredo da filosofia hegeliana, está na Fenomenologia. Deste modo, Marx (2010) divide o entendimento da Fenomenologia hegeliana em quatro pontos:

Fenomenologia

A) A *consciência-de-si*

I. *Consciência*. a) Certeza sensível ou o isto e o visar (*Meinen*). b) A *percepção*, ou a coisa (*Ding*) com suas propriedades e a *ilusão*. c) Força e entendimento, fenômeno e mundo suprassensível.

II. A *consciência-de-si*. A verdade da certeza de si mesmo. a) Dependência e independência da consciência-de-si, dominação e escravidão. b) Liberdade da consciência-de-si. Estoicismo, cepticismo, a consciência infeliz.

III. *Razão*. Certeza e verdade da razão. a) Razão observadora; observação da natureza e da consciência-de-si. b) Efetivação da consciência-de-si racional. Prazer e necessidade. A lei do coração e o delírio da presunção. A virtude e o curso do mundo. c) A individualidade, que é real em e para si [mesma]. O reino animal espiritual e a impostura ou a coisa (*Sache*) mesma. A razão legisladora. Razão examinadora das leis.

B) *Espírito*. I. Espírito *verdadeiro*, a eticidade. II. Espírito estranhado de si, a formação (*Bildung*). III. O espírito certo de si mesmo: a moralidade.

C) A *religião*. Religião natural, a religião da arte, religião revelada.

D) O *saber absoluto* (MARX, 2010, p. 119).

Fundamentado nessa divisão, Marx (2010) afirma que o espírito está estranhado do mundo e está concebido de forma abstrata, já que isso ocorre por meio de um estranhamento interior de si mesmo, preexistente. Hegel (2014) entende o espírito enquanto consciência, então Marx (2010) está afirmando que a consciência do ser está concebida de forma estranha. Logo, percebe-se que toda a discussão de Hegel se ampara na abstração e no estranhamento interno do ser, desconsiderando o movimento concreto e totalitário que está posto, pois para ele, tudo é concebido no abstrato. “[...] [até que] encerre sua existência consciente, e [a existência] que lhe corresponde. Pois sua existência efetiva é a abstração” (MARX, 2010, p. 121).

Isso vai de oposto ao pensamento de Marx, que tem em suas bases um pensamento concreto. Sendo, “o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir” (MARX, 2007, p. 87). Conseqüentemente, a realidade posta influencia a produção e reprodução da vida material, “ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (MARX, 2007, p. 87), o que no pensamento de Hegel é justamente o contrário, já que para o autor o princípio está em “conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si” (MARX, 2008, p. 259), ele não desconsidera o concreto, mas entende ele enquanto síntese do diverso e não como ponto de partida, como Marx entende,

Para a consciência - e a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe é o homem real, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real - para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção - que apenas recebe um impulso do exterior - cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque (aqui temos de novo uma tautologia) a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos (MARX, 2008, p. 259).

Marx explicita as diferenças entre seu método, deixando demarcado as diferenças entre ele e Hegel,

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2017a, p. 90).

Porém, apesar das distinções situadas na visão de sociedade, os autores também partem de pontos em comuns. A consciência coloca-se enquanto um dos mais importantes, a consciência existente nos seres humanos, que falta em outros animais e plantas. Para Marx, a consciência é determinada pela sociedade, “O modo de produção da vida material condiciona

o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47). Já Hegel (2014), entende consciência enquanto espírito, por isso Marx (2010) compreende que o espírito em Hegel está estranhado da realidade concreta, enquanto uma consciência estranhada do mundo.

A intenção de me ater a Hegel, está justamente no fato de que este autor se apega em fatores subjetivos ao invés de objetivos e concretos. Considero que, atualmente, perdemos a sensibilidade ao tratarmos de assuntos que tangem a subjetividade e focamos apenas na concretude vigente e esquecemos da abstração possível para assuntos subjetivos. Olhar a falta de convicção, paixão e de “tomada de partido” pela classe trabalhadora apenas pelos aparatos objetivos, reais e concretos acaba tornando-se um olhar incompleto se não considerarmos os “desejos” e “dúvidas” que permeiam a mente dos trabalhadores e que são capturadas diariamente pela hegemonia posta, tanto na subjetividade quanto na objetividade.

E quando pontuo a parte mental, do consciente, estou indo de oposto ao concreto no sentido físico e tátil da coisa. Entendo que o concreto influencia o pensamento, mas penso que existem aparatos que são capturados por nossa consciência, pelo pensamento hegemônico, que estão dentro de uma esfera de fetichização e alienação proposital, que não se coloca necessariamente no campo da concretude e da objetividade.

Logo, quando Hegel fala em consciência, isso está posto e entendido enquanto corpo físico, mas também para além dele, na subjetividade da mente, “no que toca ao conceito do subjetivo, a questão parece centrar-se sobre a existência do corpo vivo, que é, mais especificamente, a real condição material de emergência da subjetividade” (MORAIS, 2020, p. 120). Hegel (2014) não desconsidera a objetividade, para ele “é visto como subjetivo, porém, como subjetivo em sua significação absoluta, dado que ele se põe em unidade com a objetividade e é, desse modo, o princípio de toda a realidade” (MORAIS, 2020, p. 115).

Proponho que buscar remediar o olhar existente sobre a importância entre a subjetividade e a objetividade dentro de uma ótica marxista, poderia facilitar a visualização de algumas pautas difíceis de serem lidas apenas por um olhar puramente concreto. Quando observo a relevância dada para esses temas dentro do idealismo hegeliano, visualizo que retirando a idealização e a abstração como o cerne principal e tentando utilizar alguns desses pontos, estando voltada para uma leitura materialista histórica e dialética, torna-se possível resgatar elementos perdidos pelos marxistas e não por Marx.

Já que o próprio Marx (2010) pontua que, é na abstração pela abstração, na observação de elementos abstratos e subjetivos que podemos analisar e notar fatores que estão ao nosso redor também na ótica concreta. Marx já afirma que,

A “Fenomenologia” é, por isso, a crítica oculta (verborege), em si mesma ainda obscura e mistificadora; mas na medida em que ela retém (hält fest), o estranhamento do homem - ainda que também este último apareça apenas na figura do espírito -, encontrem-se nela ocultos todos os elementos da crítica [...] (MARX, 2010, p. 122).

Os elementos existem, estão lá, porém uma leitura rasa e apenas focada nos fenômenos e na efemeridade, retira elementos estruturantes da análise de elementos subjetivos. Marx critica a questão de que Hegel não buscava modificar a realidade, apenas buscava pensar sobre ela. Ele literalmente configurava seu pensamento no campo da ideia e ali deixou seu marco para o que ele entendia enquanto mundo. Porém Marx (2010) afirma que apesar do estranhamento em Hegel, é na figura do espírito que é possível encontrar muitos elementos para a crítica, dentro de uma ótica estruturante e revolucionária. Já que existem questões sobre os seres humanos, que podem afetar diretamente a nossa consciência de classe. Marx afirma que “O homem enquanto ser objetivo sensível é, por conseguinte, um padecedor, e, porque é um ser que sente o seu tormento, um ser apaixonado” (MARX, 2010, p. 128), ele considera que a paixão é essencial e que se constitui enquanto necessária para se chegar ao objetivo, fator esse subjetivo, atrelado ao nosso espírito/consciência.

Portanto, considero que muitas vezes esquecemos do ser, como Marx (2010) declara, enquanto sensível, passional, que padece diante de questões. Que as vezes, esquecemos da parte interna e subjetiva do ser, não estando desligada do concreto, muito pelo contrário, ligada a totalidade e sua concretude e que só deste jeito é possível analisar a subjetividade de um ser e como isso afeta a tomada de decisões de forma individual e que possam vir a evoluir para interesses de classes e comunitários (MARX, 2007). O entendimento de “classe em si” para “classe para si”, uma “mudança” de termos ancorados em Hegel, que se utilizava do entendimento de consciência em si à consciência para si (MARX, 2007). Por isso, entendo enquanto consciência de classe justamente esse salto de consciência, de se sentir pertencente a um grupo de trabalhadores, a um grupo explorado, em pensar em comunidade.

Apesar da maioria das pessoas se encontrarem distante dessa realidade, da existência real de uma consciência de classe pela classe trabalhadora, de fato, é importante ressaltar algo pontuado por Heller (1985), que apesar de normalmente ser lido enquanto indivíduo, o ser humano é um ser genérico pois é resultado de expressões das suas vivência e relações sociais, ela coloca que “o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas

sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) [...] cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (HELLER, 1985, p. 21).

Heller (1985) deixa nítido a importância do elemento “consciência” e que é constituindo sua relação com a sua comunidade, com a concretude posta, que o ser humano também configura a sua própria consciência, de “eu”, na esfera da sua subjetividade. “Nela, explicitou-se a teleologia do humano-genérico, cuja colocação jamais se orienta para o “Eu”, mas sempre para o “nós” (HELLER, 1985, p. 22).

É evidente a necessidade de ocorrer esse salto, que consigamos nos conectar com partes que estão perdidas por conta de um processo alienatório, mas para isso precisamos de meios e também do entendimento da existência das nossas subjetividades e objetividades, valoradas de forma equilibrada para a tomada desses recursos e interpretação da vida. Pois, muitas vezes a objetividade da vida massacra, mas subjetividade da hegemonia burguesa captura. Hegel quando falava de Espírito, Espírito *verdadeiro*, Espírito estranhado de si, a formação (*Bildung*), que o espírito estava certo de si mesmo, explicava aquilo que ia para além da matéria, do corpo físico, tocando na abstração, na subjetividade.

Marx não tem uma definição de espírito, mas entendo que esse conceito dentro de uma ótica que considere o concreto e o subjetivo e situe-se em um âmbito para além do nosso corpo físico e sim, estando ligado a nossos pensamentos, tal visão de espírito, estaria compreendida como nossa Consciência Objetiva do Mundo Real. Já que para Hegel (2014), espírito é consciência, transpondo este olhar para uma ótica materialista, histórica e dialética, precisamos observar nosso espírito/consciência como algo objetivo e concreto dentro de um mundo real e não idealizado.

Logo, a incomum importância dada ao espírito, aqui é feita de forma proposital, na busca de unir a esfera subjetiva e objetiva e diante disso construir a consciência de classe, atravessada por ambas condições. Sendo capaz, a partir de um processo de abstração do senso comum que está dado, uma análise crítica da nossa subjetividade a partir da totalidade objetiva existente. Pois não considero possível esquecermos a análise de fatores relativos a uma esfera mais subjetiva, tendo em vista o trabalho incessante da hegemonia posta e das mudanças existentes no mundo do trabalho.

Porém, isso só acontece quando se é permitido fazer esse movimento, de pensar para além. Para isso, reafirmo a pontuação de Heller (1985) ao falar que apesar do indivíduo ser singular e genérico, não é desse modo que ele se expressa enquanto representante da espécie, já que existe uma interação entre o ser e a sociedade, a consciência desse indivíduo está atrelada a uma consciência de comunidade, de “nós”,

O indivíduo já pertencia à humanidade - que é a integração suprema - mesmo quando ainda não se formar a uma humanidade unitária, uma história como história universal. [...] Para o homem de uma dada época, o humano-genérico é sempre representado pela comunidade “através” da qual passa o percurso, a história da humanidade (e isso mesmo no caso em que o destino dessa integração concreta seja a catástrofe). Todo homem sempre teve uma relação consciente com essa comunidade; nela se formou sua “consciência de nós”, além de configurar-se também sua própria “consciência do Eu” (HELLER, 1985, p. 21).

Barroco (2010) fundamentada no pensamento de Heller, afirma a existência de um quadro de valores de ideais sociais e pontua a existência de mediações de pensamentos, mas que no cotidiano, elas perdem-se, mantém-se na imediatividade das aparências desses fatos, tal qual Marx (2010) criticava Hegel, por mais que ela não utilize o termo fenomenologia, tais características assemelham-se, mas tal qual Marx (2010) pontuou a questão não é necessariamente a abstração e sim o seu objetivo.

Barroco (2010) e Heller (1985), não necessariamente fazem uma crítica a vida cotidiana¹, a cotidianidade em si, elas apenas configuram este enquanto um espaço, com menor mediação, mais capturada por ideias do senso comum, tornando-o mais alienante, porém não alienada em sua existência, pois é no cotidiano que a vida acontece, “a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais” (HELLER, 1985, p. 39) e que só “existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção” (HELLER, 1985, p. 38). Portanto, a alienação acontece de forma premeditada e dentro de uma sociedade capitalista, é colocada em índices maiores propositalmente.

Barroco (2010) traz consigo que a ideia mais correta está em buscar ampliar as possibilidades de objetividade do humano-genérico e não o suprimir da vida cotidiana, visto que isso seria de certa maneira impossível ou pelo menos entediante e entristecedor. A ideia está muito mais em buscar suprimir a alienação, do que qualquer outra coisa. A autora pontua que a ampliação da consciência está ligada com o trabalho ontológico, arte, ciência, política, filosofia, entre outras atividades que alimentem o ócio e o lazer, unindo o que Heller (1985) entende enquanto nossas atividades não-cotidianas e cotidianas.

Aguiar e Herchmann (2014) afirmam que para Heller, a vida social pode ser dividida no sistema da vida cotidiana e no sistema da vida não-cotidiana, estando as operações

¹ Agnes Heller (1985) pontua que “a vida cotidiana é a vida de todo homem” (HELLER, 1985, p. 17) e que nenhum ser humano consegue se conectar ou se identificar com seu lado humano-genérico em um nível suficiente para conseguir superar ou se desligar da esfera cotidiana (HELLER, 1985).

relacionadas ao da não cotidianidade e ao da cotidianidade. As esferas cotidianas, delimitadas pelo que Heller entende como as ações ligadas a primeira constituição do sujeito, como a linguagem, utensílios e instrumentos que são usados costumeiramente socialmente e os da esfera não-cotidiana estando ligadas às objetivações genéricas do ser humano, objetivações superiores, como a arte, a ciência e a política, por exemplo.

Tais ações não-cotidianas estão ligadas às atividades que Barroco (2010) também considera como importantes para alimentar nosso humano genérico, pois estas buscam conectar o corpo ao espírito, de uma consciência objetiva do mundo real, indo contra a atividades alienantes e indo de encontro com a nossa ontologia. “Não se trata de afirmar que as categorias da cotidianidade sejam alheias às esferas não-cotidianas. Basta aludir à função desempenhada pelos precedentes na atividade política, pela analogia na comparação científica e artística, pela mimese ou pela entonação na arte” (HELLER, 1985, p. 39).

Desse modo, fica visível que tais ações, são atividades não-cotidianas, pois são o opostos das atividades realizadas habitualmente ou que a hegemonia que está imposta socialmente gostaria que as pessoas realizassem, já que quanto mais elas forem desenvolvidas, quanto mais nos distanciarmos da alienação colocada e chegarmos perto de nossa ontologia, mas próximo estaremos de conseguirmos repensar atividades que são verdadeiramente ontológicas e não alienantes, como o trabalho em seu sentido marxiano.

Para Marx (2017a) o trabalho é um processo entre o ser humano e a natureza e quando o ser transforma, pratica uma ação na natureza, ele modifica ela e a si mesmo. É um movimento transformador e por isso considerado ontológico, algo relativo e intrínseco do ser. Porém, quando pensamos em trabalho, pensamos em emprego, postos de trabalho e isso se dá justamente pelo distanciamento da ontologia do trabalho e um outro caráter e significado dado para o que se entende enquanto trabalho ou trabalhar em nossa sociedade. Desta forma, o trabalho ontológico coloca-se enquanto uma atividade não necessariamente ligada a uma remuneração, estando diretamente associada a um dispêndio de energia e transformação pessoal, da natureza e societária.

No Brasil, usamos “trabalho” enquanto única palavra e toda a carga de exploração advinda de atividades assalariadas recaem sobre ela, dificilmente alguém pensará em “trabalho” como uma atividade prazerosa. Na língua inglesa, existe a separação linguística, temos então o *Labour* e *Work*, Engels afirma que “o trabalho que cria valores de uso e é determinado qualitativamente é chamado de *work*, em oposição a *labour*; o trabalho que cria valor e só é medido quantitativamente se chama *labour*, em oposição a *work*” (MARX, 2017a, p. 124, nota 16).

Todavia, essa transformação que é dada ao olhar para esse conceito de trabalho só existe uma vez que não podemos deixar de levar em consideração, seu caráter duplo, por conta da também duplicidade nas formas de valor existentes na mercadoria. Dessa maneira, quando vendemos nossa força de trabalho, estamos disponibilizando essa mercadoria para ser comprada em troca de remuneração. Já que por mais desgastante que seja o trabalho atualmente, temos noção que essa é a única maneira de nos mantermos vivos e ganhamos algo em nossa sociedade.

Isso só acontece pois o ser humano, diferente dos animais (MARX, 2017a) é a única criatura que consegue produzir algo, em que o resultado já existia idealmente em um processo de pensamento, sendo isso o que entendemos enquanto prévia ideação, a ideia de conseguir conceber algo previamente e pôr em prática de forma consciente. Isso traz uma característica única entre os seres, que é a de realizar algo por necessidade e desejo, ao invés de levar em conta simplesmente seu instinto animal.

Hoje quando refletimos sobre a ânsia de produzir algo, normalmente relacionamos isso ao ato de trabalhar, ganhar uma remuneração, ter um emprego, pois estamos atrelados a uma ótica capitalista, mas inicialmente quando o trabalho era observado em sua perspectiva ontológica; aqui entendida enquanto ideal; a produção estava relacionada inicialmente apenas em suprir necessidades básicas.

É definido por Marx, enquanto o valor de uso da mercadoria, “todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso” (MARX, 2017a, p. 124). Logo, “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 2017a, p. 114).

Marx (2017a) afirma que dentro de uma sociedade capitalista, o valor de uso também desempenha outra função que é a de suporte material para a outra forma de valor possível da mercadoria, a de troca. Então, “o valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (Marx, 2017a, p. 114). Dessa maneira, quando Marx (2017a) descreve a dualidade, o misticismo da mercadoria, ele pontua que este não advém do valor de uso e sim do fato que,

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem

dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais (Marx, 2017a, p. 147).

O autor pontua que “é apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2017a, p. 147). Marx (2017a), caracteriza que tal situação ocorre pois os seres humanos passam a estabelecer suas relações por meio daquilo que produzem, a partir dos próprios produtos dos trabalhos por eles produzidos, estabelecendo primeiramente relação com objetos, ao invés de seus produtores, outras pessoas que trabalham e até eles mesmos, tendo em vistas, que estes também estão distanciados da utilidade inicial da produção, do trabalho em seu sentido ontológico. Por isso, estabelecem uma relação de forma fantasmagórica, pois constroem uma conexão com algo que não tem vida, que são as mercadorias por eles produzidas.

Marx (2017a) elucida que existe uma peculiaridade ao caráter social e a conjuntura da produção das mercadorias, resultando em um caráter fetichista no mundo das mercadorias, o mundo existente a partir da fabricação de produtos da mão humana. “A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (MARX, 2017a, p. 148). A ideia do fetichismo está situada no fato de que para o autor “os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total” (MARX, 2017a, p. 148). Desse modo, a afirmação ampara-se no fato de que os trabalhadores só estabelecem contato social por meio da troca dos produtos de seu trabalho. Dessa maneira, o caráter social só aparece quando a troca é instituída, entre produto e entre os trabalhadores.

Então, “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 2017a, p. 148). Reforçando a ideia de que os seres humanos estabelecem relações fantasmagóricas com as coisas, ao invés de integrarem relações sociais com outros seres. Corroborando para a alienação dos trabalhadores e estabelecendo uma relação fetichizada e de certa forma interessante em relação a produção de mercadorias, pois apesar de constituírem seus vínculos inicialmente com os produtos que estes fabricam, o trabalhador passa a ficar mais alienado sobre aquilo que ele produz e estabelece conexão.

Com o desenvolvimento do capitalismo e seu amadurecimento, as pessoas passam a constituir uma relação muito próxima com a mercadoria, por conta da fetichização e o desejo de estabelecer vínculos a partir da troca e da simbologia ao redor dela, mas tornam-se cada vez

mais distantes de seu produto, mesmo elas tendo produzido, tudo isso por conta do processo de alienação imposta.

O processo para o surgimento da alienação, em sua gênese histórica está ligada diretamente à separação do trabalhador da mercadoria, que esse mesmo produz. Isso ocorre quando ao comprar a força de trabalho do proletariado e este não sabendo o real valor do seu trabalho, acaba recebendo somente, uma mínima parte repassada por seu patrão, um sobreproduto que fica como forma de excedente único e exclusivamente para o burguês, a chamada mais-valia (MARX, 2017a).

Isso acontece pois, conforme Marx, o mais-valor e sua taxa está relacionada “não com a soma total, mas com o componente variável do capital, também a grandeza do mais-produto é determinada por sua relação não com o resto do produto total, mas com a parte do produto em que está incorporado o trabalho necessário” (MARX, 2017a, p. 304). Isso quer dizer que aquele que compra a força de trabalho do trabalhador, vai repassar apenas o valor relacionado ao trabalho necessário para produzir aquele produto e não o seu valor total. Isso ocorre pois o trabalhador,

adiciona valor ao material por meio de seu trabalho, não como trabalho de fiação ou de carpintaria, mas como trabalho abstrato, trabalho social em geral, e adiciona uma grandeza determinada de valor não porque seu trabalho tenha um conteúdo útil particular, mas porque dura um tempo determinado (MARX, 2017a, p. 278).

Nessa citação em específico Marx (2017a) está pontuando que independente do que o ser humano faça, independentemente de sua profissão e ação resultante, o trabalhador adiciona valor ao produto por meio do seu trabalho e da jornada de trabalho realizada. Nesse exemplo, ele utiliza o trabalho do fiandeiro e determina que é a partir da sua qualidade abstrata, advinda da forma de valor de troca da mercadoria, que ele adiciona valor por conta do dispêndio de força humana de trabalho e em sua qualidade concreta, proveniente da forma de valor de uso da mercadoria, sua capacidade particular no processo de fiar, que é responsável por ele conseguir transferir para o produto, o valor de sua especificidade existente em sua força de trabalho e desse jeito consegue colocar o seu valor naquele produto.

Marx afirma que o trabalhador coloca valor por conta de sua jornada de trabalho, este que é um valor duplo, já que “o trabalhador não trabalha duas vezes ao mesmo tempo” (MARX, 2017a, p. 304). Muito provavelmente ele trabalha mais do que deveria, porém o valor que o trabalhador adiciona ao produto final é resultante da duplicidade existente do valor de uso e do valor de troca. No valor de uso depositamos nossas capacidades e especificidades para produzir algo, enquanto no valor de troca adicionamos nosso tempo e despendemos então, nossa força humana.

O que ocorre dentro da sociedade capitalista, é justamente o excesso de tempo e força, feita de forma proposital, para que a mais-valia possa ser retirada e que somente uma pequena parte seja repassada para nós, trabalhadores. Tendo em vista que, “a produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2017a, p. 695). Marx, no capítulo que explicita sobre a acumulação primitiva, afirma que,

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção (MARX, 2017a, p. 786).

Marx (2010) afirma que quanto mais o trabalhador se desgasta ao trabalhar, ele acaba tornando-se alheio a si, acaba empobrecendo seu interior e pertencendo menos a si mesmo. A pessoa no processo de produzir, estranha-se enquanto ser e também se estranha da mercadoria que produz, por conseguinte não consegue se visualizar na mercadoria final. Isso nada mais é que um processo de alienação, o estranhamento dos próprios processos de trabalho que esse ser realiza, tornando-se avessos, distantes. Marx pontua que,

O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se social (*sachlich*), é a objetificação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é sua objetificação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetificação como perda do objeto e da servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*) (MARX, 2010, p. 80).

Apesar de a alienação ser um conceito que nasce originalmente para situar o estranhamento do ser em seu próprio processo de produção de mercadorias, o conceito segue sendo utilizado também para pontuar e entender processos em que os trabalhadores se encontram distanciados e estranhados de sua gênese ontológica. “Primeiro, que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz [...] mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” (MARX, 2010, p. 82-83).

Diante disso, acabamos utilizando da alienação para destacar situações que acontecem em nosso cotidiano, que demonstram abertamente que estamos distantes de nossa ontologia.

Portanto, é costumeiro falar que alguém está alienado quando não se reconhece na classe que faz parte ou gostaria de ser. Tais movimentos ocorrem por conta do processo alienatório, mas existe uma questão que perpassa tanto o seu sentido inicial; que está ligado ao estranhamento do ser em seu próprio processo de produção de mercadorias; quanto ao significado dado para as questões que tangem a esfera social, que é a existência e assim influência da classe burguesa.

No processo econômico de produção, a burguesia está fazendo o papel de comprar a força de trabalho, que será a responsável por realizar a mercadoria e é dentro desse processo que ocorre o estranhamento. Nos acontecimentos envoltos na sociabilidade; na esfera social; tais questões só se tornam alienantes, visto que existe uma hegemonia que dita regras, na intenção de continuar a perpetuação de seus valores, mantendo-se influente e hegemônica. Pois, a burguesia precisa desses aparatos para manter-se no topo, para continuar a mandar no processo econômico. A classe de capitalistas, precisa orquestrar sua subjetividade atrelada à objetividade, em perfeita harmonia, para manter-se detentora e exploradora.

E quando olhamos a ótica marxista pensamos imediatamente nessa dualidade existente entre proletariado versus burguesia. Portanto, é de praxe citar a exploração de uma classe por outra, em que citamos o proletariado enquanto parcela que se vê obrigada a vender sua força de trabalho à burguesia, essa que detém os meios de produção. Estando o termo proletariado ligado, de acordo Mattos (2019) a utilização que Marx e Engels davam “quase sempre, associado àqueles que nada possuem, ou melhor àqueles que não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, a não ser vendendo como mercadoria sua força de trabalho” (MATTOS, 2019, p. 26), estando ligado ao significado em latim, que situava tal pessoa como possuidor de si mesmo e de seus filhos, a sua prole. E apesar da centralidade existente entre a dualidade encontrada no embate da burguesia x proletariado, existem outras frações de classe que podem ser adicionadas nesse bojo teórico².

De acordo com o Manifesto Comunista (2010), Marx e Engels mencionam outras parcelas como o lumpemproletariado, produto passivo da putrefação das camadas mais baixas, identificando estes enquanto desempregados, incapacitados para trabalhar e possíveis

² No capítulo 52, do livro 3 de “O Capital”. Marx pontua que “Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista” (MARX, 2017b, p. 947). Opto em continuar no debate da dualidade de duas classes, apesar da existência de tal pensamento, apesar de inacabado.

criminosos, também se referem às camadas inferiores da classe média, como uma parcela ligada a uma lógica de oportunismo, em que os pequenos comerciantes e fabricantes, artesãos, camponeses, estariam também ligados à necessidade existente em viver da renda e que só se mostram combatentes à burguesia quando esta passa a comprometer sua existência e por fim, os pequeno-burgueses, “os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terras, os burgueses não industriais” (MARX; ENGELS, 2010, p. 47), Marx e Engels (2010) afirmam que diante deles, os proletários estariam enfrentando os inimigos dos seus inimigos, mostrando que sim, esta parcela é inimiga da população proletária, pois se constituem opostamente aos objetivos desta classe, mas talvez de uma forma um pouco menos agressiva que a burguesia.

A pontuação destas outras frações de classe torna-se importante para explicar o caráter revolucionário único do proletariado, mesmo que existam parcelas que possam tornar-se revolucionárias; como as camadas inferiores da classe média; essas só fazem tal movimento por interesse financeiro próprio. Porém aqui é importante ressaltar um ponto, que é o fato, de que Marx e Engels (2010) deixaram explícitos uma diferenciação ao falar sobre “as camadas inferiores” da classe média e não se aterem a classe por inteiro, ao pontuarem que essa parcela sim, seria recrutada pelo proletariado, “o proletariado é recrutado em todas as classes da população”(MARX; ENGELS, 2010, p. 47) e que isso acontece pelos seguintes motivos “uns porque seu pequeno capital não permite empregar os processos da grande indústria e sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção” (MARX; ENGELS, 2010, p. 47).

Acho importante ressaltar isso, pois o debate que tange a existência da classe média, é no mínimo complexo e muitas vezes se mistura ao debate dos pequeno-burgueses e também a existência desta enquanto partícipe ou não do proletariado. O debate de classe não foi algo totalmente definido por Marx e Engels ao final de sua obra, apesar de ao longo de O Capital e de outras obras, estes pontuarem sobre o que cada uma representa dentro desse jogo de poder. Anteriormente a publicação do Manifesto Comunista, Engels disponibilizou um texto intitulado “Princípios Básicos do Comunismo” em novembro de 1847, definindo o que ele entendia por classe trabalhadora e burguesia,

A classe dos grandes capitalistas que, em todos os países civilizados, estão quase exclusivamente na posse de todos os meios de existência e das matérias-primas e dos instrumentos (máquinas, fábricas) necessários para a produção dos meios de existência; esta é a classe dos burgueses, ou a burguesia. A classe dos que nada possuem, os quais, em virtude disso, estão obrigados a vender o seu trabalho aos burgueses a fim de obter em troca os meios de existência necessários ao seu sustento. Esta classe chama-se a classe dos proletários, ou o proletariado (ENGELS, 1982, p. 3).

Engels ainda reitera isso na primeira nota de rodapé do Manifesto Comunista, os autores pontuam tais definições ao passar dos anos em seus escritos, mas tanto Engels quanto Marx não encerram esse debate propriamente. No terceiro livro de O Capital, Marx nos indaga sobre “o que vem a ser uma classe?” (MARX, 2017b, p. 947) e “o que faz com que assalariados, capitalistas e proprietários da terra constituam as três grandes classes sociais?” (MARX, 2017b, p. 947-948). Inicialmente no Manifesto Comunista, ele coloca apenas burgueses x proletariado, porém ele adiciona outra classe no final de sua obra; o livro três de O Capital, que são os proprietários da terra, que também viriam a constituir como um pilar nessa disputa. No Manifesto Comunista, estes seriam vistos enquanto pequeno-burgueses, o que ele define enquanto “os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terras, os burgueses não industriais” (MARX; ENGELS, 2010, p. 47) e como uma classe existente dentro desse bojo e não necessariamente, como uma classe no mesmo “patamar” da burguesia.

Isso demonstra que tal qual o método marxista se propõe, o entendimento pode mudar de acordo com os acontecimentos sociais, não estando estacionado ou dado e sim mudando dialeticamente. Marx (2017b) pontua que inicialmente, em um primeiro olhar, essas classes poderiam ser diferenciadas pelos seus rendimentos e suas fontes. Os assalariados viveriam do salário e da valorização da sua força de trabalho, os capitalistas viveriam do lucro e de seu capital e por fim, que os proprietários de terra, viveriam da renda da terra e de sua propriedade fundiária (MARX, 2017b). Porém se isso fosse dado somente dessa maneira, Marx (2017b) também afirma que os médicos e funcionários públicos também seriam de duas classes distintas, pois não pertencem ao mesmo grupo social.

Nunca saberemos de fato o que Marx entende enquanto uma classe ou o que para ele diferenciaria de fato essas três, já que este manuscrito se interrompe sem respostas. Porém, ao longo da obra do autor, este constrói apontamentos sobre e depois disso, muitos autores marxistas debateram e esmiuçaram sobre tal assunto. Mattos entende que “classe” é um termo que “remete à ideia de uma parte específica de um conjunto maior, de grupo de ou categoria” (MATTOS, 2019, p. 22) e aqui parto do mesmo entendimento do autor para pontuar discorrer sobre as classes.

Entendo que a burguesia se mostra como classe detentora dos meios de produção, responsável pela compra da força de trabalho da classe trabalhadora. Tendo em vista que ela pode ser considerada enquanto classe pois organiza-se em um grupo e compartilha de ideias e objetivos. É tanto que no processo de explorar e alienar o proletariado essa “fez do médico, do

jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados” (MARX; ENGELS, 2010, p. 42), para defender e proteger seus interesses de grupo. Dialogo com Lukács (2008), quando este afirma que a consciência desta classe está formalmente ligada a uma consciência econômica, já que esta visa o máximo de acumulação que conseguir retirar dos processos de trabalho realizados pela classe trabalhadora, na forma de mais valia e do lucro, advindo da venda da mercadoria. “A burguesia controla cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos” (MARX; ENGELS, 2010, p. 44). Ela está ligada economicamente, mas principalmente no desejo de perpetuar seus ideais de classe de forma inconsciente e consciente, para só dessa forma conseguir aplicar isso na esfera econômica, dentro de um movimento cíclico.

Aqui afirmo que existem e irão existir diversas análises sobre todas as classes, sobre o que são classes, mas que meu objetivo está em tentar identificar quais são as relações estabelecidas entre o trabalho e a sociabilidade capitalista que afetam os ideais dos trabalhadores, no processo de afrouxamento da consciência e dimensão de classe trabalhadora, situado no Brasil com o recorte temporal definido. Entendo o que é a burguesia e qual é seu desejo, mas a ideia está de fato em me ater a classe trabalhadora e suas faces e suas especificidades.

Acho importante demarcar que entendo que nessa pesquisa, trabalharei focada com a dualidade existente entre burgueses e proletários, mas que não entendo estes como grupos dados e fechados, uma vez que entendo isso como algo impossível. Marx (2017a) ao afirmar que “a criação de uma jornada normal de trabalho, é por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalistas e trabalhadora” (MARX, 2017a, p. 370), discorre sobre as classes capitalistas e não uma classe capitalista somente, entendendo sua heterogeneidade, mas possivelmente também contemplando aqui os capitalistas e os proprietários da terra; os burgueses não industriais.

Não irei me ater às diferenças e as modificações sofridas pelos entendimentos de burguesia ou de outras classes que se adicionaram no bojo que estaria circunscrito aos detentores do capital, dinheiro e heranças, por conta do meu objetivo de pesquisa já pontuado. Porém, quando discorro sobre o proletariado também não parto de um conceito fechado e não amplo para tal grupo. Ao escrever sobre classe trabalhadora em Marx, Mattos (2019) afirma que “a classe trabalhadora foi por ele definida, de forma bastante ampla, como conjunto de

peças que vivem da venda de sua força de trabalho por meio, primordialmente do assalariamento” (MATTOS, 2019, p. 26) e que nem mesmo o autor diferenciou a classe trabalhadora por conta de seu trabalho realizado, no que tange a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo.

Para Marx (2017a) o trabalho produtivo seria compreendido enquanto responsável por valorizar o capital de forma direta, produzindo mais-valia, um sobreproduto que fica como forma de excedente único e exclusivamente para o burguês. Estando ligado diretamente à produção de mais-valia direta, configurando-se enquanto produtivo aquele trabalhador que produz mais-valia, valorizando o capital. O trabalho e trabalhador improdutivo, configuram-se pelo movimento oposto: normalmente este trabalhador improdutivo, mostra-se como prestador de serviços e não produtor direto de mais-valia. Em algumas circunstâncias pode ser apontado exercendo cargos de supervisão na extração da mais-valia, daqueles que produzem trabalho produtivo.

Apesar de existir tal diferenciação, Mattos (2019) afirma que nem isso se colocaria enquanto questão divisora, o autor pontua que “é a condição proletária e o assalariamento que o definem” (MATTOS, 2019, p. 28). Logo, não é trabalhar de forma produtiva ou improdutivo e sim, precisar vender sua força de trabalho e não possuir nada mais do que isso, além de si e de seus filhos; se possuírem; não possuindo meios de produção ou terras, por exemplo.

Proletariado e classe trabalhadora são colocados enquanto sinônimos, na própria obra de Marx; a depender da tradução. No capítulo 23 intitulado “A lei geral da acumulação capitalista” de O Capital: crítica da economia política: livro I, a tradução da editora Boitempo, a quinta seção deste capítulo que trata sobre a ilustração da lei geral da acumulação capitalista, tem uma diferenciação entre proletariado e classe trabalhadora. No ponto b) e c) a editora traduz e utiliza o termo classe trabalhadora, mas no ponto e) utiliza o termo proletariado, mas no decorrer da escrita do penúltimo ponto da quinta seção do capítulo, o termo utilizado é classe trabalhadora e não proletariado, como utilizado na divisão inicial. Friso isso para deixar demarcado que os termos são utilizados como sinônimos, na maioria das vezes e que eles cabem dentro de um amplo guarda-chuva, pois como já supracitado anteriormente “o proletariado é recrutado em todas as classes da população” (MARX; ENGELS, 2010, p. 47).

Entendo que da mesma forma que existem aqui, as classes capitalistas, a classe trabalhadora não é um conceito fechado e único, por isso, entendo que esta poderia ser vista

muito mais enquanto um conceito guarda-chuva para explicar sobre diferentes grupos de pessoas. Ao longo de sua obra como um todo, mas principalmente no decorrer de *O Capital*, Marx fala sobre “classe de padeiros”, “classe dos fabricantes”, “classe operária” para falar mais diretamente sobre os trabalhadores de chão de fábrica.

Entendo classe trabalhadora como classe que trabalha, de pessoas assalariadas. Já enquanto proletariado, entendo enquanto “a classe dos que nada possuem, os quais, em virtude disso, estão obrigados a vender o seu trabalho aos burgueses a fim de obter em troca os meios de existência necessários ao seu sustento. Esta classe chama-se a classe dos proletários, ou o proletariado” (ENGELS, 1982, p. 3). Apesar de possuir um entendimento muito parecido, gostaria de enfatizar a parte em que Engels (1982) fala sobre eles nada possuírem, aí sinalizo a diferença entre o meu entendimento sobre a classe trabalhadora, como termo que poderia abranger mais sujeitos.

Essa necessita vender sua força de trabalho, mas não necessariamente é despossuída de tudo, deixando claro que não estou falando sobre carros, casas, telefones ou produtos mais caros e sim sobre o fato de que um pequeno empresário, pode possuir uma pequena ou micro empresa e este ainda precisa trabalhar ou para manter seu negócio de pé ou pelo menos para supervisionar o trabalho de outros, já que “seu pequeno capital não permite empregar os processos da grande indústria e sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas[...]” (MARX; ENGELS, 2010, p. 47). Encaixados por Marx (2010) enquanto classe média, estes quando vistos na polaridade instituída por proletários e burgueses, por mais que venham a se considerar um pequeno-burguês, estariam mais próximos do proletariado, já que estes não possuem um capital grande o suficiente para competir com a burguesia e ainda necessitam de sua força de trabalho para continuar vivo e sobrevivendo.

Logo, se a classe média ainda vende sua força de trabalho ou ainda precisa dela, mesmo que para instaurar seu próprio pequeno negócio, entendo enquanto classe trabalhadora. Ela não é colocada por Marx e Engels enquanto proletariado, caso contrário não existiria sentido em suas camadas mais inferiores serem recrutados por essa classe, verdadeiramente revolucionária e mobilizadora; em seu cerne. Entendo que apesar de existir uma tensão maior entre duas classes; heterogêneas e múltiplas; existem outras classes que fazem parte desse bojo teórico e social, que são muito importantes para retroalimentar as duas principais.

Entendo que todo proletariado pode ser considerado classe trabalhadora, mas nem todas as pessoas da classe trabalhadora podem ser entendidas enquanto proletariado. Isso se dá dentro de um campo espinhoso e subjetivo, mas entendo que se de acordo com Marx e Engels (2010), somente o proletariado se constitui como classe revolucionária, pois é capaz de transformar a realidade em que vive, a classe média por exemplo, apesar de vender sua força de trabalho, não se constituiria enquanto revolucionária e sim como parcela que se aglutinaria para garantir seus próprios objetivos em oposição a uma classe que não a abraça e contempla. Como já pontuado, esse entendimento tem aparatos também subjetivos e com o decorrer dos anos e as mudanças ocorridas, isso se modifica e se flexibiliza ainda mais.

Mattos (2019) pontua sobre a crescente estratificação de estamentos e grupos sociais, em que muito sobre o entendimento de classe dentro de um contexto social se perderia ao implantar a junção de letras (A,B,C,D,E) aglutinado ao conceito de classe. O debate de classe trabalhadora ou proletariado cai por terra com o debate sobre pertencimento a classe A, B, C, D ou E. Tal conceito, para Mattos (2019) está ligado diretamente ao consumo e poder de compra, que no Brasil o autor afirma ter sua crescente com a chegada do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Isso alimenta uma ideia de classes ligadas ao consumo e a fetichização. Torna o entendimento para aqueles que analisam o mundo cada vez mais difíceis e também irreais. Já que de acordo com Neri (2008) a “nova classe média brasileira”; a antiga classe C; estaria configurada pelos domicílios com renda entre 1.604 reais e 4.591 reais por mês e que as duas classes subsequentes, estas A e B, seriam configuradas por pessoas que possuíssem um limite superior ao de 4.591 reais por mês em seus domicílios, no ano de 2008. Essa leitura desconsidera a parcela de super ricos e faz parecer que pessoas de classe média estariam bem próximas a parcelas ricas da população, já que a diferença entre as classes C e B, se daria por uma diferença na época de 2.987 reais. Aqui a leitura de Neri (2008) não considera que a classe A; já que é a última classe; seria bilionária e não detentora de valores na casa dos milhares de reais.

Porém tais debates só existiram e ainda são feitos, primeiramente por dialogarem com um interesse hegemônico burguês, que pretende se colocar em um espaço apaziguador alienante, para que boa parte das pessoas esqueçam a existência de pessoas detentoras de um grande montante de capital e meios de produção. Não se pode desconsiderar que o mundo se modifica cada vez mais, tornando-se mais compartimentado e ramificado, o que não é de todo

ruim, já que surgiram e desenvolveram-se debates em torno da classe trabalhadora, com questões de raça, etnia, gênero, sexualidade, que tornaram o debate mais amplos e reais. Porém, muitas vezes a maneira como tais pontos são tratados dentro de uma leitura de classe, prejudica uma proposta de unificação, tornando-se cada vez mais distantes para algumas parcelas.

O processo de fragmentação, em seu âmbito negativo, em muito está amparado pelo processo pós-moderno vívido, que será tratado de forma mais detalhada no capítulo a seguir, que está ligado diretamente com a modificação do mundo do trabalho, com a chegada e fortalecimento do neoliberalismo e as mudanças instituídas com o estabelecimento de novos modelos de produção vigentes em nossa sociedade. O mundo do trabalho modifica-se, os serviços são instaurados de uma maneira mais forte (ANTUNES, 2015; 2018), então, tentar ler a sociedade da mesma maneira como antes e desconsiderar muito dos fatores que a pós-modernidade instaura dentro do imaginário subjetivo da classe trabalhadora, considero além de incongruente com o que o método marxista se propõem, também visualizo como uma maneira dos próprios marxistas darem um tiro em seus próprios pés, as vezes em um processo de não conseguir admitir e levar tais quais questões com a importância que lhe são necessárias dentro do debate.

Já que mesmo que a sociedade possa tornar-se mais conservadora, ela não pode voltar ao seu movimento anterior. O que podemos fazer é entender; ou pelo menos tentar; para trabalhar dentro das fragmentações colocadas e também compreender que elas não são ruins, sendo ruins na verdade, a ideologia e a maneira como elas são conduzidas, já destas estarem desconectadas com o movimento real da classe trabalhadora, já que estão amparadas em um processo hegemônico. Entender que independente do espaço em que você possa constituir ou se entender, que se você necessita da sua força de trabalho para sobreviver, você ainda constitui a classe trabalhadora.

Traçar, desenvolver ações e trabalhos para alimentar a consciência enquanto classe trabalhadora, abraçar as pluralidades e formas heterogêneas, é buscar ampliar os debates e ganhos nas esferas objetivas e subjetivas que foram capturadas pela burguesia. Batalhar para reconstituir o perdido, ao invés de desconsiderar ou travar lutas que distanciam a classe trabalhadora de seu cerne real. Pois Lênin (2017), já afirmava que existe um movimento de cooptação de classe para afastar o proletariado de seu verdadeiro caráter revolucionário e impedir uma união para uma possível tomada de poderio e substituição do poder burguês para o poder proletário.

Capítulo 2 – Pós-modernidade, enquanto estratégia de solidificação subjetiva do capital no espaço da neoliberalização

Escolho por iniciar o capítulo com uma contextualização do que é a pós-modernidade, faz-se necessário para fundamentar questões postas no capítulo passado, quando foi citado sobre a fragmentação da classe trabalhadora. Posto isto, opto em dividir o capítulo em três partes. A primeira parte, um apanhado inicial sobre o que é a pós-modernidade, pela visão da primeira obra filosófica lançada à época, para quando posteriormente o tema for tratado dentro de uma leitura marxista, consiga-se ter o entendimento desses pensamentos opostos. Na segunda parte, discorro de forma breve sobre o neoliberalismo e a neoliberalização vivida, na intenção de fazer uma introdução sobre o que é essa política/ideologia, para que na terceira e última parte, exista a união dessas duas categorias dentro de um contexto mais amplo e histórico, pontuando os resultantes gerados por essa junção, buscando mostrar como a pós-modernidade se engendra no desenvolvimento do neoliberalismo, enquanto uma arma subjetiva para sedimentar culturalmente e socialmente, as mudanças advindas da neoliberalização.

2.1. O que é pós-modernidade? Apanhados iniciais a partir da primeira obra filosófica publicada

As primeiras alusões ao termo pós-modernismo, datam a década de 1930, em que Anderson (1999) pontua as diversas mudanças no entendimento da temática, até que em meados da década de 1970, o termo passou a ser mais difundido nas artes, recebendo maior atenção e vindo a ganhar sua primeira obra filosófica em 1979, escrita pelo filósofo francês Jean-François Lyotard. O autor publicou o livro intitulado “A condição pós-moderna” que marca o início de um debate sobre a mesma temática colocada como título do livro. A publicação e reprodução de tal obra é entendida por vários autores, de maneira consensual, como um marco para o início de um debate em torno desse tema (SOUSA, 2004).

Lyotard (2021) inicia suas pontuações, sinalizando seu objeto de estudo, sendo este “a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas” (LYOTARD, 2021, p.17). O autor ainda acrescenta que a adoção do termo “pós-moderno” foi feita por sociólogos e críticos do continente americano que decidiram optar por tal termo para designar essas sociedades mais desenvolvidas. Lyotard (2021) que tinha como seu objeto, conseguir situar em que posição o saber se constituía em uma sociedade pós-moderna, afirma que existe uma crise de relatos que permeia as transformações ocorridas e modifica o espaço que o saber ocupa.

O autor declara que “originalmente, a ciência entra em conflito com os relatos” (LYOTARD, 2021, p.17), Lyotard acredita que a ciência não estava apenas a serviço de expressar regularidades úteis, como descreve o autor e sim de legitimar a hegemonia e as regras do jogo,

Quando esse metadiscurso recorre explicitamente a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar “moderna” a ciência que isto se refere para se legitimar. [...] legitimando o saber por um metarrelato, que implica uma filosofia da história, somos conduzidos a questionar a validade das instituições que regem o vínculo social: elas também devem ser legitimadas (LYOTARD, 2021, p.17-18).

Ele afirma que em um olhar bem simplificado, “considera-se pós-moderna a incredulidade em relação aos metarrelatos” (LYOTARD, 2021, p.18) e que isso levaria “ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação” (LYOTARD, 2021, p.18), devido à crise da filosofia metafísica e das instituições universitárias. O autor pontua que esse movimento traz consigo dispersões de elementos narrativos, denotativos, prescritivos, descritivos e que tal visão torna-se benéfica quando percebemos, segundo ele, que participamos de vários desses elementos, pois não somos necessariamente estáveis e que somos atravessados por essas diversas questões (LYOTARD, 2021).

Lyotard consolida a ideia, ao sinalizar para o nascimento de uma nova sociedade, “assim, nasce uma sociedade que se baseia menos numa antropologia newtoniana (como o estruturalismo ou a teoria dos sistemas) e mais numa pragmática das partículas de linguagem” (LYOTARD, 2021, p.18), o que seria para o autor um espaço societário menos estruturado e cartesiano e sim, mais fragmentado, solto, com dispersões de vários elementos, oposta a ideia de legitimação de forma cega. Uma sociedade que vai contra a ideia de um único saber ou modo como correto para a chegada em um senso comum favorável ao todo, “O saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes. Ele aguça nossa sensibilidade e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável” (LYOTARD, 2021, p.19).

A hipótese de trabalho de Lyotard (2021), está ancorada no nascimento desse novo mundo, no momento em que “as sociedades entram na idade dita pós-industrial, e as culturas, na idade dita pós-moderna” (LYOTARD, 2021, p.21), estando localizado no final dos anos de 1950. Para o autor, após esse período, “é razoável pensar que a multiplicação de máquinas informacionais afeta e afetará a circulação dos conhecimentos, do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transporte), dos sons e em seguida, das imagens (media) o fez” (LYOTARD, 2021, p.22).

Levando em consideração, a modificação do saber e seu entendimento, o autor considera que a nova natureza do saber não pode se submeter ao processo, caso esse conhecimento não vier a ser traduzido; se transpondo; para que dessa forma exista o entendimento. Por isso, para Lyotard (2021) aqueles que “produzem” o saber, quanto aqueles que consome, devem encontrar maneiras de traduzir as linguagens, para demonstrar seus interesses em inventar e aprender coisas novas, já que “o saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu valor de “uso” (LYOTARD, 2021, p.23).

Isso acontece pois, para Lyotard o saber tornou-se a principal força de produção nos últimos anos e que “na idade pós-industrial e pós-moderna, a ciência conservará e, sem dúvida, reforçará ainda mais sua importância na sua disputa das capacidades produtivas dos Estados-Nações” (LYOTARD, 2021, p.23). Porém, para o autor a mercantilização desse saber deve ir contra algumas questões postas como o direito e garantia dos Estados-Nações sobre a produção e a difusão do conhecimento (LYOTARD, 2021). Lyotard, coloca que o Estado deverá colocar-se de maneira diferente, “O Estado começará a aparecer como um fator de opacidade e de “ruído” para uma ideologia de “transparência” comunicacional, que se relaciona estritamente com a comercialização dos saberes” (LYOTARD, 2021, p.24).

E isso acontece de acordo com o entendimento da ciência para Lyotard (2021), como já pontuado anteriormente, que serviria para legitimar a hegemonia e as regras do jogo, causando problemas quando envolvidas questões sobre quem definirá o acesso, os canais de informações, questões sobre o direito de produção e reprodução do saber. O autor propõe esse reajuste, ou mudança de comportamento pelo Estado, que ele afirma já estar ocorrendo desde o fim do *Welfare State*, que possuía um modelo estatal mais regulador,

A reabertura do mercado mundial, a retomada de uma competição econômica ativa, o desaparecimento da hegemonia exclusiva do capitalismo americano, o declínio da alternativa socialista, a abertura provável do mercado chinês às trocas, e muitos outros fatores, vêm preparar os Estados, neste final dos anos 1970, para uma revisão séria do papel que se habituaram a desempenhar desde os anos 1930, que era de proteção e guia, e até de planificação dos investimentos (LYOTARD, 2021, p.25).

Em uma breve introdução a Lyotard (2021), é possível entender o que o autor pontua enquanto uma condição pós-moderna, mas aqui gostaria de sinalizar para a importância que ele dá para a função do Estado, a mercantilização do saber e o período em que isso acontece, como pano de fundo. O autor pontua a pós-modernidade como o fim das metanarrativas e o fim dos metarrelatos (LYOTARD, 2021), mas o que é de fato uma metanarrativa? E qual a importância de isso acontecer em um período de tempo histórico tão bem demarcado até mesmo pelo próprio autor?

Quando ele fala sobre metanarrativa e sobre o fim delas, de acordo com Garcia e Piccinin, Lyotard centra seu entendimento de que as obras,

[...] induzem o receptor a perceber que aquilo que está diante dele não é reprodução direta do mundo e, sim, de uma mensagem organizada como um sistema de signos (linguagem). Portanto, não se considera como do mundo e, sim, como uma leitura possível sobre o mundo. [...] A metanarrativa, em razão disso, quebra o antigo contrato de ilusão entre o autor e o espectador, que orientava a arte até a Modernidade. Para a maioria das pessoas, a vida cotidiana é o único mundo real e o mundo material é a realidade por excelência, o que se pode ver com os olhos, a partir do senso comum. Neste sentido, o realismo estético tradicional se propunha a ser a extensão desse mundo. A metanarrativa, por sua vez, chama a atenção para o paradoxo da criação/descrição, definindo o status de toda ficção. Uma vez que toda ficção precisa criar um contexto, ao mesmo tempo que constrói um texto, as descrições de objetos na ficção são simultaneamente as criações desses objetos (GARCIA; PICCININ, 2021, p. 6).

Logo, o fim das metanarrativas está ligado a uma leitura de mundo ancorado em signos, um entendimento subjetivo desligado do concreto, a uma negação do mundo material cotidiano, dando importância a um possível caráter ficcional, para além do que está posto em nossa realidade, em tese, buscando aceitar outras leituras do mundo além daquelas que poderiam ser consideradas na modernidade, enquanto centrais para a organização societária.

Porém quando se observa isso junto aos fatores que Lyotard (2021) coloca, como reajuste da visão do Estado; indo na posição oposta ao Estado instaurado nos anos de *Welfare State*; competição econômica ativa e mercantilização do saber, fica evidente que isso ocorre na mesma época em que o neoliberalismo ganha forças. Aliás, o próprio autor reforça sobre o período histórico e sua importância, já que isso estaria ligado aos novos meios de comunicação e circulação dos seres humanos, por conta de uma nova maneira de circulação da informação. Todavia, também é possível observar que a pós-modernidade é um movimento que apesar de colocar-se como uma opção contra hegemônica; buscando o fim da metanarrativa; ela na verdade é um movimento que está completamente moldado aos valores neoliberais, que em muito se parecem com as algumas das propostas liberais que antes eram instauradas.

2.2. Breve contextualização sobre o Neoliberalismo

Apesar da primeira experiência de neoliberalização ter ocorrido após o golpe sofrido por Salvador Allende em 1973, no Chile (HARVEY, 2014). O neoliberalismo tem sua história anterior a isso e apesar de seu muitos pensarem que sua ideia atrelada a um novo liberalismo, de acordo Dardot e Laval (2016), este não se configura a uma evolução simples do liberalismo e que existiu um caminho mais longo e complexo para a chegada do modelo vigente, “não se trata aqui de procurar restabelecer uma simples continuidade entre liberalismo e neoliberalismo

[...] ir contra a tendência de que consiste em apresentar o neoliberalismo como um “retorno” ao liberalismo original” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 32).

Os autores pontuam que entre 1880 e 1930, nos países industrializados, instaura-se a crise do liberalismo, que poderia ser colocada enquanto uma crise da governamentalidade liberal. Por isso, Dardot e Laval (2016) pontuam que mesmo antes da Grande Depressão em 1930, a doutrinação do livre mercado não conseguia mostrar os mesmos resultados que mostrava no período da urbanização e da industrialização, já mostrando-se uma ideologia fadada.

Portanto, os autores alegam que a Primeira Guerra Mundial, acelerou o processo de revisão dos dogmas liberais e que muito se pensava e falava sobre a ideia de um “novo liberalismo”, que fosse “mais consciente das realidades sociais e econômicas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 57) e isso só ocorre, devido a constatação de que o liberalismo não conseguia ter limites ou estabelecer novos, em relação a intervenção governamental. Dardot e Laval (2016), remontam a importância de Keynes nesse processo, já em 1926, esse adiantou-se escrevendo um pequeno ensaio chamado “O fim de *laissez-faire*”, a ideia não era pôr fim em todo o liberalismo, mas só em seu aspecto mais dogmático, o que tinha ficado claro que não funcionava. Os autores usam o termo “terceira via”, algo entre o liberalismo e o socialismo, algo no meio disso.

Esse novo liberalismo visava controlar as forças econômicas para evitar a anarquia social e política, rerepresentando a questão da agenda e da não agenda em sentido favorável à intervenção política. O Estado se vê encarregado de uma papel regulador e redistribuidor fundamental naquilo que se apresenta também como um “socialismo liberal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 59-60).

Logo, após apresentarem a ideia do “novo liberalismo”, apresentam o conceito de neoliberalismo, que eles entendem como uma decantação das ideias do “novo liberalismo”. Dardot e Laval (2016) afirmam que apesar das duas se misturarem algumas vezes historicamente, elas foram duas respostas ao liberalismo e se fosse colocada de maneira cronológica, o neoliberalismo, seguiria após o “novo liberalismo”. Os autores fazem essa diferença e afirmam que apesar de discreta, consideram importante, pois para eles, o “novo liberalismo” encabeçado por Keynes e sua teoria econômica, estaria direcionada para a reconstrução dos conjuntos jurídicos, morais, sociais, “a realização de uma “sociedade de liberdade individual”, em proveito de todos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

O neoliberalismo, já surgiu como uma ideia de filtrar alguns ideais impostos pelo “novo liberalismo”, buscando traçar novas alternativas para a intervenção estatal e ao reformismo social e mostrava-se mais feroz aos ataques para aqueles que trabalhavam. Dardot e Laval

(2016) sinalizam que o registro de nascimento do neoliberalismo está quase sempre ligado a criação da Sociedade *Mont-Pèlerin*, em 1947, mas na verdade, os autores pontuam o Colóquio Walter Lippmann, que ocorreu em Paris quase durante cinco dias, quase dez anos antes.

Apesar dos eventos estarem relacionados um com o outro, os autores afirmam que a escolha da data de criação, modifica a análise que se faz do neoliberalismo. Já que o Colóquio Walter Lippmann é a primeira tentativa de criação de uma “internacional” neoliberal, que se prolongou em outros espaços e organismos. Alguns pontos foram levantados no Colóquio, “que se deseja construir: trata-se de transformar o liberalismo, dando-lhe um novo fundamento, ou ressuscitar o liberalismo clássico, isto é, operar um “retorno ao verdadeiro liberalismo” contra os desvios e as heresias que o perverteram?” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 73).

Por fim, os autores afirmam que o Colóquio Walter Lippmann, “não é somente um registro de nascimento, mas um elemento revelador” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 73). Que a ideia final foi que de fato, a crise foi fruto do liberalismo clássico. Por isso, o neoliberalismo estava pautado em uma ótica de que os neoliberais, não entendiam a ordem estabelecida como ordem natural, colocando idealmente enquanto menos conservadores, o Estado em uma visão neoliberal, por exemplo, possuiria um intervencionismo jurídico e não administrativo, que impediria a liberdade das empresas. Porém independente disso, sabemos que os ideais discutidos, não tinha em pauta o bem estar da classe trabalhadora ou o fim da exploração, logo sabemos que o saldo não foi e continua não sendo positivo para aqueles que são explorados.

Considero aqui, o Colóquio Walter Lippmann como a primeira tentativa de organização, que foi importante para o desenvolvimento dos estágios até a chegada do neoliberalismo em si (DARDOT; LAVAL, 2016). Porém também levo em consideração as pontuações de Anderson que indica que o neoliberalismo “nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944” (ANDERSON, 1995, p.1).

Posto que Anderson (1995) afirma que somente depois de três anos da escrita desse texto, que Hayek convocou na estação de Mont Pèlerin, na Suíça, pessoas como “Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lippmann, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga” (ANDERSON, 1995, p.1), fundando a Sociedade de Mont Pèlerin, que se organizava em reuniões internacionais a cada dois anos, com intenção de opor-se e atacar as políticas keynesianas que estavam sendo instauradas.

Ponto a existência do colóquio Walter Lippmann e da Sociedade de Mont Pèlerin, pois entendo que se Hayek escreveu em 1944, “O Caminho da Servidão”, este precisava teorizar a

partir de ideias que estavam despertando na época, mas se o próprio Anderson (1995) pontua que durante esta época, o que havia era uma onda de avanço de tais políticas, fazendo com que essas ideias neoliberais permanecessem apenas no campo da teoria em torno de 20 anos, pois não seriam bem aceitos diante dos valores impostos, tais como a ideia de que o Estado de bem-estar social “[...]destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo [...]” (ANDERSON, 1995, p.2), aqueles que teorizam sobre o neoliberalismo precisariam de espaços específicos para debaterem sobre o tema mais livremente. Compreendo enquanto impossível não se levar em consideração os dois “eventos”, um enquanto inicial tentativa, formador de ideias e o segundo, com fundante de fato, para instaurar e iniciar os ataques às políticas de bem-estar social.

Portanto, aqueles que buscavam difundir os conceitos neoliberais esperaram a chegada da grande crise do modelo econômico instaurado, em meados de 1973, para começarem a passar as ideias neoliberais. Hayek e o restante da Sociedade de Mont Pèlerin afirmavam que as raízes da crise,

estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p.2).

Ignorando propositalmente fatores como a recessão e as baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Esses perpetuavam a ideia que “o remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.2) A importância dada para o esvaziamento dos gastos com as políticas de bem-estar, traria de volta o desemprego que eles colocavam enquanto “natural”, basicamente “a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (ANDERSON, 1995, p.2).

Anderson (1995) também pontua que levou um certo tempo para que esse programa ganhasse hegemonia, em torno de uma década, quando Thatcher foi eleita na Inglaterra, “o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos” (ANDERSON, 1995 p.3). Sendo a década de 1980, responsável pela disseminação da ideologia neoliberal pelo continente europeu e países como Austrália e Nova Zelândia. Porém, anteriormente ao seu triunfo em países mais desenvolvidos, o neoliberalismo já atuava em outros espaços, como já pontuado no início desta segunda parte, como na América

Latina, mais especificamente o Chile; quase dez anos antes do governo de Thatcher; “[...] foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet” (ANDERSON, 1995 p.9).

“No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas” (ANDERSON, 1995 p.9), esse movimento ocorria justamente pelo apoio estadunidense na implantação das ditaduras em um circuito latino-americano. O autor ainda pontua sobre como o neoliberalismo influenciou a chegada de governos ditatoriais, em outros países como Bolívia, Peru, entre outros. O Brasil constitui-se enquanto um desses países, que com a influência neoliberal e estadunidense, teve uma ditadura militar instalada em 1964, que só se encerrou de fato, na metade dos anos de 1980.

Porém chamo atenção brevemente para um ponto, que só será tratada no próximo capítulo, que é a ligeireza do neoliberalismo. Uma vez que mesmo no Brasil com a abertura democrática pós-ditadura e os visíveis ganhos para a população e para os trabalhadores, o neoliberalismo rapidamente dispara em sua corrida ideológica e tem seu triunfo nos anos de 1990 em diante. Mostrando que mesmo quando as pautas postas em questão são progressistas, o neoliberalismo se faz presente, por falta de um comprometimento realmente revolucionário, oposto a um alinhamento junto ao mercado e assim, o capital.

2.3. Pós-modernidade e Neoliberalismo: Dois “produtos” de um mesmo momento histórico

A pós-modernidade ganha visibilidade em determinações sócio-históricas específicas, pois esse processo ocorre anos após a Segunda Guerra Mundial, em que existia exaltação ao desenvolvimento posto, medidas para tentar lidar com as desigualdades que surgiram no pós-guerra com a instauração dos “anos gloriosos”, principalmente voltados para os Estados Unidos (SOUSA, 2004), gerando mudanças “na cultura ocidental ocorrendo no interior das artes plásticas (escultura e pintura), na arquitetura e também na escultura [...] a partir das suas complexificações - será tomada pelos pós-modernos como indicativos do fim da era moderna” (SOUSA, 2004, p. 123).

Os pensamentos e complexificação que apontavam para a ideia do fim da era moderna, de acordo com Sousa (2014), estavam marcados pelas mudanças dos pós-guerra, tendo o fordismo inicialmente, enquanto ponto para o desenvolvimento tecnológico. Porém também existiam as “várias modalidades de *Welfare State* pautadas na lógica da possibilidade de

desenvolvimento econômico com equidade social, numa tentativa de controle racional na ordem burguesa” (SOUSA, 2004, p. 126). O que levou principalmente dentro dos Estados Unidos a “quadro de prosperidade a iminência contraditória de uma crise, tipicamente cíclica, expressa pela concomitância de uma superprodução com uma tendência ao subconsumo” (SOUSA, 2004, p. 129-130).

Portanto, o fordismo constitui-se “no momento decisivo de reestruturação do capitalismo para sair da crise de 1929 - cujo modelo mais expressivo são os Estado Unidos - como também, uma grande empreitada de subordinação do trabalho ao capital” (SOUSA, 2004, p. 125) e também atuando no imaginário social, para moldar os trabalhadores. Unindo-se ao keynesianismo³, a "junção" entre o fordismo enquanto modelo de produção e as orientações políticas keynesianas, se estabeleceram como importantes responsáveis, em grande escala, pela recuperação dos EUA, após a Grande Depressão ao longo da década de 30.

Porém tais medidas iniciaram antes disso, estando datada entre as décadas de 1910 e 1930, já que de acordo com Harvey (2016) em meados da década de 1910, seria uma data simbólica ao início da introdução do dia de oito horas e cinco dólares para os trabalhadores no fordismo e estando a publicação de um dos principais livros de Keynes; intitulado Teoria geral do emprego, do juro e da moeda; que foi publicado em 1936, em que o autor se refere às ideias keynesianas, que ele tinha em mente (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O fordismo estava em ampla implementação, gerando grandes modificações para a época, mas de fato um dos grandes marcos desse período é a configuração dada ao Estado, que se tornou regulador na produção e reprodução nas relações sociais e econômicas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011); que se iniciou com a junção as políticas keynesianas. Isso se deve ao fato de que ele se coloca enquanto gerador de mais empregos, na produção pública e privada e passa a aumentar a renda dos trabalhadores, gerando uma maior igualdade por conta das instaurações de políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Behring e Boschetti (2011), afirmam que o pacto fordista se agrega a esse movimento e com isso se inicia um modo de produção em massa e de acordos com os trabalhadores, ao que dizia respeito aos ganhos de produtividade. Com esse novo sistema de produção, não é só a maneira de trabalhar que se altera, o comportamento dos trabalhadores também, o que no futuro impacta diretamente a forma de impor questões aos trabalhadores. O fordismo, foi ótimo em

³ Série de medidas instauradas por John Maynard Keynes para transpor a crise de 1929, como intervenção estatal na economia para reativar a produção. Defendendo um estado mais regulador, porém ainda levando em consideração a liberdade individual e a economia de mercado, em uma escala menos conservadora do que a posta pelo liberalismo da época (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

modificar a mente da classe trabalhadora como um todo. “O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições de políticas determinadas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 86).

Behring e Boschetti (2011) pontuam que em 1914, iniciou-se a jornada de oito horas a cinco dólares que trabalhavam na linha de montagem da Ford, porém isso ocorria juntamente a um aumento da produtividade, com controle de gestão e tempo impostos pelo taylorismo. Sousa (2004) ainda acrescenta que o fator relacionado a modalidade de gestão fabril taylorista; que estava presente no modelo de produção fordista; tinha grande impacto e importância nas relações sociais e produtivas dos trabalhadores também, visto que,

era voltada à eliminação dos tempos mortos da produção balizou-se na perspectiva de eliminar a capacidade operária de resistência e de luta pela autonomia de classe, tal modalidade, associada ao modelo fordista de produção em massa alça o capitalismo a um controle ideológico sobre o trabalho ainda maior espraiando-se e controlando diversas esferas da vida social, tais como: a composição familiar, a sexualidade, o lazer, passando pelo patriotismo e pela religião (SOUSA, 2004, p. 125).

A autora ainda afirma que tais ações que estavam voltadas para o trabalho e a vida social, buscavam pautar o comportamento, moldando a personalidade daqueles que trabalhavam (SOUSA, 2004). Harvey (2016) pontua que isso estava fundamentado na ideia de que os trabalhadores mereciam uma renda maior; por isso Ford instituiu a jornada de oito horas a cinco dólares; atrelado a tempo de lazer, para unir o tempo livre e renda maior, tais trabalhadores pudessem vir a consumir os produtos que estes mesmos produziam. Porém, para que isso ocorresse da maneira desejada, Ford entendia que os trabalhadores deveriam saber gastar seu dinheiro e para isso,

em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais ao lares dos seus trabalhadores "privilegiados" (em larga escala imigrantes) para ter certeza que o "novo homem" da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e "racional" para responder às necessidades e expectativas da corporação (HARVEY, 2016, p. 122).

Harvey (2016) sinaliza que tal experimento durou pouco, mas que isso determinava muito do pensamento e ideais impostos pela época. Talvez a resposta mais vista para as mudanças advindas com o keynesianismo somadas ao fordismo, sejam observadas no campo econômico, mas as diferenças que foram pautadas a partir da regulação dessas relações sociais moldam, até hoje, muitas ações vistas em nossa sociabilidade. O que Sousa (2004) sintetiza enquanto “articulação específica de processos produtivos, o fordismo constitui-se como uma forma de sociabilidade precisa: o estilo de vida americano que, em termos mais gerais, vai representar um instrumento político de tentativa de regulação do capitalismo” (SOUSA, 2004, p. 126).

Ao introduzir, por exemplo, as oito horas a cinco dólares para os trabalhadores, Henry Ford não só direcionou aos trabalhadores um pouco mais de seus direitos básicos, ele também fez isso pensando em combinar produção em massa com consumo de massa (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), já que alguém precisaria comprar aquilo que estava sendo produzido em uma escala maior. “Após 1945, [...] haverá o boom de produção de bens de consumo duráveis – combinando à urbanização e suburbanização das cidades, o que se relaciona claramente à expansão da indústria automobilística” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 88). Associando-se à ideia de que a civilização e a construção da sociedade devem ser feitas à semelhança da burguesia como classe dominante, como decisiva para que a ideologia dessa classe perdure e reforce seu papel.

Esse boom pautado por Behring e Boschetti (2011), só ocorreu em 1945, quando o Estado conseguiu fazer uso de seus próprios poderes com excelência, pois teria conseguido resolver os seus problemas de configurações (HARVEY, 2016). Já que o Estado demorou até alcançar um novo modelo para que ocorresse a regulamentação, que não ocorria antes. Harvey (2016) afirma que a maior problemática estava em alcançar um conjunto de estratégias administrativas que conseguissem tornar o capitalismo mais estável, evitando as repressões que as soluções implicam socialmente, “isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo [...] que se manteve mais ou menos intacto até 1973” (HARVEY, 2016, p. 125).

O desgaste para sua “finalização”, ocorreu tanto por fatores internos como por fatores externos. Harvey (2016) sinaliza para a dificuldade existente de adaptar e tornar costumeiro para o trabalhador, um sistema muito rotinizado e degradante, que incomodavam até mesmo aqueles que ganhavam um salário maior, isso posto que também existiam pessoas que não beneficiadas pelo fordismo “para começar, a negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia da produção em massa” (HARVEY, 2016, p. 132), isso gerava descontentamento em outros setores, mesmo no ápice do fordismo.

Isso levou a grandes tensões sociais, que Harvey demarcava como um crescimento das revoltas daqueles que não poderiam acessar um emprego mais privilegiado e seus motivos, como os atravessamentos de raça, gênero e etnia, que normalmente impedia estes de acessar tais espaços, “essas desigualdades eram particularmente difíceis de manter diante do aumento das expectativas alimentadas em parte por todos os artifícios aplicados à criação de

necessidades e à produção de um novo tipo de sociedade de consumo” (HARVEY, 2016, p. 132).

Já externamente, o cenário político estava a todo fulgor, Sousa (2014) pontua que além das questões internas dos países, existiam duas outras principais ordens de acontecimentos que estavam ligados aos países externos “centradas na própria lógica de modernização que prometia desenvolvimento aos países de Terceiro mundo e na Guerra Fria que polarizava com a reestruturação do capital” (SOUSA, 2004, p. 130). A autora afirma que o final dos anos 60 foi marcado por acontecimentos de cunho revolucionário.

O que a autora identificou enquanto um movimento de “contestação da forma de capitalismo monopolista que se encontrava em franco agravamento de suas contradições e desigualdades sociais intensificando dessa forma, lutas sociais, principalmente na América Latina” (SOUSA, 2004, p. 131-132), referindo a se a Revolução Cubana em 1959, a vitória da luta anticolonial da Argélia entre 1957-1962, a revolução cultural chinesa e por fim, entendida enquanto mais emblemática, a Guerra do Vietnã no final dos anos de 1974 e 1975 (SOUSA, 2004). Porém junto a esses lampejos revolucionários, também ocorria um movimento oposto, buscando ir contra essas tendências revolucionárias que estavam se estabelecendo.

Harvey sinaliza que “[...] o modernismo internacional tinha exibidos fortes tendências socialistas, e até propagandistas, nos anos 30 (por meio do surrealismo, do construtivismo e do realismo socialista)” (HARVEY, 2016, p. 43) e após isso justamente com uma mudança de modelo de produção ancoradas nas políticas keynesianas; o modernismo passou por um processo de despolitização como “*establishment* político e cultura como arma ideológica na Guerra Fria” (HARVEY, 2016, p. 43), em que a arte, para Harvey, passou a ter uma configuração fragmentada e alienante. Abrindo espaço para a expansão de ideais reacionários e conservadores, “a arte e alta cultura se tornaram uma reserva tão exclusiva de uma elite dominante que a experimentação no seu âmbito [...] ficou cada vez mais difícil” (HARVEY, 2016, p. 44), tornando as artes menos acessíveis e mais mercantilizadas.

Esse foi o contexto perfeito para que movimentos contraculturais e antimodernistas surgissem e ganhassem forças nos anos de 1960, sendo responsáveis por explorar “os domínios da autorrealização individualizada por meio de uma política distintivamente “neoesquerdistas” da incorporação de gestos autoritários e de hábitos iconoclastas (na música, no vestuário, na linguagem e no estilo de vida) e da crítica da vida cotidiana” (HARVEY, 2016, p. 44). Aqui fica visível, como o movimento social e político influencia as mudanças econômicas. Visto que, o fordismo desgastou-se por conta de movimentos internos como insatisfação de uma parte da população, crise de superprodução, mas também por conta dos movimentos externos a esse

modelo, estando ligado à agitação de movimentos revolucionários de outros países e a movimentação contrária a isso que vinha ocorrendo a alguns anos nas artes.

Harvey (2016) pontua que o fordismo permanece mais ou menos intacto até 1973, ele também afirma que em 1968, foi um ano de muitas movimentações universitárias e artísticas, em que o autor afirma quase como “se as pretensões universais da modernidade tivessem, quando combinadas com o capitalismo liberal e o imperialismo, tido um sucesso tão grande que fornecessem um fundamento material e político para um movimento de resistência cosmopolita transnacional[...]” (HARVEY, 2016, p. 44). Sendo entre os anos de 1968-1972, como um momento de virada, de negação dos moldes modernistas postos, para a chegada do movimento pós-modernista (HARVEY, 2016).

Essa época além de marcar a mudança artística e cultural que moldava a sociabilidade, também convergiu para o esgotamento do fordismo e ascensão de um outro modelo de produção, catapultando ideias neoliberais no início dos anos de 1970. Para Sousa, essa cultura que começa a emergir, já vinha desde os anos 60, baseadas em uma prática política que

que valoriza o cotidiano, o dia a dia, o aqui e agora. Aflora com isso, a importância da dimensão subjetiva como reconhecimento da autonomia dos interesses variados presentes na sociedade civil e de seus respectivos grupos sociais, deflagrando-se assim, uma concepção de política voltada para o cotidiano, para a prática diária de cada sujeito, em que cada um faça a revolução no cotidiano (SOUSA, 2004, p. 141).

O que converge com seu entendimento de pós-modernidade, como a manifestação de um “conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas [...] o pensamento pós-moderno significaria, simultaneamente, uma crítica e uma ruptura com a modernidade, assumindo implicações desde a vida cotidiana até a produção do conhecimento social” (SOUSA, 2004, p. 146). Compreendendo que “a ideia de fim da era moderna que se torna extremamente funcional para a nova e ampliada escala assumida pelo capital” (SOUSA, 2004, p. 144), tornando aparente as mudanças ocorridas e a finalização de um momento histórico, de maneira demarcada, era muito conveniente aos interesses do capital. Tornando essas mudanças indissociáveis umas das outras.

Quando o toyotismo passa a ganhar espaço e a neoliberalização passa a ocorrer, já existia um movimento social e um desejo burguês que alimentava essa mudança. Ricardo Antunes (2015) pontua que esse advento foi marcado por quatro fases: introdução do modelo na indústria automobilística e introduzindo a operação simultânea de várias máquinas por um mesmo trabalhador, aumento da produtividade sem aumentar o número de trabalhadores,

produzir somente o necessário em seu melhor tempo; o que originou o método *kanban* ⁴ por meio de importação de técnicas de gestão de supermercados estadunidenses e por último, a expansão do método *kanban* para outras áreas além da automobilística.

Coriat (1995) afirma que o método *Toyota* é feito pela combinação de dois princípios, que Ohno aponta enquanto pilares. Sendo esses: a produção no momento preciso e a autoativação da produção. O restante é colocado como questões de técnicas e procedimentos de instauração. E que para Ohno, o criador do método, a essência do sistema - determinado por sua “intenção” fundadora - consiste em conceber um sistema adaptado à produção de volumes limitados de produtos diferentes e variados. Logo, a diferença entre o fordismo e o toyotismo seriam os grandes volumes de produtos rigorosamente idênticos contra volumes limitados de produtos diferenciados.

Então, com o processo de neoliberalização, na década de 70, a flexibilização do trabalho, o aumento da exploração e a diminuição do emprego e enfraquecimento do sindicalismo, foram pontos que demarcaram a atuação dessa política. Coriat (1995) sinaliza sobre a flexibilização e o aumento do trabalho exercido pelos trabalhadores, a polivalência, a diminuição de trabalho por conta da automação e principalmente sobre a importância da criação do “espírito *toyota*” dentro da ótica trabalhista, para enfraquecer os sindicatos, partindo do princípio de que proteger a empresa é também proteger a vida, seu conforto já que está atrelado ao seu emprego.

É importante entender que do mesmo jeito que a fragmentação social imposta com o movimento pós-moderno, influenciava o processo produtivo, o movimento existente no processo de flexibilização que ocorria com o Toyotismo, não ocorria somente dentro dos moldes do modelo produtivo. Existia um movimento também de flexibilização temporal, no que tangia o tempo de valorização dos capitais e na grande mobilidade nas maneiras de cristalizar a riqueza neste período (BRAGA, 1997). Desse período em diante, “esse processo torna o tempo e as decisões capitalistas reversíveis, fato distintivo da irreversibilidade que caracterizava as condições sistêmicas pretéritas” (BRAGA, 1997, p. 230).

⁴ O trabalhador na estação de trabalho que segue o fluxo corrente (tomado aqui como “o cliente”) pega mais unidades para si (“os produtos comprados”) na estação de trabalho corrente acima (a “prateleira”) conforme for necessário. Em sucessão, a estação corrente acima só começa a fabricar para retroalimentar o armazém (a “prateleira”) com as unidades (produtos) vendidas (CORIAT, 1995, p.44-45).

El trabajador del puesto de trabajo corriente abajo (tomado aquí como “el cliente”) se alimenta con unidades (“los productos comprados”) en el puesto de trabajo corriente arriba (el “estante”) cuanto lo necesita. En lo sucesivo, en puesto corriente arriba sólo se pone en marcha la fabricación para realimentar al almacén (el “estante”) con unidades (productos) vendidas (CORIAT, 1995, p.44-45).

Tal movimento ocorre a partir do ganho de forças da financeirização⁵; que Braga (1997) afirma enquanto um processo de mudança ao gerir, definir e realizar riqueza a partir dos anos 60 nos Estados Unidos, que depois ampliam-se para os países europeus e asiáticos. O autor entende essa dominância financeira enquanto um padrão sistêmico, visto que suas intenções estão ancoradas em constituir componentes básicos e fundamentais para a organização capitalista. Sendo sua manifestação mais comumente vistas na,

[...] crescente recorrente defasagem, por longos prazos em, entre os valores dos papéis representativos da riqueza – moedas conversíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral (*paper wealth*) – e os valores de bens, serviços, e bases técnico-produtivas em que se fundam a reprodução da vida e da sociedade (*economic fundamentals*) (BRAGA, 1997, p. 196).

De forma breve, pontuo algumas questões colocadas por Braga (1997) para que ocorresse a ascensão da financeirização. O autor afirma que isso só foi possível a partir da instituição do Estados Unidos enquanto padrão de riqueza e sua característica típica de mercado, que pautada no acirramento dos concorrentes dentro do mercado de capital e de crédito, interligadas ao processo de securitização⁶, que são realizados por corretoras, bancos ao administrar grandes quantidades de títulos e moedas conversíveis em gestão de ativos.

Braga (1997) afirma que no processo de financeirização, ocorre “um novo tipo de interação entre moeda, crédito e patrimônio” (BRAGA, 1997, p. 198), sendo os Estados Unidos responsáveis por solidificar “um sistema monetário de financiamento, calcado mais nos ativos financeiros do que na moeda e nas reservas bancárias [...] desde os quais se põem pelo banco central americano, as condições para qual o dólar seja o dinheiro da financeirização global” (BRAGA, 1997, p. 198), que o autor sinaliza que os Estados Unidos vêm condicionando os outros países e o mundo, ao processo de liberalização financeira.

⁵ A dominância financeira – a financeirização – é expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Por dominância financeira, apreende-se, inclusive conceitualmente o fato de que todas as corporações – mesmo as tipicamente industriais, como as do complexo metalúrgico e eletrodoméstico – têm em suas aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixas, um elemento central do processo de acumulação de riqueza (BRAGA, 1993, p. 198).

⁶ Securitização é, em sentido amplo, o processo pelo qual empresas produtivas, bancos, demais empresas financeiras, e governos emitem títulos de dívidas, com inúmeras finalidades, envolvendo e interligando, desta forma, os chamados mercados creditício, de capitais, de derivados (*swaps*, opções e futuros). Ela é uma modalidade financeira que torna os títulos negociáveis, flexibiliza os prazos e taxas de rendimentos, adaptável a múltiplos agentes, funcional a administração de riscos, substitui os empréstimos bancários e, ao mesmo tempo, propicia aos bancos captação de fundos. Como tal, é peça-chave do padrão de riqueza em questão, disseminando-se nas operações nacionais e transnacionais, no regime monetário-financeiro e cambial (BRAGA, 1997, p. 198, nota de rodapé 3).

Tendo em vista que os anos de 1960 e 1970 foram de mudanças no cenário estadunidense. Já que durante o período do *Welfare State*, o país enfrentava dificuldades em lidar com déficit público e a inflação já que estes “colocavam em dificuldades o manejo das políticas fiscais e monetárias: tinha de manter o déficit sob controle, mas, ao mesmo tempo os dispêndios governamentais em programas sociais, infraestrutura e programas militares deveriam ser preservados” (BRAGA, 1997, p. 201) o que levou o fim da era próspera que estava ocorrendo, em meados dos anos de 1970.

Isso iniciou o processo de estabelecer uma nova maneira de configurar a riqueza, com as mudanças do novo modelo produtivo e sua influência na socialização das pessoas, mas também com a mudança, “[...] no sistema de financiamento do investimento produtivo, que era baseado nos lucros internos das empresas, no crédito bancário de curto e médio prazos e no *funding* estável do mercado acionário e de títulos, proporcionado pelos fundos de pensão e seguradoras” (BRAGA, 1997, p. 201). Agora o foco não estava direcionado na produção e nos valores conseguidos com ela, mas principalmente na criação de títulos e efetuação de empréstimos, em gerar rendimentos a partir disso,

Nos Estados Unidos as empresas comerciais e industriais – vinculadas às corporações empresarias – criam companhias financeiras emissoras de variados tipos de títulos e efetuam empréstimos comerciais e ao consumidor, bem como este, até mesmo, ao investimento de menor monta. É o caso de corporações que desenvolvem seus negócios financeiros ao ponto de tornarem-se non-banks-banks, cujo paradigma é o grupo japonês Toyota (BRAGA, 1997, p. 220 -221).

Mostrando que, por exemplo, que o grupo *Toyota* se tornou responsável por implementar uma nova maneira de produzir a partir dos anos de 1970, também se configurou enquanto agente de financeirização e importante para as mudanças na forma de circulação monetária financeira mundial. Não somente esse grupo, como também outros, mas tal pontuação marca como as mudanças ocorrem por desejo e necessidade do capital de se permanecer hegemônico e perpetuar um molde tanto nas artes, como na circulação monetária, como na sociabilidade.

Agora, a produção permanece importante, mas perde seu lugar principal para a criação de valores pautados em juros e rendimentos, tornando o caráter desse capital ainda mais fictício. Como a importância dada ao conceito de quase-moedas; um substituto para a moeda; que se constituam como “novos instrumentos financeiros dotados de rentabilidade e liquidez” (BRAGA, 1997, p. 204) e instauraram-se nos bancos como uma evolução, “uma circulação financeira ampliada, em que, diferentemente daquela baseada em moedas e depósitos à vista, prevalecem os ativos financeiros públicos e privados, quase-moedas, geridos por eles [...] a quem suprem de liquidez no carregamento dos títulos” (BRAGA, 1997, p. 205-206).

De acordo com o autor, as empresas, corporações e intuições financeiras, ao utilizar da liquidez e da ampliação especulativa de crédito, atuam com maior liberdade quando buscam seus ganhos de capital. O autor pontua que isso ocorre de maneira menos disciplinada e que isso reafirma que “[...] que o dinheiro, tendencialmente, faça cada vez mais o caminho das finanças e não o caminho da produção [...]” (BRAGA, 1997, p. 237) pois esse é o movimento do capital, que cria um engajamento entre Estado e o mercado.

Braga (1997) diz que isso é visto quando ocorre o que o autor chama de “fragilização financeira”, com a chegada dos anos de 1980, em que ocorre controle estrangeiro nas empresas americanas. O que Braga afirma enquanto uma especificidade americana, em colocar-se em “um mercado nacional transnacionalizado, com operações patrimoniais especulativas, as quais, sob outras modalidades, têm caracterizado, também, a tendência das corporações modernas de outros países na gestão de finanças como um fim de si mesmo” (BRAGA, 1997, p. 208). Fazendo com que o Estado, mesmo no auge da neoliberalização agisse ocupando “as funções de *Big Government* e de prestador de última estância” (BRAGA, 1997, p. 208), para que os lucros das corporações continuassem a ser sustentados e não ocorresse um agravamento da situação.

Isso demonstra que a ideia de retirar o Estado enquanto regulador só ocorria quando isso estaria voltado para a criação, implementação e manutenção de políticas sociais. Convergindo com a ideia de que “O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho, sob forma assalariada” (MASCARO, 2013, p. 18).

O Estado, portanto, coloca-se como regulador das relações econômicas, mas não somente nisso, ele aparece como chave de um processo que assegura como instrumento da exploração da classe trabalhadora, “[...] como terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho” (MASCARO, 2013, p. 18). Visto que tal, existe para resguardar os interesses do capital e apenas disponibiliza algo aos trabalhadores mediante situações de contradição, como mediador da submissão de espaços, o que determina diretamente o modo de agir e ver o mundo aos olhos da classe trabalhadora. “Por isso, o Estado não é um poder neutro [...] O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista [...] Não é um aparato de repressão, mas sim de constituição social” (MASCARO, 2013, p. 19).

Isso é afetado diretamente pelo ganho de forças da burguesia e a transformação de seu *modus operandi* com vistas justamente a aumentar seu poder e influência sobre a classe operária. “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de

produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 2010, p. 43). Portanto, ela se mantém hegemônica e explorando a classe trabalhadora, na medida em que continua a criar braços em todos os espaços sociais, Marx e Engels (2010) pontuam que o Estado nada mais que é um comitê para gerir os negócios da burguesia, deixando bem claro o caráter de classe do Estado, atrelado aos valores burgueses. Então, essa classe organiza-se no poder e propaga seus ideais hegemônicos também por meio dele.

Lênin (2017) afirma que o Estado aparece em espaços onde as contradições não podem ser conciliadas, logo a importância da existência de uma grande contradição burguesia vs. classe trabalhadora. “Segundo Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da “ordem” que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito de classes” (LÊNIN, 2017, p. 29). Harvey pontua que “o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio” (HARVEY, p. 75, 2014) e que dessa maneira, ele pode utilizar da violência para defender essas liberdades, em específico. Sendo os neoliberais e o Estado, favorecedores das governanças e elites e no caso de conflitos, estando sempre acostumados a beneficiar o sistema financeiro do que o bem-estar da população (HARVEY, 2014).

Desse modo, fica explícito como evidência Tonet (2015), que o Estado acaba não se configurando enquanto um regulador da economia ou um eixo da vida social, mas basicamente o próprio mercado, com suas próprias leis. O Estado não esconde mais que está subordinado à lógica do capital e nem o seu caráter de classe (MARX; ENGELS, 2010; MASCARO, 2013, LÊNIN, 2017), pois esse já está escrachado. Tonet (2015) afirma que qualquer forma de tentar humanizar o capital está fadado ao fracasso, como as estruturas que estão ligadas a ele. Já que ao olhar o desenvolvimento do capital, a exploração voltada para aqueles que trabalham só cresce.

Antunes aponta que a chegada da financeirização e da mundialização⁷, indica uma transformação do capital, que introduz “uma nova divisão internacional do trabalho, que

⁷ A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 34).

apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à “intelectualização” do trabalho, especialmente nas TICs⁸” (ANTUNES, 2018, p. 30) demonstrando as novas formas de gerar trabalho de forma excedente. O que o autor pontua que está voltado para a informalidade ou terceirização⁹ do trabalho, sempre na tentativa de transformar o máximo que consegue em mais-valor.

O autor ainda pontua que por conta dessa nova forma de conversão de trabalho pelo capital, deve-se levar em consideração a classe trabalhadora em sua nova morfologia, em conceito ampliado, o que Antunes chama de classe-que-vive-do-trabalho¹⁰; o que no capítulo anterior pontuei enquanto apenas classe trabalhadora, aquelas pessoas que ainda necessitam da transformação da sua força de trabalho para viver; visto que diante do colocado pelo autor, o trabalho produtivo e improdutivo se mesclam muito mais nos atuais contornos do que entendemos enquanto gerador ou não de mais-valia de forma direta ou indireta, desde o processo de financeirização e flexibilização, que vem ganhando ainda mais força desde os anos de 1970, até os dias atuais, tornando cada vez mais difícil a existência desta separação de forma mais visível.

Antunes (2018) pontua que no capitalismo contemporâneo, as formas de trabalho informais e terceirizadas, estão ligadas diretamente ao aumento do setor de serviços, espaço em que ocorre a ampliação progressiva de produção material e imaterial, de maneira mais precarizada, apesar de parecer mais tecnológica e desenvolvida. O autor sinaliza para a criação falaciosa da ideia sobre como o empreendedorismo cresce para a classe trabalhadora, mas às vezes apenas como a única opção ao desemprego, em que essas pessoas colocam-se em trabalho precarizado, sem vínculos empregatício para o asseguramento de direitos, acabando na maioria das vezes vivendo de forma mais insegura diante da já precarização e falta de oportunidades existentes, “[...] uma massa de “empreendedores”, uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletariado-de-si-mesmo” (ANTUNES, 2018, p. 34).

⁸ Tecnologias da informação e comunicação (TICs) (ANTUNES, 2018, p. 19).

⁹ Modalidade de gestão em que as relações capital e trabalho se dão em interempresas, com contratos temporários, de tempo determinado e flexíveis (ANTUNES, 2018).

¹⁰ [...] em sua nova morfologia, compreende distintos polos que são expressões visíveis da mesma classe trabalhadora, ainda que eles possam se apresentar de modo bastante diferenciado [...] São, portanto, setores diferenciados da mesma classe trabalhadora, da classe-que-vive-do-trabalho em suas heterogeneidades, diferenciações e fragmentações (ANTUNES, 2018, p.58-59).

A flexibilização, de acordo com Antunes, torna-se a chave para a definição do trabalho em si e para a empresa que se coloca enquanto moderna,

[...] o trabalho que os capitais exigem é aquele mais flexível possível: sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até os sistemas de “metas”, é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior (ANTUNES, 2018, p. 36).

O aumento da chamada “pejotização”, do aumento dos trabalhos como *freelancers*, teletrabalho/*home office*, aqui só elimina direitos, torna possível a intensificação do trabalho, tornando-o cada vez mais informal e flexível (ANTUNES, 2018). Isso gera um distanciamento físico e organizativo dos trabalhadores, estes que já estão precarizados. Antunes (2018) ao sinalizar para a indústria 4.0, que seria um salto tecnológico no campo da informação e da comunicação, aponta para acentuação do aumento do trabalho morto e a diminuição do trabalho vivo, tornando muitas das atividades voltadas para internet como mais importante, com robôs e máquina “através das atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital” (ANTUNES, 2018, p. 38).

Isso vem gerando e vai gerar ainda mais uma eliminação “[...] de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobrando, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro” (ANTUNES, 2018, p. 38), essas pessoas irão aumentar o já presente exército industrial de reserva,

[...] população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2017a, p. 707).

Logo, os valores dos salários se tornarão ainda menores e as vagas ainda mais concorridas e precarizadas. Isso unido ao fato de que os trabalhadores já estavam distantes tanto fisicamente quanto conscientemente, do seu entendimento enquanto classe, torna-se perceptível o porquê das incessantes tentativas de enfraquecimento dos sindicatos durante todo o curso da história, “Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor” (MARX; ENGELS, 1980, p. 9).

Se as pessoas necessitam do sindicato como organismo de regulação e organização, se livrar desse mecanismo ou entranhar dentro dele cada vez mais ideais burgueses e hegemônicos, torna o processo de fragmentação da classe trabalhadora mais fácil. Na verdade, o que acontece é que qualquer novo aparato que esteja interligado à política neoliberal, na intenção de reforçar um movimento caótico, é de toda ajuda nesse processo ideológico. Tais questões serão aprofundadas no próximo capítulo, tendo em visto que para alcançar o objetivo geral deste trabalho que é de tentar identificar quais são as relações estabelecidas entre o trabalho e a sociabilidade capitalistas que afetam os ideais dos trabalhadores, no processo de afrouxamento da consciência e dimensão de classe trabalhadora, principalmente no período de neoliberalização brasileira, a partir da década de 90 até os acontecimentos das eleições de 2018, será necessário não só traçar um movimento histórico, mas também localizar tais acontecimentos em seu marco teórico brasileiro, entre os anos de 1990 e 2018.

Capítulo 3 – A importância da configuração brasileira para a formação da sua classe trabalhadora e consciência de classe diante do aprofundamento neoliberal ao longo dos anos

Como pontuado no capítulo anterior, o sindicato se configura enquanto um organismo de regulação e organização para a classe trabalhadora. Estando sua fragilização relacionada a tentativa de desorganizar os trabalhadores, conectado aos avanços do capitalismo e suas novas formas de aumentar a exploração e garantir seus ganhos. Com o neoliberalismo e a influência pós-moderna, as organizações sindicais sofrem seu enfraquecimento e neutralização, somando a fragmentação dos trabalhadores e a extenuação da sua consciência da classe, afetando a organização trabalhadora. Dentro do contexto brasileiro isso ocorre de maneira específica, por conta de como o país se constituiu, tanto em seu movimento interno, quanto externo. Demarco o início do capítulo com uma breve contextualização sobre o Brasil como país dependente, demonstrando o porquê considerei o contexto histórico externo durante os capítulos passados, para dessa forma conseguir aprofundar nas questões internas de desenvolvimento do país e sua ligação com o neoliberalismo e a consciência da classe trabalhadora.

3.1. Brasil e o Capitalismo Dependente

“É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplarmos tanto a nível nacional, como, principalmente, a nível internacional” (MARINI, 2000, p. 106) logo, entender o Brasil, perpassa o entendimento internacional, tornando necessário a compreensão do país envolto nos acontecimentos internos e externos, isso pois segundo o autor, o capital da América Latina se desenvolve junto ao capital internacional. Em seus primórdios, o papel latino-americano era de produzir metais preciosos e de gêneros exóticos, configurando-se entre os séculos XVI, XII e principalmente no século XVIII no Brasil, quando houve a descoberta do ouro simultaneamente com o auge do movimento manufatureiro na Inglaterra (MARINI, 2000).

Isso colaborou para aumentar o curso das mercadorias e dos meios de pagamento, desenvolvendo o capital da Europa, amparando o sistema manufatureiro, auxiliando a formação da grande indústria europeia (MARINI, 2000). É com essa formação da indústria, que a América Latina fortalece suas relações internacionais, já que “a criação da grande indústria moderna teria sido fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que realizar sobre uma base estritamente nacional” (MARINI, 2000, p. 111), mostrando que a extração e exploração dos países latino-americanos foram essenciais para que a indústria dos países desenvolvidos conseguisse se desenvolver e tornar-se o que é hoje.

Marini pontua que a produção agropecuária da América Latina abastecia os países, fazendo com que boa parte da produção fosse voltada para a indústria e seu desenvolvimento, “foi isso que permitiu aprofundar a divisão social do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (MARINI, 2000, p. 111). Porém o ponto que Marini (2000) considera indispensável para o entendimento da importância da América Latina na criação de riqueza, é a contribuição “[...] para o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2000, p. 112-113), já que é a graças aos países latino-americanos que houve um aumento da classe trabalhadora e o aumento da produtividade nos países centrais, fazendo com que a matéria-prima que estava voltada para o processo de produção da indústria aumentasse (MARINI, 2000).

Isso gera para a América Latina um intercâmbio desigual, já que se torna necessário a compensação da perda de mais-valia e como economia dependente supre isso no âmbito de sua própria produção, ao invés de tentar remediar nas relações de mercado, fazendo com que o trabalhador latino-americano esteja sempre destinado a trabalhar mais intensamente, não tendo a opção de incrementar a sua capacidade de produzir, para diminuir a intensidade de seu trabalho (MARINI, 2000). Marini pontua que a América Latina desenvolve sua economia de acordo com os desejos e tendências do mercado mundial, sendo coadjuvante no processo de acumulação dos países centrais, então “[...] a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição, radica-se a essência da dependência latino-americana” (MARINI, 2000, p. 132).

Logo, a relação entre países periféricos como os estabelecidos na América Latina, com os países centrais mais desenvolvidos está demarcada pela relação de dependência,

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessária (MARINI, 2000, p. 109).

Essa é uma relação feita propositalmente, já que isso gera mais-valia relativa, que conforme Marini (2000) gera o barateamento das mercadorias para o consumidor final, sendo benéfico para os consumidores dos países centrais. Porém o autor pontua que dentro da ótica latino-americana de superexploração isso muda de caráter, já que “[...] a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em

criar as condições para que este a reponha, sempre que possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo” (MARINI, 2000, p. 134). Mostrando que o existente para países de economia dependente é a exploração máxima do trabalhador, moldando a sociabilidade economicamente, pois “[...] a economia dependente – e, em consequência, a superexploração do trabalho – aparece como uma condição necessária do capitalismo mundial[...]” (MARINI, 2000, p. 159).

É importante salientar que com o marco da Segunda Guerra Mundial e seu fim, trazem modificações para o cenário. Antes se o entendimento sobre países centrais estava concentrado no continente europeu, tal questão se altera para a chegada da hegemonia estadunidense, a partir de 1945 (BAMBIRRA, 2013). Com isso,

Que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelos desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas “multinacionais” que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, através da criação de sistemas financeiros internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares (BAMBIRRA, 2013, p. 123).

Portanto, a atuação da América Latina também modifica-se, já que de acordo com Bambirra (2013), o desenvolvimento e a expansão por conta do pós-guerra atingiu de forma bem relevante o território latino-americano, já que agora o caráter de dependência se intensifica pois, não estará ligado somente “[...] para o domínio das fontes de matérias-primas e mercados, pois, já tendo assegurado nível fundamental de controle sobre estas fontes, pode dirigir sua atuação para a busca dos investimentos [...] nos setores manufaturados [...]” (BAMBIRRA, 2013, p. 125).

O capital estrangeiro se estabelece enquanto o controlador, já que este possui o domínio dos novos setores produtivos em desenvolvimento, intensificando a monopolização e a concentração da economia em blocos; por conta de fusões e compras; gerando a desnacionalização da propriedade privada, fazendo com que as empresas locais tenham seus interesses cada vez mais alinhados com os interesses das empresas estrangeiras. Logo, a burguesia local está ligada com os valores estadunidenses, o que afeta a sociabilidade como um todo, pois impacta nas políticas externas e na integração militar entre os países latino-americanos e os interesses dos Estados Unidos (BAMBIRRA, 2013).

Com essas mudanças, Bambirra (2013) afirma que os projetos de desenvolvimento de caráter nacionalistas deixam de existir, já que existe uma hegemonia central nos planos

econômico, político e militar, fazendo com que os métodos populistas chegassem ao seu declínio. Ela também pontua que tais mudanças recaem sobre o modo de agir do proletariado, “é assim que, frente à paulatina integração das classes dominantes ao imperialismo, produz-se a ruptura dos esquemas nacionalistas e de “concessões” para as classes populares, que as burguesias latino-americanas preconizavam e, até certo ponto, realizavam” (BAMBIRRA, 2013, p. 127). A autora pontua que isso gerou radicalização dos movimentos populares com o aumento das reivindicações, que unido às crises econômicas existentes nos meados dos anos de 1960, sendo a grande maioria dos países latino-americanos a explicação para passarem a adotar medidas mais coercitivas e violentas operacionalizadas pelos golpes militares (BAMBIRRA, 2013).

Então, o movimento de dependência do Brasil, interfere objetivamente e subjetivamente na formação do país como um todo, na sua burguesia, na sua classe trabalhadora, nos seus movimentos populares e sindicais e também na repressão sofrida por eles. A ideia de pontuar brevemente tal tema, está além da importância de situar o Brasil além de um olhar local, mas também em entender que o país se desenvolve por influências externas, mas que também se desenvolve internamente a partir de condicionantes existentes com base em suas próprias particularidades. Portanto, os movimentos externos vão fazer com que as agitações em campo brasileiro aconteçam, mas diante das determinações e estruturação internas. Os movimentos populares e sindicais, são um exemplo disso, já que a influência externa impacta, mas estes aconteceram ou serão cessados diante das determinações locais. Desse modo, Bambirra (2013) pontua sobre os movimentos diante do intervencionismo estadunidense, apesar que eles já aconteciam anteriormente e a explicação para a sua ação, está voltada para o início da sindicalização e dos movimentos populares.

3.2. Início da formação da classe trabalhadora, do seu movimento sindical e a influência para a construção de identidade e consciência enquanto trabalhadores no contexto brasileiro aprofundado pela neoliberalização

As organizações de trabalhadores livres ou não, são existentes desde o início do Brasil e marcam seu entendimento com o trabalho, segundo Mattos (2009), mas muito das questões que envolviam esses organismos eram determinados por conta da questão da escravidão. Então, mesmo em 1888 com a abolição da escravatura, essa questão ainda definia a estrutura organizativa dos trabalhadores. O autor ainda afirma que era muito difícil construir uma identidade de classe, por conta dos quase quatro séculos em que a escravidão existia de forma legalizada, já que “[...]para os trabalhadores esbarrava na imagem negativa do trabalho. Até o

século 19, a regra era: trabalhava quem era escravizado ou os livres que não possuíam escravos” (MATTOS, 2009, p. 34).

Mattos (2009) sinaliza para a construção de identidade realizada pelos próprios operários da época, que precisaram construir um olhar mais positivo voltado ao trabalho, para que essa categoria conseguisse se identificar enquanto uma classe e arranjar sua organização sindicalmente. Isso acontecia de maneira pontual, tendo em vista que os operários das indústrias não possuíam um número considerável já que o autor declara que “[...]a produção industrial respondia por cerca de 5% da população empregada no país em 1872, chegando a 13,8%, em 1920” (MATTOS, 2009, p. 36), mas que apesar de um número pequeno, já poderia se considerar enquanto uma organização da classe trabalhadora em formação, diante do desenvolvimento processual das fábricas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Porém uma questão que impactava a criação de uma identidade comum para a classe trabalhadora estava no alto número de trabalhadores estrangeiros nos espaços em que o setor industrial se desenvolvia,

Em São Paulo, cerca de 55% da população era composta por estrangeiros na década de 1890 e, entre a população ocupada, os estrangeiros chegavam a somar 68%, ou seja, a grande maioria dos trabalhadores paulistas era composta por imigrantes, a maior parte dos quais, italianos. Já no Rio de Janeiro, na virada do século, o percentual de estrangeiros na população girou em torno dos 25%, sendo portugueses mais da metade desses imigrantes. Ainda nessa cidade, cerca de 35% dos habitantes foram identificados como negros ou mestiços, em 1890 (MATTOS, 2009, p. 39)

Além de serem compostos por nacionalidades e etnias diferentes, ainda existia outro fator que era a diferença racial entre os trabalhadores, aqueles que trabalhavam e eram considerados brancos ocupavam espaço no “[...]no comércio, indústria ou artesanato – atividades de remuneração menos baixa – cerca de 65% dos de origem negra ocupavam-se em serviços domésticos ou não tinham profissão declarada, em 1890” (MATTOS, 2009, p. 39), mostrando que apesar da abolição da escravatura, os seus sinais ainda eram visíveis, fomentando a concepção estrutural de racismo¹¹ no Brasil.

¹¹Almeida define o racismo estrutural como “[...] decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2009, p.33). Já que primeiramente tal questão, “[...]transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional” (ALMEIDA, 2009, p.31).

Além das questões envoltas ao racismo, questões de gênero e trabalho infantil mostraram-se visíveis nesse início, “mulheres e crianças, aliás, formavam a maioria da mão-de-obra empregada nas fábricas de tecido, os maiores estabelecimentos industriais de então. Ganhavam menos e cumpriam a mesma jornada dos homens” (MATTOS, 2009, p. 41). Para a classe trabalhadora em geral, os salários eram baixos, a moradia insalubre e superpovoadas (MATTOS, 2009), estando as parcelas dos trabalhadores negros, mulheres e crianças sempre em condições pioradas. A precariedade imposta a classe trabalhadora, era também um dos fatores chaves que impedia a criação de uma identidade e consciência de classe.

A vivência política voltada para o setor partidário eleitoral da classe trabalhadora também era um ponto a ser considerado, já que “[...] a maioria dos trabalhadores daquele período não agia politicamente, pois com a barreira da proibição do voto do analfabeto (além das restrições a mulheres, menores de 21 anos etc.), pouquíssimos eram os eleitores” (MATTOS, 2009, p. 44), mas apesar desse ponto, o autor afirma que existiam manifestações políticas e que as mais organizadas, aconteciam devido aos “[...] sindicatos, que, embora não se constituíssem em instrumentos de intervenção no jogo político eleitoral, eram os porta-vozes mais nítidos das propostas de mobilização, reivindicação e transformação social” (MATTOS, 2009, p. 45).

Diante disso, Mattos (2009) alega que formas de organizações coletivas, como os sindicatos e outras formas de associação operária, desempenhavam papel primordial “na tarefa de criar uma identidade de classe para os trabalhadores e de exigir do restante da sociedade um espaço maior para esta” (MATTOS, 2009, p. 45). Antunes (1999) pontua que os sindicatos nascem em um cenário de luta da classe operária contra a exploração e dominação do capital, tendo com uma de suas principais funções, controlar o valor do salário, para que o trabalhador, inicialmente de configuração operária, tivesse uma instituição que levasse em consideração sua segurança ao invés de preconizar os abusos capitalistas. O autor sinaliza, que os sindicatos são organizações de classe, existindo para representar os interesses da classe trabalhadora.

Diante disso, Mattos (2009) pontua que os sindicatos surgem para representar os interesses dos trabalhadores, principalmente diante da curta duração e força que os partidos operários e socialistas possuíam na época em que eles começaram a ser criados, durante o período da República Velha. Já que com as restrições de votos que existiam para os trabalhadores, a participação da classe trabalhadora na época era pouca e esses partidos não conseguiam manter-se influentes ou atuar na defesa das ideias em pauta. Então, os sindicatos começaram a surgir. Inicialmente, eles eram caracterizados enquanto associações mutuais, na

intenção dos trabalhadores auxiliarem uns aos outros diante das explorações sofridas, das suas condições de vida e da falta de legislação que os protegessem (MATTOS, 2009).

Portanto, “[...]muitas associações mutualistas de caráter profissional passaram a assumir gradualmente feições sindicais, ao defenderem interesses de seus associados frente aos patrões e ao Estado” (MATTOS, 2009, p. 47). Porém, o autor sinaliza que isso não acontecia de uma forma direta e simples, já que os objetivos eram diferentes, pontuando que muitas associações mutualistas continuaram a aparecer, apenas com o intuito de haver ajuda mútua entre trabalhadores, paralelamente ao surgimento de outros tipos de organização e os sindicatos. Mattos pontua que essas organizações começaram a diferenciar-se pois “[...]ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e do governo” (MATTOS, 2009, p. 47).

Apesar dos sindicatos brasileiros primeiramente surgirem como um desenvolvimento das associações mutuais, posteriormente estes desenvolveram-se por conta própria, devido seu caráter de defesa aos interesses dos trabalhadores. Mattos (2009) coloca que houve disputa de correntes políticas para dirigir as primeiras organizações sindicais, já que por exemplo, com os socialistas a ideia era secundarizar a vida sindical relativamente à política partidária, obtendo pouco sucesso já que como dito anteriormente, os trabalhadores possuíam pequena participação eleitoral. Então, as organizações constituíam-se em boa parte das vezes pelos anarquistas, “[...]defensores de um sindicalismo de ação direta, inspirado no modelo francês –, quase sempre anarquistas, em especial na vertente mais tarde chamada de anarcossindicalista, tornaram-se as principais lideranças na primeira fase de organização de sindicatos” (MATTOS, 2009, p. 48).

Esses revolucionários, defendiam uma atuação mais direta, por meio de greves e a utilização de meios de propaganda, como os jornais, para mobilizar os trabalhadores. Porém, as respostas para as ações sindicais começaram a aparecer, no início dos anos de 1920 por conta da repressão estatal, que fecharia os jornais, exilando lideranças e instaurando uma propaganda anti-sindicato, marcando o decaimento anarquista (MATTOS, 2009). Isso porque, de acordo com o autor, em 1922 as disputas com os comunistas passaram a ser mais acirradas, por conta da fundação do PCB – Partido Comunista Brasileiro, que tinha sido criado a partir de antigos militantes anarquistas.

Mattos (2009) sinaliza que a diferença aqui entre aqueles que se consideravam socialistas; que não tinham conseguido êxito em pleitear os trabalhadores para suas ideias de organizações sindicais; e os comunistas, estava no fato de que esses não restringiam a via

partidária apenas nas consideradas instituições políticas legais, sendo assim, diferente dos socialistas, não seriam responsáveis pela atuação dos sindicatos em segundo plano. Já que estes consideravam o partido como “[...]uma “vanguarda revolucionária” pronta a comandar o proletariado no enfrentamento violento com a ordem estabelecida, para a tomada do Estado, em direção à sociedade socialista” (MATTOS, 2009, p. 50), na visão deles, os sindicatos se configurariam enquanto o melhor espaço para organizar os trabalhadores.

Essas movimentações encabeçadas por comunistas e ainda anarquistas, organizaram o descontentamento da população trabalhadora, aumentando o número de ações sindicais e fazendo com que os sindicatos tomassem corpo na sociedade brasileira. Com a chegada dos 15 anos do primeiro governo de Getúlio Vargas, passou a existir um discurso de que haveria uma melhor relação entre os empresários e os trabalhadores e que o Estado passaria a regular mais e seria mais protetor com a classe trabalhadora (MATTOS, 2009).

Vargas, instaura um conjunto de “leis trabalhistas”, divididas em quatro núcleos básicos de leis:

a) a legislação previdenciária, que generalizou as primeiras experiências dos anos de 1920 com as caixas de aposentadorias e pensões, mais tarde chamadas de institutos, que, com contribuições do Estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social – aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais etc; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio da representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista (MATTOS, 2009, p. 62-63).

Isso ajudaria a mudar a relação dos trabalhadores com o Estado. Já que de acordo com Mattos (2009), durante os anos de 1930-1934, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio seria criado e em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT instaurada, sendo a sistematização de boa parte das leis trabalhistas da época. O autor sinaliza que o Ministério seria o responsável na tarefa de constituir um modelo de sindicato oficial, que seria novo e reconhecido pelo governo, tendo como intuito “[...]servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais” (MATTOS, 2009, p. 63), o que geraria a disputa com os sindicatos autônomos, muitos que já tinham em torno de trinta anos de atuação.

A ideia com esse sindicato tutelado pelo Estado, era de construir uma colaboração entre os trabalhadores e os empresários, porém Mattos (2009) declara que os trabalhadores não cederam essa ideia tão facilmente, já que estes já se encontravam organizados e não enxergavam muita representatividade para eles dentro desse modelo de sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Para começar a conquistar os trabalhadores, o Ministério passou a traçar uma estratégia mais interessante, vinculando “[...]a concessão dos benefícios das novas leis trabalhistas à representação de classe oficial” (MATTOS, 2009, p. 64), exercendo uma pressão para os sindicatos, já que estes precisavam que o Ministério reconhecesse sua atuação, para que os trabalhadores e os sindicatos pudessem utilizar dos benefícios.

Porém, mesmo com a vinculação de benefícios, Mattos (2009) sinaliza que muitos sindicatos de ideais comunistas, trotskistas e anarquistas, se colocaram contra, não vinculando-se. Sendo inicialmente os comunistas, depois os trotskistas a denunciarem essa ação do Estado, pois a consideravam fascista. Mesmo com a pressão aumentando na disputa entre sindicatos oficiais e sindicatos autônomos, Mattos pontua que em São Paulo, local em que possuía o maior número de operariado e tradição sindical, os sindicatos autônomos continuavam a resistir, ajudando o cenário de maiores ações sindicais e greves em 1934, mas que acabam por decair em suas ações, diante do cenário e pressão sofrida, mesmo antes do golpe de 1937.

O cenário já passa a se desmobilizar, entre 1935 e 1942 um período em que “[...]à direção dos sindicatos dirigentes completamente submissos às orientações do Ministério do Trabalho; não há greves por categorias e a participação das bases nas atividades propostas por essas entidades reduz-se a quase nada” (MATTOS, 2009, p. 69-70) isso aconteceu, pois de acordo com Mattos, ocorreu o aumento da violência e aniquilações de diversas lideranças sindicais em 1935, fazendo com isso abrisse espaço para um cenário de medo, propício para que os ideais do governo Vargas pudessem se instaurar, acabando com as manifestações que estavam ocorrendo na época, “A complementaridade entre a ação controladora do Ministério do Trabalho e a atuação repressiva da polícia política, como duas frentes da mesma política governamental de anulação da capacidade de organização autônoma e ação coletiva dos trabalhadores[...]”(MATTOS, 2009, p. 73) e ajudando a enfraquecer as bases dos sindicatos, os ideais defendidos e a consciência de classe.

De acordo com Mattos (2009) com a instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937, a constituição tinha como base ideais fascistas, que colocava o sindicato enquanto modelo único

até a chegada de 1942, em que Vargas procurava trazer o Estado para mais próximo dos trabalhadores, na intenção de ganhar apoio diante do crescimento da oposição à ditadura, em frente ao cenário da Segunda Guerra Mundial. Assim, Vargas tenta se constituir diante de um discurso político trabalhista em que se colocava enquanto protetor dos trabalhadores, colocando a legislação social “[...]como uma concessão aos trabalhadores de um Estado que teria se antecipado às pressões sociais. Os sindicatos também teriam sido criados pela clarividência do governante” (MATTOS, 2009, p. 71), por meio de um grande investimento cultural e estatal, na intenção de reforçar a ideia do trabalho e do trabalhador e do Estado enquanto “doador” dessas legislações.

Desse modo, tal discurso obteve sucesso, mas não necessariamente devido ao apoio de alguns trabalhadores e sim devido à escassez de escolhas no campo sindical para eles, que estavam sendo atacados, reprimidos e mortos. O enfraquecimento dos sindicatos e também de suas vertentes e lideranças mais combativas por meios repressivos, explicavam o motivo do apoio às propostas de Vargas. Segundo Mattos (2009), porém, tal movimentação também fez renascer a movimentação sindical, diante da redemocratização da ditadura do Estado Novo durante o período de 1945 e 1946, fazendo com que crescesse o número de sindicatos e número de sindicalizações, logo “[...]873 sindicatos foram criados até 1945 e, em 1946, criaram-se mais 66. Os trabalhadores filiados, que, em 1945, somavam 474.943, passaram a contar 797.691 já em 1946” (MATTOS, 2009, p. 79).

Também houve nesse período, a criação de organizações intersindicais, como Movimento de Unificação dos Trabalhadores - MUT em São Paulo, sendo esse crescimento considerável suficiente para organizar um Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, no Rio de Janeiro (MATTOS, 2009). Tanto a criação de uma organização intersindical, como organizar trabalhadores e delegados sindicais em um congresso, estava atrelado ao debate de discutir os limites da estrutura sindical oficial e os benefícios atrelados a ela, que ainda permanecia desde a época do Estado Novo. Porém Mattos (2009) pontua que com a chegada do governo Dutra e sua onda repressiva, as uniões sindicais estaduais foram fechadas, assim como o PCB, fazendo com que as ações acontecessem apenas na clandestinidade, enfraquecendo a luta sindical e salvaguardando a estrutura sindical oficial.

O governo Dutra foi marcado pelo início da supressão dos direitos de greve, que iam na direção contrário daquelas vividas durante os anos de 1945 e 1946. Mattos sinaliza que “[...]algumas greves por reajustes salariais nos Estados, uma retomada dessas ações só seria

possível em 1951, já durante o segundo governo de Vargas” (MATTOS, 2009, p. 86). Então, com a chegada do Governo Vargas, a sua ideia era continuar e aumentar o processo iniciado com a instauração de políticas sociais, porém para isso ele precisava do apoio da população, para isso ele precisava tornar o discurso trabalhista ainda mais radical (MATTOS, 2009), já que agora o nível de participação e sindicalização era maior da população, apesar dos diversos ataques o nível de consciência de classe dos trabalhadores era maior e de sua radicalidade também.

Fazendo que o desprezo por tais ações acontecessem, já que essa política anteriormente tinha sido violenta para os sindicatos, defendendo “[...]a atuação paralela aos organismos sindicais oficiais, por meio de comissões de base dos trabalhadores nas empresas e de entidades intersindicais criadas apesar da legislação que as proíbia” (MATTOS, 2009, p. 87), levando a criação de entidades intersindicais diante o cenário, fortalecendo as formas autônomas de organização. Mattos pontua que mesmo com a elevação do salário mínimo, a tentativa de melhorar a relação com a classe trabalhadora por meio do discurso trabalhistas, fizeram com que a falta de apoio popular e movimentação de setores ligados a Carlos Lacerda, fizesse com que chegasse o fim do governo de Getúlio, devido ao seu suicídio, o autor afirma que esse gesto visto enquanto extremo, alimenta-se e garante a eleição de Juscelino Kubitschek.

Apesar de trágico, Marini (2000), afirma que o então suicídio de Getúlio em 1954, foi um dos primeiros pontos para que pudesse se instalar o golpe militar dez anos depois. Com a instauração do “Estado Novo” em 1937, Getúlio Vargas instaurou legislações trabalhistas, que beneficiaram os trabalhadores e com sua morte, a burguesia industrial busca modificar o papel do Estado enquanto aparelho, para utilizar de seus benefícios e aproveitar os recursos econômicos, já que pela primeira vez, o setor de indústrias estava em uma posição de concorrência com o agronegócio, logo se faria útil utilizar de todos os meios possíveis (MARINI, 2000).

Marini (2000) também coloca que outro ponto para a instalação do golpe, foram as medidas da política conciliatória de Getúlio Vargas diante da não aceitação de sua política progressista e nacionalista. Getúlio, criou, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Petrobras, o projeto da Eletrobras, porém as ações voltadas a conseguir o apoio operário desenvolvidas por João Goulart, como o aumento em 100% do salário mínimo e organização das diretivas sindicais, gerou medo na burguesia brasileira, “[...] lançou Jango

contra as oligarquias dominantes com a ameaça de uma “república sindicalista”, de tipo peronista” (MARINI, 2000, p.15).

Com isso, o autor afirma que foi o início do fim de Getúlio, pois entre as medidas criadas estavam a,

[...]Lei de Segurança Nacional e a prorrogação e ampliação do acordo militar Brasil-Estado Unidos. A primeira, sem consequências imediatas, criava o quadro jurídico de repressão do movimento popular, que o governo militar em 1964 utilizaria amplamente; o segundo punha definitivamente as forças armadas brasileiras sob a influência do Pentágono norte-americano (MARINI, 2000, p.15).

Porém para Marini (2000), a reforma cambial de 1953 foi o ápice das questões no governo Vargas. Essa reforma tinha como função controlar as importações que eram administradas pelo governo e incentivar as exportações que não eram controladas de maneira estatal tornando a entrada e saída de capitais de forma livre. Isso gerou inicialmente um equilíbrio, mas no ano seguinte já era possível visualizar a crise cambial, por conta do déficit comercial, o que incentivou a agitação do movimento operário, que pediam reajuste salarial. Com isso, a direita passa a movimentar-se mais contra o governo e o líder dessas ações que era Carlos Lacerda, que tinha sofrido uma tentativa de assassinato, engrossa o coro ao redor da comoção em volta do pedido de renúncia do atual presidente, gerando o suicídio de Getúlio Vargas.

Após esse fato, Marini pontua que a presidência foi entregue ao vice-presidente Café Filho. Unindo-se ao fim do governo de Getúlio e nenhuma ação governamental para buscar equilibrar o sistema cambial, a burguesia procurando conter um colapso do sistema industrial, “[...] aceitava a concessão de divisas necessárias à superação dessa crise por parte dos grupos estrangeiros, concedendo-lhes em troca uma ampla liberdade de ingresso e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que se havia esboçado com Getúlio” (MARINI, 2000, p. 19). Quando Juscelino Kubitschek entra no poder em 1956, sua primeira ação é impulsionar o crescimento econômico, lançando o Plano de Metas, que se apoiava “[...] principalmente, nos investimentos públicos em setores básicos e no ingresso de capital estrangeiro” (MARINI, 2000, p.20).

Com a eleição de Juscelino, os comunistas tiveram que aproximar-se de outros setores, como os dos trabalhistas de esquerda, para garantir a direção dos sindicatos e estruturas oficiais, Mattos (2009) sinaliza que durante esse governo houve a maior ampliação sindical já existente, principalmente diante do caminho incessantemente turbulento de perdas e ganhos que o sindicalismo brasileiro vivia. Isso acontece justamente, porque diante de um cenário menos

repressivo, o número do operariado cresce diante a transformação econômica, proposta por Juscelino e da maior organização, diante também do crescimento do número de trabalhadores e sindicalização, para se organizar diante das questões que surgiram por conta dos valores da inflação e perdas salariais. E nesse cenário crescem as greves, a percepção pela opinião pública da importância sindical e as organizações intersindicais (MATTOS, 2009)

Dessa maneira, também é possível observar as mudanças pontuadas por Bambirra (2013), quando citou as mudanças da economia dependente por conta do movimento instaurado pela Segunda Guerra Mundial, como o declínio do populismo, conforme existia com Getúlio e a influência de capital estrangeiro no desenvolvimento do capital nacional. Marini (2000), afirma que é importante observar como se deu o processo de expansão econômica brasileira e quais foram os resultados disso. Ele pontua que uma das questões mais significativas está na participação do capital estrangeiro, fazendo com que “[...] em virtude do crescimento da intervenção do fator externo na economia e dos laços que o mecanismo da associação estabeleceu entre esse setor e o nacional, os grupos econômicos internacionais viram crescer sua influência na sociedade política brasileira” (MARINI, 2000, p. 21).

Isso também gerou um impacto na relação entre o setor industrial e o agroexportador. Marini (2000) pontua que houve um enfraquecimento econômico do setor agroexportador, mas que isso não afetou esse setor enquanto potência política, pois sua influência já estava muito bem estabelecida na estruturação política brasileira e mesmo que o setor industrial tivesse se tornado mais importante economicamente, ainda necessitava do setor agroexportador, para realizar suas exportações. Apesar de uma tensão entre setores, o autor pontua que a importante geração de lucros existente na exportação abrandou ambas as partes, pois estas conseguiam trabalhar conjuntamente e ainda assim lucrar.

Porém apesar do esmaecimento dessa situação, a desnacionalização pontuada por Bambirra (2013) era atenuada, principalmente na produção agrícola. Visto que, a renda urbana passa a prevalecer diante da renda gerada pela agricultura e dentro desse setor, existe uma perda da renda daqueles que produzem para o mercado local interno. Logo, os produtores agrícolas locais passam a ser colocados em situação de pobreza e subemprego, fazendo com que aumente a extração da riqueza apenas por um pequeno grupo latifundiário, com a compra e aluguel dos menores produtores (MARINI, 2000). Isso alimenta a criação de ligas camponesas e encontros de trabalhadores rurais em meados dos anos de 1960, o que “de uma maneira mais sutil a questão agrária influenciará o movimento de massa das cidades” (MARINI, 2000, p. 26).

Marini (2000) afirma que o movimento do campo também influenciava na estagnação salarial, já que existia uma grande massa de pessoas sem trabalhar constituindo um grande exército industrial de reserva para o cenário da produção industrial, paralelamente que o preço dos alimentos aumentava, junto com o custo de vida, já que o cenário de produção local se encontra defasado e a produção estava amplamente ligada à exportação. Isso também afetou “[...] a classe média assalariada, cujos ingressos estiveram sempre em função do salário mínimo operário” (MARINI, 2000, p. 26).

E com a influência campo-cidade, tanto nas esferas econômicas, quanto na social, Marini (2000) sinaliza para o crescimento da organização sindical da classe operária que se encontrava nas cidades, simultaneamente ao aumento do custo de vida. Creio que é importante salientar aqui, que apesar da classe média também ser atingida por isso, Marini (2000) apresenta que as agitações sindicais e as movimentações de greve desse período, são encabeçadas e conduzidas pelo movimento operário da época.

Mesmo com o fim do governo de Juscelino, as greves continuavam a acontecer e o movimento sindical a se fortalecer, principalmente fugindo dos organismos oficiais, “a força política, a trajetória grevista ascendente e o crescimento no nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo entre 1955 e 1964 explicam-se, em grande parte, pelo surgimento das organizações paralelas ao sindicalismo oficial” (MATTOS, 2009, p. 96). Mesmo diante de toda a movimentação agitada dos anos anteriores ao golpe militar, com as mudanças de governo de Jânio Quadros, João Goulart e até a instauração de um parlamentarismo temporário no Brasil, o sindicalismo continuou a mostrar seu crescimento exponencial, tendo aliás grande responsabilidade com a retomada do presidencialismo, por conta de inúmeras greves instauradas pelo movimento sindical (MATTOS, 2009).

Após tais movimentações no governo de Juscelino Kubitschek, instaurou-se o governo de Jânio Quadros e sua movimentação turbulenta até a chegada do golpe militar de 1964. De acordo com Marini (2000) seu governo foi inicialmente marcado por repressões das formas de organizações, como os sindicatos e movimentos estudantis e pela instauração de uma nova política cambial, na tentativa de remediar a crise econômica que estava instaurada no país, tal medida em muito foi elogiada pelos setores da exportação, indústria, agricultura.

Segundo Marini, Jânio Quadro também visava autonomia internacional, quando buscou estabelecer relações com os Estados Unidos e a Europa, paralelamente às relações com os países socialista. Porém, a nova política de câmbio que beneficiava a burguesia, elevava o custo de

vida para aqueles que trabalhavam, dessa forma Jânio passou a constituir medidas para tentar melhorar essa questão, mas que resultou apenas em “[...]descontentamento dos mais diferentes setores, desde os comunistas até os de extrema direita[...]” (MARINI, 2000, p. 34), levando a sua renúncia de forma inesperada em 25 de agosto de 1961, depois de alguns ataques gerados por Carlos Lacerda.

Tal questão, conforme Marini (2000), levaria o país ao caos já que a pessoa que assumiria seria seu vice, João Goulart, que não era benquisto pela burguesia brasileira. Porém, após as agitações, João Goulart assume e o autor pontua que isso só acontece pela necessidade em acabar com a estagnação econômica gerada pelo momento. “Com efeito, desde 1962 a taxa de investimentos declina (sinal seguro de que havia caído a taxa de lucros), enquanto, [...] os movimentos reivindicativos da classe operária da classe operária e da pequena burguesia tornam-se cada vez mais agressivos” (MARINI, 2000, p. 36). Apesar de uma trégua parlamentar, para a chegada de Jango ao poder, o autor também sinaliza para o fato de que movimentos de esquerda, encabeçados pelo PCB - Partido Comunista Brasileiro, conseguiram convocar um plebiscito que garantiu o retorno dos direitos presidenciais a João Goulart.

Essa união que Marini (2000) aponta enquanto um governo burguês-popular, iniciaria uma série de contradições, que já era esperada pela junção no mínimo incomum. João Goulart, que tinha sido ministro do trabalho por algum tempo no governo de Getúlio, em torno de nove anos antes, instaurou e fortaleceu os sindicatos e organizações populares. Isso dava a ele, em seu atual governo, uma certa credibilidade com a classe trabalhadora e força com o movimento sindical, mas essas mesmas questões fizeram a burguesia desejar que ele contivesse os movimentos sindicais e populares, que estavam se alastrando diante da crise econômica vivida.

Com isso, o maior desafio de seu governo foi movimentar a economia, beneficiar a população por um lado, mas por outro lado, fazer com isso fosse colhido realmente pela burguesia, enquanto ele conseguia conter as agitações populares de descontentamento. Mattos (2009) afirma que diante dessa ação, ele abriu muitos espaços de discussões e debates sobre o sindicalismo e suas propostas, isso levou a um apoio dos sindicatos diante da radicalização política no início de 1964, mas como afirma Marini (2000) isso não se mostra suficiente diante do cenário político e do não fortalecimento de laços de Jango com setores de esquerda o suficiente para se manter presidente. Já que suas contradições governamentais eram muito fortes diante da ideia de Plano Trimestral de reativação econômica (MARINI, 2000).

Por conseguinte, os movimentos que já se fortaleciam desde o governo JK, por conta da crise, ganham ainda mais corpo e força, “a extensão dos movimentos de massas e a polarização com que se efetuava em sua representação política repercutiram imediatamente sobre as classes dominantes” (MARINI, 2000, p. 40). Marini sinaliza que nesse cenário, a intervenção norte-americana tornou-se ainda mais visível. Os Estados Unidos passaram a apoiar, financiando atividades e candidatos de sua preferência, dando como justificativa o apoio à democracia. Setores da Igreja Católica também entraram no coro de defesa a democracia, já que o apoio burguês a Jango diminuía e os movimentos populares aumentavam e o descontentamento da classe média aparecia, diante da diminuição do seu estilo de vida, em um governo que para essa parcela apontava mais para a esquerda, tendo a Igreja unido-se a ideia propagada pela direita, de que aquilo constitua-se enquanto um plano comunista.

O autor coloca que diante desse alvoroço, “os conflitos populares, entre grupos radicais, tornaram-se cada vez mais frequentes e violentos, e o país passou a viver um clima pré-revolucionário” (MARINI, 2000, p. 43). João Goulart diante do enfraquecimento da burguesia em lhe apoiar, voltou-se para a esquerda, mas não foi o suficiente para manter o restante de sua influência e governo. Sendo o segundo dia de abril em 1964, a data em que ele cruza a “[...]fronteira brasileiro-uruguaia. Na véspera havia-se constituído um governo provisório que, ainda ilegítimo (o presidente constitucional se achava ainda no Brasil), foi reconhecido pelos Estados Unidos” (MARINI, 2000, p. 44). Instaurando-se depois de sete dias, o Ato Institucional que detinha quase que completamente a Constituição.

Com o golpe militar implantado, Marini (2000) indica que não é possível observar tal movimentação apenas como uma questão de movimentação externa, tendo em visto todos os acontecimentos internos, mas é necessário entender que muito dos acontecimentos internos estão ligados a influência e pressão do capital estrangeiro, principalmente estadunidense, que Bamberger (2013) sinaliza ao apontar o Brasil enquanto uma economia dependente. Marini (2000) também preconiza isso, apontando que olhar isso apenas com um fator externo seria uma análise rasa da própria história brasileira. Torna-se impossível entender a movimentação política brasileira, em termos objetivos e subjetivos, sem levar em conta o entendimento em nível nacional e internacional “[...]o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplarmos tanto a nível nacional, como, principalmente, a nível internacional” (MARINI, 2000, p. 106).

Com a instauração do golpe Mattos (2009), pontua que a estrutura oficial voltada para a modelo de sindicato, foi usada de forma muito útil na repressão dos movimentos sindicais, “[...]logo quando o golpe se consolidou, o governo militar ordenou a intervenção de em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e quatro confederações)” (MATTOS, 2009, p. 101). A ideia de controlar os sindicatos e reprimir as organizações políticas não estava só ligada ao fato de silenciar ações contra a ditadura, mas também segundo Mattos (2009) a tentativa de não haver manifestações diante o arrocho salarial, que viria como solução para tentar resolver a crise instaurada desde o governo de Juscelino Kubitschek.

Mattos (2009) pontua que as direções dos sindicatos foram assumidas por interventores, que eram nomeados pelos militares, que tinham como intuito reforçar a ideologia militar e caçar as antigas lideranças e militantes, agora vistas como perigosas, essa perseguição se deu “[...]por meio de inquéritos instaurados pelos interventores, que buscavam reunir provas para incriminar as antigas lideranças como subversivas, encaminhando o resultado de suas buscas para os inquéritos policiais militares instalados pela ditadura” (MATTOS, 2009, p. 104-105). De acordo com Mattos, isso alimentou o esvaziamento dos sindicatos.

De acordo com Mattos (2009) com o passar dos primeiros anos e a instauração do AI-5, o cenário entre 1968 e 1970, estava entre os governos ditatoriais em desejar um novo modelo de atuação sindical, diante do agravamento da repressão da ditadura. Esse modelo estava voltado para um viés mais assistencial, “esse lado assistencial dos sindicatos seria fortalecido pela injeção de recursos do governo, via financiamentos e doações, e reforçado pela conjuntura de início da crise da saúde pública e fim dos institutos de aposentadoria e pensões” (MATTOS, 2009, p. 111).

Portanto, o novo modelo de atuação dos sindicatos estava voltado para serviços assistenciais, “[...]como os consultórios médicos, colônias de férias etc. – que, ao mesmo tempo, serviam como indicadores das ações governamentais (das quais o sindicato era um intermediário) junto aos trabalhadores e de polo de atração para novos associados” (MATTOS, 2009, p. 112). Apesar disso, Mattos afirma que houve uma maior quantidade de movimentações clandestinas e greves na década de 1970, nas fábricas metalúrgicas como na *Ford* de São Bernardo, assim a “[...]Oposição Metalúrgica já falava em um “novo sindicalismo”, essa expectativa de transformação na estrutura e na ação sindical só faria reforçar-se nos meios mais combativos até o ressurgimento, em 1978, dos movimentos grevistas” (MATTOS, 2009, p. 115).

Essas movimentações só começam a ocorrer; já que inicialmente elas nunca tinham parado; mesmo que clandestinamente pois o modelo econômico da ditadura estava se mostrando ineficiente para resolver a economia e o arrocho proposto, só estava prejudicando mais ainda os trabalhadores. Isso levou ao início de transição dos governos militares para governos civis, uma demonstração disso é o fim do AI-5, em 1978 e a anistia política em 1979 e a reorganização partidária (MATTOS, 2009). Porém,

Tais mudanças possuíam um caráter limitado e dúbio. Antes de efetivá-las, a ditadura decretou, em abril de 1977, um pacote de medidas que fechou temporariamente o Congresso (como o AI-5 fizera em 1968) e instituiu eleições indiretas para um terço do Senado (os senadores “biônicos”), alterou a composição do colégio eleitoral para as escolhas presidenciais e manteve a escolha indireta dos governadores, entre outras “novidades”. A anistia, por outro lado, beneficiou também os que serviram à repressão, torturando e assassinando supostos “subversivos”. E a reorganização partidária teve como objetivo, embora não alcançado totalmente, dividir e enfraquecer as oposições (MATTOS, 2009, p.117).

Demonstrando que apesar de instituírem medidas “liberalizantes”, estes faziam apenas da sua maneira, que pudessem ser beneficiados também. A leve e gradual abertura, demonstra que o movimento hegemônico, pode até desimpedir a passagem até certo ponto, mas que não fará isso se não for benéfico a ele. As greves do ABC passaram a se desdobrar a partir de 1978, segundo Mattos (2009), levando a criação do Partido dos Trabalhadores - PT em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores - CUT em 1983, sendo os responsáveis por encabeçar nas eleições presidenciais diretas – as “Diretas Já!” e fazendo partícipes na participação popular no processo da Constituição de 1988.

Aqui era pautado a ruptura com o modelo oficial de sindicato. Este momento foi responsável para que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo à época, que era Luís Inácio Lula da Silva, ganhasse mais influência e se tornasse mais conhecido nacionalmente, pois era identificado como a liderança mais importante no movimento sindical entre 1978 e 1979, momento marcado por um extenso número de greves, que se encontravam em torno de 300 durante aquele espaço de tempo (MATTOS, 2009). Segundo o autor, após esse período houve um declínio, a partir de 1980, devido ao desemprego e a crise econômica, mas tal situação logo cessou, pois, a partir de 1983, as greves voltaram a crescer e em “[...] um ritmo intenso e inédito dos movimentos grevistas, indicando uma fase de intensa atividade sindical. Das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 de 1989, foram 12 anos de crescimento no número e volume das paralisações” (MATTOS, 2009, p.120).

Além do crescimento intenso, as greves passaram a ser mais diversas, tanto em seus métodos de atuação, como das “novas” categorias que aderiram às grandes greves, como os funcionários públicos, os professores e como a conhecida greve dos bancários em 1985 (MATTOS, 2009). Mattos, pontua para as quatro greves chamadas entre 1983 e 1989, sendo a greve de 1989, a maior greve da histórica brasileira e de acordo com o autor, a última demonstração grandiosa do novo sindicalismo, com a participação de 20 milhões de trabalhadores, por dois dias. Isso se dava pois os trabalhadores lutavam contra as questões geradas pela crise do modelo econômico da ditadura, principalmente os reajustes salariais diante da inflação (MATTOS, 2009).

Além dos grandes movimentos e dos novos métodos, novas centrais sindicais também uniram-se ao bojo e não só elas de maneira progressistas, como por exemplo a Força Sindical, que justamente em seu início não tinham grandes números, diante do caráter popular e revolucionário da época, mas que ganha forças em 1990 “[...] pelo apoio do governo e do empresariado à sua proposta de “sindicalismo de resultados” [...] a nova central anunciava a adesão à lógica econômica do capitalismo e a colaboração com o empresariado como forma de obter vantagens materiais para os trabalhadores” (MATTOS, 2009, p.124).

Os anos de 1990, foram marcados pelo decréscimo no número de greves, já que segundo Mattos, os índices de sindicalização caíram, existiam problemas em mobilizar as bases e questões financeiras, isso acontecia porque agora os trabalhadores estavam lidando principalmente com as “[...] transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista (o sindicato único, o poder normativo, o imposto...) e as opções políticas das lideranças da CUT” (MATTOS, 2009, p.126), que aqui configurava-se com a central sindical mais expressiva em número e influência.

No que tange às transformações do mundo do trabalho, Mattos (2009) sinaliza sobre a nova fase do capital marcado pelo: neoliberalismo, a internacionalização do capitalismo financeiro e pela mudança pelo nível e maneira da produção, que agora era mais intensa e ligado a grandes empresas transnacionais. Além de mais acentuada, elas eram também mais flexíveis e estimulavam a polivalência do trabalhador, porém isso se uniu à introdução de novas tecnologias que poupavam o número de trabalhadores, gerando o encolhimento industrial da população economicamente ativa nas indústrias, gerando uma ampliação do emprego em serviços. Tais ações, de acordo com o autor, também foram marcadas por contradições, já que

havia uma mudança na composição da força de trabalho, o que exigia muitas vezes uma melhor qualificação do trabalhador, porém diante do cenário de maior produtividade e precarização do trabalho, a exploração da mão-de-obra infantil, o trabalho análogo à escravidão, também voltavam à tona e a terceirização ganha forças.

Mattos (2009) afirma que a chegada ao poder do projeto neoliberal no Brasil, aconteceu com a eleição de Fernando Collor de Mello para Presidência da República, em 1989. Sua atuação foi marcada pelo congelamento salarial, “[...]um programa de demissão de funcionários públicos, privatização de empresas estatais e abertura do mercado brasileiro para as importações[...]” (MATTOS, 2009, p.129), todas essas ações estavam voltadas a ajustar o Brasil às receitas neoliberais instituídas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial.

Collor já desejava introduzir reformas na recém-aprovada Constituição, para que suas novas medidas neoliberais pudessem caber dentro dela, mas não tinha muito apoio político para isso, já que pairavam denúncias sobre corrupção; apesar de sua candidatura estar relacionado ao combate da corrupção; levando ao seu impeachment, aprovado em 1992, com o grande apoio popular que teve sob a bandeira “Fora Collor!” (MATTOS, 2009). Com o impeachment, o vice Itamar Franco assume a presidência e meses antes do fim de seu mandato, Fernando Henrique Cardoso que era o ministro da Fazenda, implanta o Plano Real, um plano econômico caracterizado pela “[...]paridade da moeda nacional em relação ao dólar e ancorado numa política de juros absurdamente altos[...]” (MATTOS, 2009, p.129), isso dá forças e confiança para sua candidatura e eleição em 1994, que de acordo com o autor, também possuía o apoio das classes dominantes que tinham em FHC um líder competente para continuar a implementar as metas de ajustes neoliberais que tinham começado no governo Collor.

Se o apoio da burguesia à Collor estava voltado pela implantação correta da agenda neoliberal, o povo apoiava o início de seu governo por conta do controle inicial da inflação conquistado pelo Plano Real e do acesso novamente ao poder de compra de bens duráveis e ao mercado, que esses não tinham antes por conta da inflação (MATTOS, 2009). Em contrapartida, o autor afirma que as dívidas internas e externas cresciam, mas nada que abalasse o apoio da burguesia a FHC, já que ele realmente estava conseguindo aplicar os ajustes neoliberais, com inúmeras privatizações de empresas estatais, implantação do Estado enquanto mínimo, com a diminuição de investimento em políticas sociais, reforma administrativa e previdenciária, flexibilização da legislação trabalhista. Tais ações fizeram com que ele se fortalecesse e tivesse

suporte na aprovação da emenda constitucional permitindo sua própria reeleição (MATTOS, 2009).

Com a chegada das políticas neoliberais, Mattos (2009) pontua que os sindicatos são afetados pela mudança e desregulamentação do mundo do trabalho. Medidas foram criadas para afetar a atividade sindical em relação a ação industrial, como a mudança da planta produtiva para outros espaços, havendo uma descentralização intencional de São Paulo e outras áreas de maior concentração industrial, para realocar em regiões em que as atividades sindicais fossem menos ativas, por exemplo. Isso também somado a “[...]diminuição das garantias mínimas de direitos para os trabalhadores, agravando a insegurança no quadro de desemprego e precarização[...]” (MATTOS, 2009, p.131), afetando os sindicatos e a sindicalização daqueles que vendiam sua força de trabalho.

De acordo com Mattos (2009), apesar de novas propostas serem apresentadas pelo novo sindicalismo nos anos de 1980, mesmo diante do período de redemocratização e as mudanças com a chegada da Constituição de 1988, a estrutura sindical não conseguiu mudar de fato, pois “[...] permaneceram a unicidade sindical, o monopólio da representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical. Ou seja, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista” (MATTOS, 2009, p.132). O autor também pontua que a radicalização dentro dos sindicatos também diminuiu, a redução da pressão e mobilização realizada pela CUT - Central Única dos Trabalhadores, que tinha papel principal na organização sindical, demonstrava isso.

Portanto, o formato oficial sindical permanece e com isso, Mattos (2009) afirma que a estrutura, as negociações são decididas pela Justiça do Trabalho, estando os sindicatos e suas ações presos pela normatividade estatal, o que não beneficia as ações e negociações trabalhistas. O autor também pontua que a existência do imposto sindical, ajudava o estabelecimento de sindicatos sem representatividade real, que apenas existiam para recolher tal imposto, pois não sobreviveria apenas da contribuição dos trabalhadores, gerando dependência financeira, já que mesmo com a queda na sindicalização e a diminuição das contribuições, conseguiam manter sua estrutura assistencial. Desse modo, Mattos informa que o controle do sindicalismo pelo Estado e da lógica ligada à prestação de serviços assistenciais gerou também “[...]grandes e dispendiosas estruturas de serviços médicos, espaços recreativos e balcões de serviços, às quais recorrem diariamente milhares de trabalhadores que não encontram opção de atendimento em serviços públicos totalmente deteriorados” (MATTOS, 2009, p.134).

Demonstrando o porquê dos sindicatos terem se configurado dessa maneira, além de enfraquecer a mobilização trabalhista, estes preenchem o espaço que deveria de preocupação e atendimento do Estado. As mudanças colocadas para os sindicatos em nada tiveram a ver com medidas benéficas, pois na verdade, segundo Mattos (2009) em 1998 o governo de Fernando Henrique instituiu a pluralidade sindical e acabaria com o imposto, que tinha como uma de suas funções principais manter os sindicatos de pé, com representatividade real ou não. Porém apesar de retirar a contribuição, o comando permaneceria sob o controle da Justiça do trabalho, logo, a contribuição não existiria, mas o controle estatal sim. Isso foi a medida criada por FHC, para “[...]fomentar o sindicato por empresa, parceiro do empresariado – por adesão ou por pressão – na busca do aumento da produtividade e da lucratividade” (MATTOS, 2009, p.135), já que a Justiça do Trabalho que definia o que o sindicato poderia fazer negociações e contratações coletivas, já que os empresários faziam acordos, com apenas aqueles que possuem representatividade.

Diante das mudanças, “[...] os setores majoritários entre as direções sindicais cutistas conceberam que, aos trabalhadores, cabe se proteger dessas mudanças irreversíveis, em especial, proteger seus empregos frente a um quadro de desemprego estrutural que impediria reações mais radicais” (MATTOS, 2009, p.137-138). Apesar disso, a CUT não se colocava como a Força Sindical, que tinha em seu nascimento a marca do neoliberalismo e tentava se colocar diante do cenário, enquanto opositora do governo FHC e resistente ao ajuste da agenda neoliberal.

Porém Mattos (2009) chama a atenção para a rápida adaptação a propostas neoliberais após a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003. Boito (2018) afirma que o primeiro governo Lula, torna-se emblemático pois “[...]pela primeira vez na história política do país um partido nascido fundamentalmente do movimento sindical assumiu o governo federal” (BOITO JR, 2018, p.183). Então, o sindicalismo tem um papel importante dentro da eleição de Lula e depois de Dilma Rousseff, porém durante esses governos o sindicalismo sofreu perdas, mas também obteve ganhos. A CUT que tinha se estabelecido enquanto opositora dos governos Collor, Itamar Franco e FHC, por conta do estabelecimento e fortalecimento da agenda neoliberal, passa a apoiar o governo Lula, mesmo que criticamente, entrando em uma onda de moderação política (BOITO, 2018).

Quando a nova burguesia nacional chega ao poder, no início dos anos 2000, com o governo Lula, de acordo com Boito Jr (2018), com um projeto neodesenvolvimentista e que

segundo o autor, configura-se enquanto neo/novo, pois existia um modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, antes do neoliberalismo, que era o desenvolvimentista, entre os anos de 1930 até 1985, que foi dividido em duas etapas, a primeira sendo a nacional reformista entre 1930 e 1964 e a segunda, pró-monopolista, entre 1964 e 1985.

O autor situa que as diferenças entre os dois, demarcadas muito pela mudança do Estado, que passou a ser menos provedor, o declínio na intenção de desenvolver a indústria, desnacionalização da economia, diminuição dos direitos e benefícios voltados para a classe trabalhadora, “[...]No período do modelo capitalista desenvolvimentista, verificou-se uma expansão, ainda que limitada e não linear, dos direitos trabalhistas e sociais” (BOITO JR, 2018, p.27). Com isso, Boito Jr (2018) sinaliza para o crescimento da nova burguesia de serviço, diante da burguesia industrial, a apropriação do capital do orçamento público que deveria ser destinado a gastos sociais, reformas da previdência, do servidor público, trabalhista e sindical e privatizações. Nos anos 2000, o mercado interno estava mais voltado a conquistar mercados vizinhos, situação que não ocorria na década passada. O autor também sinaliza para a diferença entre o neoliberalismo da década de 1990 e da década de 2000, estes configuravam-se de maneiras diferentes, já que o capitalismo brasileiro cresceu o dobro a partir dos anos 2000, comparado ao crescimento da década de 1990.

Segundo Boito Jr. (2018), o governo Lula foi responsável por criar uma frente política unificada entre a burguesia nacional e o movimento sindical e popular. De acordo com o autor, a luta sindical e popular nas décadas de 1980 e 1990 que foram responsáveis por construir e fortalecer o Partido dos Trabalhadores - PT, logo Lula respondia a esse lado, do mesmo jeito que também deveria responder a burguesia, que também apoiou a vitória e o governo de Lula. O autor afirma que dentro dessa frente existem dois tipos de forças, a primeira hegemônica, que é a burguesia, já que essa precisa manter seus interesses em primeiro lugar e a segunda força, a força principal que é a operária e popular. Nesse processo de conciliação de classe, na verdade, a classe trabalhadora só estava submetida a força hegemônica da burguesia, enquanto precisava desempenhar seu papel enquanto força para manter a roda girando.

Porém, apesar de desigual, a relação era amortizada pelos programas de transferência de renda para a população mais pobre, aumento dos empregos nos setores privados e públicos, aumento do salário mínimo e a oficialização das centrais sindicais, que renderam o apoio dos sindicatos ao governo (BOITO JR, 2018). O autor pontua para a diferenciação dos mandatos do governo Lula e também como esse governo diferenciou-se dos outros dois passados que

tinham sido responsáveis por incluir e depois fortalecer a agenda neoliberal no Brasil. Boito Jr (2018) afirma que no governo Lula, diferente dos governos antecessores de Collor e FHC, mostrou-se cauteloso com o capital financeiro, no primeiro governo era mais defensivo e no segundo foi mais ofensivo e apostou no neodesenvolvimentismo da burguesia interna. Isso, por exemplo, gerou na eleição de Dilma, desconfiança e insatisfação do capital financeiro internacional.

Para Boito, isso estava ligado à instauração do neodesenvolvimentismo, base voltada para a política do crescimento econômico e de transferência de renda, durante os governos de Lula e Dilma Rousseff. Sendo suas principais características,

[...] a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira; b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco do poder – baixa classe média, operariado, camponato e trabalhadores da massa marginal; c) a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder; e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa [...] o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinadas a esse capital [...] (BOITO JR, 2018, p. 103).

Os dois governantes, focam em buscar o crescimento econômico brasileiro e implantar políticas sociais e econômicas, sem romper com o neoliberalismo, porém atua em áreas faltantes no governo FHC, como o fortalecimento do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, apoio às grandes empresas brasileiras ou que estavam no Brasil com política de exportação, políticas econômicas anticíclicas, e a recuperação do salário mínimo, programas de transferência de renda, que beneficiou os mais pobres, aumentando o índice de consumo, devido ao aumento do poder aquisitivo (BOITO JR, 2018).

O autor pontua que a diferença entre neodesenvolvimentismo e o desenvolvimentismo está em alguns pontos como, aumento no desenvolvimento, mas não tão elevado quanto no período de 1930-1985, apesar de movimentar o mercado interno, faz isso de maneira bem menor, pois ainda precisa dar importância ao mercado internacional, isso também acontece com a indústria local, pois apesar do apoio a industrialização, o foco não está focado para o mercado local. Todas as ações, de acordo com Boito (2018) são menos ambiciosas que as desenvolvimentistas, já que está encontra-se dentro dos limites de desenvolvimento do neoliberalismo.

Isso alimenta o movimento de moderação dos sindicatos, segundo Boito, já era algo que acontecia desde da década de 1990, porém era considerado que esse movimento era resposta, diante das ofensivas destinadas aos trabalhadores, mas o interessante estava em continuar moderado em um governo que não atingia a classe trabalhadora, como os anteriores, “[...] assim, se a conjuntura econômica favorável verificada ao longo desses governos oferece ao sindicalismo mais chances de obter conquistas, esse arranjo político favorece a cautela, para as conquistas atribuídas a esses governos não sejam ameaçadas” (BOITO JR, 2018, p.193).

Apesar de cautelosos, durante o governo Lula, as centrais sociais junto aos movimentos sociais, chamaram marchas nacionais da classe trabalhadora, tiveram também greves como as da educação, Correios, petroleiros, bancários, entre outros, se caracterizando por serem greves chamadas por sindicatos das categorias profissionais e não por centrais sindicais (BOITO JR, 2018). Isso aconteceu devido às reivindicações dos sindicatos que eram repassadas e muitos interesses de base estavam sendo atacados, como o caso das privatizações (BOITO JR, 2018). Porém isso, ia de encontro com as divergências entre as grandes sindicais e os acordos coletivos entre as empresas, demonstrando que seu caráter era realmente conciliatório.

Inicialmente, Boito Jr afirma que essas greves tinham como intenção angariar conquistas, diferente das greves da época de 1990, que se caracterizavam enquanto defensivas já que tinham como intenção principal, recuperar ou evitar perdas, caracterizando-se por serem greves ofensivas, já que buscava novas conquistas, “no conjunto do período 2004-2012, às reivindicações ofensivas estiveram presentes na grande maioria das greves; na média dos nove anos considerados, em 69,3% delas. Essa tendência é contrária àquela verificada na década de 1990[...]” (BOITO JR, 2018, p.203). O autor sinaliza que as reivindicações estavam atreladas ao aumento de salário e participação de lucros.

Boito afirma que os trabalhadores foram bem sucedidos na maioria das vezes, conquistando ou pelo menos reivindicando e que se mantiveram moderados “para não desgastar os governos do PT e para não aguçar as contradições com as forças aliadas[...]” (BOITO JR, 2018, p. 205). Sendo assim, um espaço de ganhos para os trabalhadores, porém de atuação limitada. Além disso, o governo Lula traz consigo mudanças no entendimento social. De acordo Chauí,

Estudos, pesquisas e análises mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de emprego e de elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo relativos a alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento

sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos (CHAUÍ, 2016, p.16).

Tais ações estão muito vinculadas a valorização do simbólico e do material, muito ligado ao aumento do consumo de bens duráveis, que estava ligado diretamente à queda dos custos desses bens a partir de 1990 e a ampliação do crédito e descentralização de renda da base da pirâmide (POCHMANN, 2015). Nesse momento em que a classe trabalhadora se fortalece enquanto consumidora já que de acordo com Singer (2012), os governos do PT, tanto com Lula, quanto com Dilma, atuam na conciliação de classe, buscando equilibrar “[...] equilibrar as classes fundamentais — proletariado e capitalistas —, pois o seu sucesso depende de que nenhuma delas tenha força para impor os próprios desígnios” (SINGER, 2012, p. 116-117).

Sendo para Singer, um momento de desmobilização das classes, já que ia contra ao movimento de radicalização, “[...]o subproletariado deposita no Estado, não na sociedade organizada, a esperança de sair da pobreza sem passar por turbulências que poriam em risco o processo de integração” (SINGER, 2012, p. 116-117). O autor atribui, principalmente ao período 2003-2011, mas também ao início do primeiro mandato da ex-presidenta Dilma, um momento caracterizado por um reformismo fraco, que ele conceitua como lulismo. Este é definido por ele como ações que visavam e reduziam a pobreza, mas sem afetar o capital financeiro. Sinalizando que o lulismo não procura diminuir ou acabar com a desigualdade, pois isso não seria possível com a “expansão do mercado interno com integração do subproletariado ao proletariado via emprego (mesmo que precário), consumo e crédito, sem reformas anticapitalistas” (SINGER, 2012, p. 116). Demarcado pela diminuição da pobreza e pela conciliação de classes.

Guilherme (2017), o movimento de conciliação de classe é pautado por um processo de “ganha-ganha”, já que o trabalhador ganharia ao entrar no mercado de trabalho, consumir e melhorar sua qualidade de vida e a burguesia ganharia ao ver esmorecimento das lutas de classe. Outros governantes que tentaram fazer um processo conciliatório mais visível entre classes, acabaram não tendo o fim desejado, pois dentro de uma sociedade capitalista burguesa, fazer isso é na verdade arriscar-se, pois é basicamente impossível conseguir conciliar valores tão distintos e opostos. O cenário sempre penderá para os desejos hegemônicos, que são burgueses e para que eles sejam realizados, é o trabalho e a classe trabalhadora em si, que serão explorados.

Isso é demonstrado com a crise política no Governo de Dilma Rousseff e a chegada de seu impeachment. Segundo Boito Jr (2018), apesar de o anterior governo petista ter aberto espaço para os ganhos burgueses, o campo neoliberal de cunho mais ortodoxo aproveitou-se das contradições impostas pela deterioração da situação econômica e pautas como corrupção no governo e buscou espaço para impor uma nova onda de reformas neoliberais. O autor pontua a importância existente em setores da alta classe média, para a derrocada do governo, enquanto a base dos protestos e “panelaços” e também enquanto partícipes das instituições do Estado, como os juízes, procuradores, delegados, enquanto a parcela responsável em colocar impor a ordem por meio do Estado, encarregados em “[...]assumir um papel dirigente e prolongar a dominação de classe [...] fazer o papel de agente secundário da dominação” (SAES, 1985, p. 47).

Já o proletariado, ou a parcela da classe trabalhadora mais pobre, esteve também diante desse embate, de acordo com Boito (2018) pautando suas ações pela insatisfação do governo. Nas manifestações, os jovens eram maioria, porém aqueles com nível superior, mas que não conseguiam ingressar no mercado de trabalho ou que não conseguiam uma boa colocação. Já no que tange ao sindicalismo, às lutas aconteciam e encabeçavam o descontentamento com as pautas ignoradas como a terceirização, jornada de trabalho e também a luta unificada não era tão predominante dessa maneira, mostrando que era mais fácil organizar-se por categoria, do que reunir todos ao redor de uma pauta em comum, ao invés de seus interesses mais direcionais.

Com isso, tanto os sindicatos que apesar de atuantes, realizam seu papel de forma mais neutra e subordinada e a população em si, que antes tinha seu apoio e voto nos governos petistas, também não tiveram tanta resistência ao golpe. Visto que como pontua Boito (2018), os próprios governos não quiseram mostrar a importância dessas pessoas, trabalharem suas próprias bases de apoio, para que elas tivessem noção de sua força e importância para a resolução e tomada de decisões, não só para apoiar suas eleições, mas também para manter seus governos.

Isso também pode ser explicado pelo conceito de transformismo existente nos governos petistas, principalmente no que tange o funcionamento dos sindicatos e sua subordinação e neutralização, sinalizados por Boito (2018). Para Gramsci (2002) o transformismo configura-se “[...] como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva”, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália” (GRAMSCI, 2002, p. 286 nota de rodapé 36), isto é, o processo de transformismo é

“[...] é a forma de um processo de mudança histórica cujo o conteúdo é a revolução passiva[...]” (MACIEL, 2006, p. 288). Sendo a revolução passiva definida como,

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. Assim, no *Risorgimento* italiano, viu-se que a passagem para o cavourismo, depois de 1848, de sempre novos elementos do Partido de Ação modificou progressivamente a composição das forças moderadas, liquidando o neoguelfismo, por um lado, e, por outro, empobrecendo o movimento mazziniano (pertencem a este processo até mesmo as oscilações de Garibaldi, etc.). Este elemento, portanto, é a fase original daquele fenômeno que se chamou mais tarde de “transformismo”, cuja importância não foi até agora, ao que parece, devidamente esclarecida como forma de desenvolvimento histórico (GRAMSCI, 2002, p. 317).

Nesse momento, Gramsci (2002) utilizou o movimento do *Risorgimento* italiano para exemplificar como ocorrem as revoluções passivas, que se configuram diferente de revoluções populares, já que essas devem acontecer de baixo para cima, esse tipo de revolução está ancorado em uma “[...] mudança histórica presente no processo de destruição da velha ordem social [...] e na passagem de uma fase para a outra de uma mesma ordem social[...]” (MACIEL, 2006, p. 274), porém das classes ou grupos dominantes.

No caso do *Risorgimento*, Gramsci (2002) encara enquanto um momento de destruição da velha ordem social, em que a burguesia enquanto classe dominada diante da aristocracia, que se constituía nessa época pré-capitalista enquanto dominante, desejava romper com a ordem posta e se tornar a classe dominante (GRAMSCI, 2002; MACIEL, 2006), ancorado aqui em cooptar o proletariado, em busca de renovação via Estado, “[...]o fato de que um Estado substitui os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. É um dos casos em que estes grupos têm a função de “domínio”, e não de “direção”: ditadura sem hegemonia” (GRAMSCI, 2002, p. 330), colocando a hegemonia de uma parcela, imposta ao grupo todo.

Maciel (2006) também aponta outro modo de revolução passiva, que é a passagem de uma fase para a outra de uma mesma ordem social, dando o exemplo de Gramsci sobre o americanismo-fordismo e o fascismo, em que nessas fases a dominação e hegemonia burguesa precisam ser repostas de uma outra maneira, diante da já posta. Independente das duas formas de revolução passiva, “o Estado mantém seu caráter de classe, apesar de as alterações no interior do bloco no poder serem possíveis (alterações na posição da fração ou classe dirigente e entrada de novos aliados) e de novas formas de intervenção perante a sociedade serem necessárias [...]” (MACIEL, 2006, p. 281), demonstrando o pontuado por Marx e Engels (2010) quando afirmam que o Estado é um comitê para gerir os interesses da hegemonia dominante, possuindo sempre seu caráter de classe bem definido.

A revolução passiva constituiu-se diferentemente de uma revolução popular, pois aqui apesar do desejo da destruição ou mudança de uma fase para outra, isso se dá contrariamente aos interesses do proletariado, esse sendo usado enquanto massa para conseguir os objetivos e não como agentes que encabeçam e defende seus interesses, como partícipes diretos e primordiais na formulação da ideia e em sua ação. É por isso que Gramsci (2002), considera que revoluções passivas não são da classe operária ou proletária e sim para elas, já que as classes dominantes que se beneficiam hegemonicamente e impõe sua ordem social para o proletariado. Portanto, quando Gramsci conceitua a vida estatal italiana, a partir de 1948, o autor a diz que ela, “[...] é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla [...] Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio[...]” (GRAMSCI, 2002, p. 63)

Demonstrando a inexistência de horizontalidade e sim de verticalidade, já que aqui apesar de se tratar de um princípio revolucionário de mudança, isso ocorria em um campo de dominância social. Tal questão, conversa diretamente com o grande erro apontado por Boito (2018), durante os anos de governos petistas, já que esses governos não trabalharam sua base, mostrando sua força e importância e sim utilizaram-se dessas pessoas; fazendo concessões com programas de transferência de renda e outros tipos de direitos que os beneficiaram; sem desenvolver suas capacidades completamente e trabalhando uma consciência de classe e independência para pensar e formular crítica e politicamente.

Soares (2013) sinaliza que apesar de a CUT e a Força Sindical, que eram as maiores centrais de trabalhadores na época e se constituam com interesse distintos, durante o governo Lula, passaram a se aproximar e convergir mais, “tal aproximação explica-se pela inflexão da CUT ao sindicalismo corporativo e propositivo, que passou a ganhar espaço na central bem antes da ascensão de Lula à Presidência, mas que parece ter atingido seu auge justamente com o apoio ao governo petista” (SOARES, 2013, p. 547). Apesar de que como colocado por Boito (2018) o governo Lula tinha como seu marco inicial, o fato de que o presidente era oriundo do movimento sindical, da mesma maneira que muitos achavam que por conta disso “tudo se encaminhava no sentido de um momento histórico que poderia inaugurar uma era pós-neoliberal” (SOARES, 2013, p. 547), o que não aconteceu.

Isso porque, o que ocorreu foi um processo de aproximação da agenda dominante, atraindo “[...]os intelectuais orgânicos dos outros grupos sociais, seus dirigentes políticos e ideológicos, esvaziando sua postura crítica e decapitando as forças sociais oponentes de sua direção política”(SOARES, 2013, p. 548), já que de acordo com Soares, o transformismo

gramsciano se estabelece como “[...] o movimento de cooptação política e ideológica desencadeado pelas classes dominantes sobre suas forças aliadas e/ou sobre as classes subalternas”(SOARES, 2013, p. 548), fazendo com que as contradições existentes não consigam transpor a realidade e alcançar pensamentos de caráter revolucionários, que vão contra a ordem social.

Isso se conecta a ideia de que a própria esquerda “caí” na conversa imposta pela burguesia e se une em certa medida a ela ou pelo menos abrandar suas pautas para encaixar-se, quando abraça majoritariamente a partir dos anos 1980, o que Mota (1995) entende enquanto cultura da crise. De acordo com a autora, apesar dos anos de 1980, o Brasil ter começado um processo de democratização política, ele também começou um processo de crise. A autora pontua que na intenção na intenção de enfrentar a crise e “[...] sob a defesa da *retomada do crescimento econômico*, as esquerdas terminam por atribuir, ao processo de formação de alianças políticas” (MOTA, 1995, p. 100). Sendo,

[...] o discurso da crise, ou sobre a crise, é formador de uma cultura política que procura negar os referenciais teóricos, políticos e ideológicos, que permitiam no caso brasileiro, até a segunda metade da última década, identificar propostas e práticas diferenciadas por partes das classes trabalhadoras e capitalistas acerca da situação social e econômica do país [...] o traço predominante dessa cultura é a ideia de que a crise afeta igualmente toda sociedade, independente da condição de classe de classe dos sujeitos sociais, de modo que que a “saída” da crise exige consensos e sacrifícios ativos da classe subalternas”(MOTA, 1995, p. 101).

A autora sinaliza que a burguesia tenta obter o consenso da classe trabalhadora diante sua exploração, já que isso seria decorrente da crise vivida e não dos interesses hegemônicos em continuar ganhando influência e capital. Mota (1995) sinaliza para o surgimento dos movimentos a partir dos anos de 1990; concomitantemente ao fortalecimento da neoliberalização brasileira; sem caráter de consciência de classe enquanto trabalhador, em que as bandeiras empunhadas eram colocadas enquanto uma melhoria para sociedade como um todo, como a temática de cidadania, democracia, temas um tanto quanto genéricos em sua totalidade e que poderiam ser postos enquanto valores universais. Isso paralelamente as proliferações das ONGs - organizações não-governamentais, que convergiam para a filantropia, voluntariado de forma mais individual e apolítico, o que também conversava com o novo teor assistencial dos sindicatos oficiais. A cultura da crise e a aliança das esquerdas com setores de direita, acontece não somente no Brasil, mas aqui ganha um caráter mais forte e unificado, com os governos petistas, que enfraquece as pautas da classe trabalhadora e assim sua consciência de classe.

Esses pontos alimentaram a movimentação do impeachment que ocorreu em 2016 e se mostram presentes até hoje no cenário brasileiro; incentivando o enfraquecimento da consciência da classe trabalhadora. Com esse golpe Miguel afirma com um movimento que demonstra “uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985” (MIGUEL, 2016, p. 29). Sendo sua preparação ao decorrer dos anos, diante da deslegitimação dos governos “[...]pela mídia, pelos institutos privados destinado à disputa ideológica e pelos movimentos pretensamente “espontâneos”, mas que, como já está comprovado, foram financiados e treinados por fundações estadunidenses” (MIGUEL, 2016, p. 31).

Com o golpe, Michel Temer impõem retrocessos pautado pelo neoliberalismo e neoconservadorismo como “entrega do patrimônio público, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais, tributação regressiva” (MIGUEL, 2016, p. 32).

O movimento sindical se opõem as retiradas de direitos impostas, principalmente com a reforma trabalhista que tinha sido “[...]pensada contra os trabalhadores e o sindicato, reduzindo seu poder de negociação com o patronato na medida em que a convenção foi substituída pelo acordo direto com o empregador[...]” (AROUCA, 2018, p. 6-7), porém isso não ocorreu de forma efetiva, diante da pouca força restante que o movimento sindical e popular tinha por conta das atuações e do espaço para realizar isso, nos governos anteriores. Com o governo Temer, a margem para o fortalecimento da nova direita brasileira cresce, que de acordo com Platt (2003), já se mostra no Brasil desde 1990, mas com o processo de golpe e deslegitimação do campo progressista acabou crescendo. Alves caracteriza a nova direita como um rótulo que,

“[...]tem sido empregado genericamente para se referir a partidos políticos, políticas públicas, movimentos culturais e círculos de debates acadêmicos. Algumas das vertentes desse mosaico da direita renovada são La Nouvelle Droite – a nova direita francesa – (Taguieff, 1990 e 1993-94), The New Right – a nova direita norte-americana – (Hunter, 1991; Mouffe, 1981), The New Christian Right – a nova direita cristã nos Estados Unidos – (Hunter, op. cit.; Smith, 1992), o neoconservadorismo (Habermas, 1989; Giddens, 1994), o neoliberalismo (Anderson, op. cit.; Giddens, op. cit.) e a extrema direita (Ignazzi, op. cit.; Ignazi & Ysmal, 1992; Mudde, 1995, Jackman & Volpert, 1996) (ALVES, 2000,p.189).

Não possuindo fronteiras tão bem definidas, pois as vertentes da nova direita acabam se inspirando umas nas outras, em um processo de mistura e também separação (ALVES, 2000). Platt (2003) define como “Nova Direita” os acontecimentos que vêm ocorrendo desde os anos

1970, existente de um acordo político, entre neoliberais e neoconservadores. Para Platt, o propósito inicial desses acontecimentos está voltado a reacender o capitalismo a partir de ajustes econômicos, culturais e sociais e agir como regulador nas vidas das pessoas em todos os espaços.

O interessante dessa união são as diferenças existentes entre essas duas correntes em seus conceitos clássicos, “as vertentes liberal e conservadora são historicamente opostas [...] entretanto, o modelo neoliberal, exige que seja mantida a ideia central do modelo conservador de tal forma que o controle das massas se dê de forma mais eficaz” (PLATT, 2003, p. 6). Portanto, a ação do neoliberalismo, que já foi explicado no capítulo passado, estaria voltada para as questões mais econômicas e o neoconservadorismo estaria mais ligado diretamente ao que diz respeito à vida privada, a partir de atitudes tradicionalistas, pautados em um projeto filosófico e emocional, “[...]o ideário conservador procura sistematizar as diferentes dimensões da vida social de tal forma que constrói por meio de pensamentos lógicos e coerentes as justificativas para a manutenção dos tradicionalismos, das concepções míticas e dogmáticas” (PLATT, 2003, p. 8). A autora sinaliza para a “vitória” da Nova Direita em penetrar no íntimo, para além das relações sociais, agindo também na esfera individual e subjetiva (PLATT, 2003).

Alves (2000) porém sinaliza que no Brasil, a nova direita constitui-se enquanto construção teórica, pois diferente da França, dos Estados Unidos; por exemplo; aqui não existe um partido ou grupo de defesa que auto intitulam dessa maneira, “[...]portanto, falar em nova direita no Brasil é antes se referir ao conteúdo programático de partidos políticos, ou à retórica e à forma de atuação política de alguns setores específicos da sociedade que se diferenciam dos paradigmas da “velha direita[...]” (ALVES, 2000, p. 189). Casimiro (2016), sinaliza para a institucionalização da nova direita dentro do Estado, que ao reconfigurar sua estrutura para estar mais a par da dominação burguesa, sendo “[...]partir de sua relação íntima com o Estado (por dentro), aciona diversificadas estratégias de ação, para o aprofundamento das formas de expropriação e rapinagem dos recursos e direitos sociais historicamente constituídos, no âmbito das lutas de classes” (CASIMIRO, 2016, p. 408).

Platt (2003) também sinaliza para outra forma de ação da nova direita, que é sua relação com ação e razão coletiva, ligados à ótica da solidariedade e caridade individual, que desresponsabiliza o Estado de suas funções, já que isso volta o olhar para o assistencialismo. Outro pensamento que se tornou influente foi um dos lemas da bandeira nacional, de “Ordem e Progresso”, lema positivista que está voltada a importância dada a ordem social para o avanço da nação.

Isso junto a alienação proporcionada pela burguesia, movimenta a eleição de Bolsonaro, porém isso não se mostra exclusivo, já que o país seguia a trajetória de “[...]Donald Trump, Itália com Matteo Salvini ou Hungria com Viktor Orbán. Consegue capturar a insatisfação causada pelas crises econômica e política nacionais, aqui exacerbadas pelos escândalos de corrupção, e transformar a insatisfação em potência eleitoral” (SOLANO, 2019, p. 11). Mostrando aqui, que o Brasil não está submetido e dependente aos quereres do capital internacional na economia, na verdade só mostra que as burguesias dos países mais desenvolvidos ditam seus desejos e como isso irá afetar a economia, eles precisam agir e influenciar em todos os setores.

Isso junto ao cenário interno do descontentamento dos governos passados, e o ódio ao Partido dos Trabalhadores, o movimento passou a ser “não apenas antipetista, mas antipartidário; não apenas antipartidário mas antissistêmico. O que efetivamente se pretende construir a partir daí não fica muito claro. É a política dos antagonismos. A rejeição de alteridades se tornou uma força eleitoral irresistível” (SOLANO, 2019, p. 11). Portanto, Jair Bolsonaro foi alçado a uma figura possível para reconstruir o Brasil dos “danos causados” pelos governos petistas, já que apesar de possuir uma carreira política de ações duvidosas e quase nenhuma realização, o imaginário que se criou foi de um alguém contra a corrupção, de caráter íntegro. Solano afirma que “a solução deveria vir de fora do sistema”. Diante de um cenário de percepção de aumento da corrupção política, valores como honestidade e ética apareciam como imprescindíveis no protótipo do político desejável” (SOLANO, 2019, p. 13). Apesar de já estar na política, Bolsonaro foi colocado como representante do “novo”, enquanto uma contradição com a velha política que estava instaurada nos governos petistas.

Além do antipetismo, o antipartidarismo teve papel primordial nas últimas eleições, pois “alcançou de forma contundente legendas políticas tradicionais como PSDB ou MDB, e é crucial para entender a migração de voto desses grupos para a candidatura de Bolsonaro” (SOLANO, 2019 p.15). Solano (2019) também afirma que o anticomunismo foi uma das grandes estratégias na propaganda eleitoral e que apesar de não representar um medo real, o anticomunismo serve para assustar aqueles que tanto defendem sua propriedade, mas que, diferentemente da burguesia não possuem muito, tendo um medo intenso de perdê-la.

Marx afirma que “a propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem a pessoas privadas” (MARX, 2017a p. 830) visto que,

A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 2017a, p. 831)

A direita se utiliza de um discurso para sustentar a ideia da tomada de poder pelo comunismo, divulgando, pelo senso comum, a ideia de que, caso isso ocorra, os indivíduos serão obrigados a dividir seus alimentos, seus carros e seus celulares, por exemplo, mas a ideia de propriedade privada é diferente de propriedade pessoal e de bens de consumo. Então, o discurso de ódio de classes, que se consolida na classe média tradicional é um dos grandes fatores para movimentar os atuais acontecimentos, pois

o discurso de ódio sobre minorias, movimentos sociais e sindicatos, a perseguição a professores e à liberdade de cátedra, o ataque a concepções progressistas, o repúdio ao bem público e a exaltação exacerbada do mercado têm sido algumas das manifestações dessa espécie de “refluxo” reacionário. (CASIMIRO, 2018, p. 26)

A classe média aprofunda-se na onda reacionária, que também é totalmente acrítica, isso ocorre porque apesar de vender sua força de trabalho, configurando-se enquanto parcela da classe trabalhadora, a classe média não possui de fato caráter revolucionário. Ela é mais capturada objetivamente e subjetivamente pelos valores da burguesia e o consumo, já que essa tem um papel em prolongar os valores burgueses, como agentes secundários da dominação (SAES, 1985) e de acordo com Pochmann (2015) também estão atrelados a bens de consumo e localização de habitação, enquanto grandes fatores que diferenciam a classe média dentro da classe trabalhadora, pois, no Brasil, essa classe está ligada diretamente à sensação – nem sempre concretizada na prática – de acesso ao bem-estar, à ascensão social e à estabilidade financeira, baseando-se na defesa do mercado e no seu poder de compra de bens de consumo (POCHMANN, 2015), questão essa fortalecida nos governos neodesenvolvimentista.

Os partícipes dessa classe, são definidos por Saes (1978) enquanto os trabalhadores assalariados do comércio, da administração, finanças, por exemplo, sendo normalmente trabalhadores como “não-manuais”. Diferentemente de Poulantzas (1975) que definia esses trabalhadores enquanto aqueles que realizavam trabalho improdutivo. Saes (1978) realiza essa diferenciação pois considera que classe média e trabalho produtivo não são categorias coincidentes, e que nessa diferença reside a demonstração da subordinação da pequena burguesia ao capital. O autor afirma que são pensamentos e situações radicalmente distintas,

(...) e daí o perigo em que incorrem as análises tendentes a projetar num dos grupos traços ideológicos características da situação do outro grupo, e vice-versa, tudo isso para assegurar que todos os grupos sociais não compreendidas na burguesia ou na classe operária, nas suas acepções estritas, integram um grande conjunto ideológico,

cujas partes se identificaram na prática de uma mesma modalidade de ação política (SAES, 1978, p. 98-99).

Outra questão que Saes (1978) ressalta entre a diferenciação para marcar a singularidade e diferença ideológica da classe média, considerando que isso tange uma questão de estratificação social, mas só a considera dessa maneira, pois entende que a estratificação é um aspecto da ideologia dominante burguesa “que reduz a divisão capitalista do trabalho a uma hierarquia do trabalho, correspondente, para empregar a expressão de Bourdieu e Passeron, a uma escala de dons e méritos” (SAES, 1978, p. 99).

O autor define que esta classe é resultado de um conjunto dos efeitos políticos que são produzidos por alguns setores do trabalho assalariado, porém possuindo influência direta da ideologia dominante, sendo a hierarquização do trabalho, a importância dada aos dons e ao mérito. Saes (1985) aponta a importância em examinar a conjuntura política da classe média combinada à situação do trabalho em que ela está colocada, pois este grupo possui uma unidade ideológica e política pouco definida, que em muito depende do trabalho realizado pela parcela da classe trabalhadora que realiza o trabalho manual e da burguesia, para decidir sua prática política.

A classe média é fruto da ação hegemônica da burguesia e tem seus ideais capturados com mais força e facilidade, mas evidentemente o proletariado também, os ataques sofridos por eles foram pontuados ao longo do texto. Na verdade, a classe trabalhadora como um todo, é capturada diariamente em sua heterogeneidade. A classe média, não tem caráter revolucionário, mas o proletariado sim, porém essa parcela está envolta desde seu início a questões que impediam o desenvolvimento de sua consciência de classe, o que impede que isso desenvolvesse, apoiados em fatores como a precariedade, a insalubridade, o pouco espaço de organização diante da diminuição dos sindicatos, já que a morte e aniquilação das lideranças sindicais e daqueles trabalhadores mais combatentes foi o cenário mais presente por muito tempo. Em realidade, o pensamento hegemônico utiliza-se de sua influência para não deixar descansar e florescer os espaços de organizações, instaurando os sindicatos em seus formatos sindicais, caçando e tentando ao máximo enfraquecer formas autônomas de organização, atrelando benefícios a isso, mas tirando dos trabalhadores um espaço genuíno de estruturação e ordenação.

Com a chegada das políticas neoliberais, os sindicatos são afetados pela mudança da desregulamentação do mundo do trabalho, estes que já tinham um olhar assistencialista,

ocupando e realizando atividades do Estado. As pautas tornaram-se mais universalizantes e cada vez mais distantes dos interesses dos trabalhadores. O enfraquecimento da base, une-se ao que sobra para o proletariado de forma proposital, que é ater-se no espaço do senso comum, mais neutralizante do que revolucionário, de pautas não direcionadas a luta, isso pode ser visto por exemplo no livro, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, de Boaventura de Sousa Santos, que defende o reencontro das ciências com o senso comum, ciência essa pós-moderna já que é acreditado na falência da ciência moderna, “se o senso comum é o menor denominador comum daquilo em que um grupo social ou um povo colectivamente acredita, ele tem, por isso, uma vocação solidarista e transclassistas” (SANTOS, 1989, p. 40).

Então, o senso comum se constituiria como um pensamento que romperia classes e reuniria elas em torno do seu pensamento. O espaço existente dentro do senso comum, de acordo com Santos (1989) seria um recinto em que as classes não seriam vistas enquanto determinações tão importantes como elas são percebidas dentro de uma sociedade de classe, pois não dar relevância às classes sociais nesse formato de socialização, torna-se algo quase impossível, mesmo com a tentativa de conciliá-las. Isso estaria ligado ao que Lyotard (2021) afirma enquanto a construção de uma sociedade menos estruturada e mais voltada às partículas de linguagem, colocadas de maneira mais fragmentada, solta, com dispersões de vários elementos, oposta a ideia de legitimação sentenciada, possuindo um senso comum favorável ao todo.

Santos (1989) sinaliza que a sociedade moderna é normalmente entendida pela divisão por classes, o senso comum estaria ligado ao conservadorismo e preconceito, já em uma sociedade pós-moderna, estaria ligado às lutas como as de gênero, raça, sexualidade. O senso comum estaria relacionado ao “[...] modo como os grupos ou classes subordinadas vivem sua subordinação [...] essa vivência, longe de ser meramente acomodatória, contém sentidos de resistência que, dada as condições, podem desenvolver-se e transformar em armas de luta” (SANTOS, 1989, p. 41). Desse jeito é visível o porquê da pós-modernidade andar paralelamente ao neoliberalismo, enquanto um explora mais o trabalho, o pensamento pós-moderno busca trabalhar subjetivamente no entendimento que, na verdade, a divisão em classes nem existe mais.

E que “[...] mesmo aceitando que a função principal do senso comum é reconciliar a consciência social com que existe[...]” (SANTOS, 1989, p. 41), o viés conservador tem sido provado enquanto eficaz socialmente diante do poder institucional e que o senso comum

depende da configuração de sociedade, não sendo correto observar ele enquanto algo fixado, já que “o seu caráter ilusório, superficial ou preconceituoso pode ser mais ou menos acentuado, tudo dependendo do conjunto das relações sociais cujo sentido ele procura restituir” (SANTOS, 1989, p. 41), dessa forma o autor afirma que em uma sociedade mais solidária e emancipatória, o senso comum não se daria dessa maneira desigual e ignorante. E por fim, ainda pontua que a visão luz/trevas diante da oposição ciência e senso comum, mostra-se preconceituosa e não deveria ser feita.

Porém as questões pontuadas por Santos (1989) parecem não fazer sentido com a sociedade colocada, porque ele afirma que o caráter negativo do senso comum é que este seria visto em uma sociedade diferente, pós-moderna. Porém o que ele e Lyotard (2021) afirmam é que essa sociedade já existe, diante da queda da modernidade e da instauração da pós-modernidade, logo, o caráter do senso comum já deveria ter sido modificado. Porém, a mudança defendida, é um tanto quanto difícil de se entender. Compreendo e aponto ao longo do texto que ocorreram diversas mudanças ao durante os anos, mas isso não necessariamente traria a renovação de algo em sua forma concreta, uma outra forma de sociedade. Na verdade, o que parece é que inicialmente a pós-modernidade vendeu seus ideais e imposição de regras, ancorada nas mudanças econômicas, na sua forma de produzir e também de se relacionar, porém ainda na existência da modernidade.

Portanto, são ideais pós-modernos suspensos em uma sociedade moderna, pois diferente do que Santos (1989) coloca, a sociedade ainda se entende e divide em classes. A classe trabalhadora pode ter sua consciência enfraquecida e pode se observar de outras maneiras, mas o trabalho não acabou e isso é visível, já que o proletariado precisa vender sua força diariamente para sobreviver. Antunes (2015) pontua que muitos afirmam que existe a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade, porém este sinaliza que isso é basicamente impossível, visto que é até possível eliminar o capitalismo e seu trabalho abstrato e estranhado, mas que não seria possível eliminar o trabalho concreto e seu caráter transformador e de criação de coisas, pois o trabalho não é somente algo alienante em sua concepção, é transformador e desenvolvedor de relações internas e externas, torna-se negativo diante das necessidades hegemônicas.

Da mesma maneira em que Santos (1989) afirma no potencial do senso comum por não ser algo fixado, pois depende da sociedade em que é estruturado, o trabalho também se configura dessa maneira e poderia torna-se não alienante. A questão não está em defender a mudança do senso comum, mas entender que nessa sociedade pós-moderna dita existente, os

valores até podem mudar e se entranhar, confundindo as questões, mas a estrutura continua a mesma. Por mais que os ideais pós-modernos tenham se imbricados subjetivamente e ajudem a diluir os anteriores, fragmentando questões como a consciência de classe, objetivamente as estruturas continuam modernas, então de acordo com pós-modernos, continuariam classistas.

Portanto, se não houver um equilíbrio de subjetividade e objetividade, torna-se muito mais difícil buscar ganhar do lado oposto, na tentativa de impedir que estes pensamentos avancem e unam-se a fileiras neoliberais e conservadoras. Aqui apesar da inexistência concreta de uma sociedade pós-moderna, o importante não está no debate sobre a existência dessa sociedade ou não e sim que os ideais já se encontram postos e que as questões voltadas ao senso comum ganham forças, enfraquecendo e deslegitimando o campo científico crítico, fazendo com que por exemplo as *Fakes News* ganhem visibilidade, já que elas circulam no senso comum e assim, de acordo com uma ciência imbricada na pós-modernidade não poderia ser demonizada. Conceituar e situar a pós-modernidade é uma missão difícil, já que ela está muito mais no campo subjetivo de entendimento do que objetivo, as mudanças ocorridas são concretas e palpáveis, mas o entendimento e o direcionamento delas para a transformação de algo ocorre subjetivamente, de forma direcionada e proposital.

Quando faço a defesa em voltar a importância para a subjetividade; de forma equilibrada com a objetividade; digo, pois considero impossível fazer isso amparados apenas na objetividade e concretude da realidade do mundo do trabalho. Pois, a classe dominante já desbravou o imaginário social e individual, ditando os rumos da ação. Não é sobre desconsiderar as pautas sobre trabalho, mas unir a ela de forma eficiente e verdadeira, pautas que apesar de objetivas, como gênero, raça, etnia, sexualidade, são também determinantes a vida da classe trabalhadora e que costumam ser pegadas pela subjetividade e a auto identificação.

A superação e mudança de sociedade não está diretamente ligada a isso, de forma instantânea, mas hoje tentar conceber uma consciência de classe voltada unicamente para as determinantes do trabalho e classe de forma seca e direta, torna-se insuficiente diante dos importantes temas atuais, que foram capturadas pela burguesia e dessa forma deturpados. A ideia é fazer com que a classe trabalhadora se enxergue e se sinta pertencente, para conseguir debater e se organizar. Todavia, se o debate se mostrar faltante nos espaços críticos, as pessoas serão capturadas por espaços voltados ao senso comum, que é de acordo com o próprio Santos (1989) direcionado para fazer com que a consciência social seja voltada ao que já existe, ao que está posto, por um pensamento hegemônico.

Não traço ideias de como isso deve ser feito, apenas sinalizo para a mudança de horizontes na tratativa das temáticas que tange a consciência de classe. O trabalho de base é importante, porém este encontra-se fragilizado principalmente diante do cenário político e do enfraquecimento sindical. Logo, é necessário além de buscar reavivar o sindicalismo, traçar outras maneiras de buscar o diálogo mais direto com a classe trabalhadora e isso deve ser feito opostamente ao senso comum e de forma abrangente, unindo os temas cadentes a própria classe trabalhadora. Caso contrário, a retomada de consciência não acontecerá, pois ela sempre será capturada pelos ideais postos e nesses espaços não será debatido a exploração, as classes sociais, já que esses estão voltados de maneira ofuscante a temas universalizantes, como Mota (1995) pontua, voltados para o bem comum, uma ideia de cidadania e democracia fadada de caráter burguês.

É sobre capturar os temas cadentes e importantes que já foram capturados e recortados pela burguesia e mostrar sua junção direta com entendimento de classe e sua importância, pois Haider (2019) pontua que a esquerda se paralisa diante do identitarismo ou da política identitária, quando ou só fala de identidade ou quando se recusa a falar dela. Portanto, não é só retomar o trabalho de base, mas fazer isso ligados a assuntos voltados às várias identidades dos trabalhadores. A classe trabalhadora é heterogênea e isso deve ser respeitado e voltado à união em um interesse em comum dessa pluralidade, que é o fim da exploração, pois a esquerda só se torna refém quando não atrela isso ao debate de classe, podendo fazer isso de forma ineficiente; quando setores de esquerda já foram capturados pela pós-modernidade; ou de forma inexistente. Dessa maneira, será possível construir novamente uma unificação, na tentativa de reaver o que foi perdido, para só assim, ser possível pensar novamente de forma grandiosa e unificada um outro horizonte societário.

Considerações Finais

Levando em consideração o término deste estudo, levanto cinco pontos que destaco como determinantes para tentar identificar quais são as relações estabelecidas entre o trabalho e a sociabilidade capitalistas que afetam os ideais dos trabalhadores, no processo de afrouxamento da consciência e dimensão de classe trabalhadora, principalmente no período de neoliberalização brasileira, a partir da década de 90 até os acontecimentos das eleições de 2018.

O primeiro sendo a desconsideração da subjetividade diante da objetividade. Defendo que a desvalorização da subjetividade, faz com que exista um direcionamento maior em importância para a objetividade, fazendo com que muitos pontos que estão relacionados com a nossa ontologia sejam esquecidos, corroborando para a questão de que apesar de sermos seres objetivos, continuamos sendo sensíveis, padecedores e apaixonados (MARX, 2010). Logo quando esquecemos da subjetividade ligada à nossa paixão diante das questões, o que ocorre é o enfraquecimento diante do fascínio e entusiasmo que Marx (2010) aponta como fatores essenciais na chegada e constituição de um objetivo, sendo isso um fator subjetivo, que está atrelado ao nosso espírito/consciência.

O segundo é o distanciamento de nossa ontologia e da dissolução no entendimento enquanto seres humanos-genéricos, ontológicos e comunitários. Diante da exploração colocada às pessoas, o entendimento de que a “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47) é notável, já que a destruição latente da consciência se encontra atrelada ao definimento da relação entre ser e comunidade diante da exploração sofrida, tornando-os seres menos comunitários e mais individuais, o que enfraquece a organização em comunidade. Isso faz com que a teleologia do humano-genérico, que de acordo com Heller (1985) sempre se orienta para uma leitura comunitária e não individualista, fosse desmantelada com o tempo, alimentando o pensamento unicamente voltado a si, pela maioria das pessoas.

Isso une-se ao terceiro ponto, que são os efeitos nocivos causados por conta do avanço do capitalismo e da neoliberalização. Diante de nosso atual cenário, é no mínimo interessante pensar nas pessoas enquanto seres que estão sempre voltados à comunidade, ao invés de si mesmas. Porém isso realmente se torna inimaginável, quando a ideologia neoliberal não é levada em consideração, enquanto determinante para influenciar a sociedade e assim o modo de agir da população. Enquanto uma ideologia que se coloca contra à intervenção estatal e ao reformismo social, alimenta ferozmente todos os tipos de ataques para aqueles que trabalham, aumentando a exploração, a flexibilização e a diminuição de direitos sociais, por exemplo. Isso

gera um maior desgaste para aqueles que trabalham, não entregando nada mais que seu salário, nenhum tipo de atividade que alimente o lazer ou o pensamento crítico, tornando tais pessoas mais distantes da ideia de vislumbrar maiores oportunidades de formular pensamentos mais críticos. Isso porque as pautas capitalistas entranham-se na cotidianidade propositalmente, tornando esse um espaço propício à alienação, sendo assim menos crítico e com menor espaço para mediação (HELLER, 1985; BARROCO, 2010).

Deste modo, alimentando um espaço para a existência da alienação, já que está só ocorre quando “[...] ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção” (HELLER, 1985, p. 38). A alienação então, coloca-se enquanto uma das maiores armas da burguesia, para que tal classe consiga perpetuar sua ideologia e fazendo com que a classe trabalhadora, além de perder de vista suas reais intenções revolucionárias enquanto classe, passem a estabelecer suas relações por meio daquilo que produzem, constituindo-se a partir de relações com as mercadorias e não com as pessoas que as produzem, a classe trabalhadora, construindo assim, relações fantasmagóricas (MARX, 2017a). Logo, a importância dada às mercadorias é diferente da importância dada àqueles que trabalham, mostrando que a subjetividade e objetividade já estão direcionadas às pautas hegemônicas em sua maioria.

Sendo o quarto ponto, o enfraquecimento da classe trabalhadora e seus espaços representativos. As questões ligadas ao distanciamento de nossa ontologia e o avanço do neoliberalismo, como todos os outros, corroboram para o enfraquecimento da classe trabalhadora principalmente diante dos avanços e fortalecimento da neoliberalização e também de seus espaços representativos. Apesar de a neoliberalização aumentar a exploração, como é sabido não faz com que os salários e os postos de trabalho se tornem maiores e sim o contrário. Os sindicatos, por exemplo, que tem como função histórica tentar apaziguar e impedir que tais questões ocorram, sofrem com os ataques do capital. Fazendo com que estes se tornem menores e mais suscetíveis aos ideais burgueses, fazendo o movimento contrário do que se é esperado.

O quinto e último ponto está no surgimento e avanço da pós-modernidade, atrelado ao neoliberalismo. A pós-modernidade, apesar de atuar e ter seus ganhos dentro da objetividade da vida, perpetua seus ideais e pensamentos por meio da imaterialidade e por meio de pautas que estão atrelados à subjetividade da vida das pessoas. Como já pontuado no decorrer do trabalho, não me atenho a importância sobre estarmos vivendo em uma sociedade pós-moderna ou não e até que espaço tal pensamento conseguiu adentrar e sim ao fato de a pós-modernidade

já se instaurou em alguma medida, alterando a forma de pensar e a importância das situações no mundo atual.

Logo, entendo que os cinco pontos destacados se encontram entrelaçados e coexistem dialeticamente e socialmente. Considero possível olhar cada um de forma separada, mas creio que seja impossível observar o objetivo de pesquisa deste trabalho que é tentar identificar quais são as relações estabelecidas entre o trabalho e a sociabilidade capitalistas que afetam a ideologia dos trabalhadores, no processo de afrouxamento da consciência e dimensão de classe trabalhadora, principalmente no período de neoliberalização brasileira, a partir da década de 90 até os acontecimentos das eleições de 2018, sem uma visão e entendimento unificado destes pontos.

Assim, entendo que defender a subjetividade, estando obviamente equilibrada com a objetividade, faz-se importante para a retomada de nossa ontologia. Primeiro levando em consideração nossos próprios desejos e subjetividades enquanto seres individuais e assim elevando isso ao entendimento coletivo e às pautas comunitárias. Diante disso, quando o individualismo conseguir ser superado e for possível observar a união enquanto um grupo, as pautas neoliberais e assim sua exploração, poderão ser colocadas em questão, já que a classe trabalhadora conseguirá pensar de forma organizada o que pode inicialmente ser feito para melhorar a situação, para depois conseguir pensar em um futuro sem exploração.

Diante disso, a classe trabalhadora se fortalecerá e assim as pautas que foram capturadas pela pós-modernidade poderão ser vistas e atreladas a um ponto comum, que é o entendimento enquanto classe trabalhadora, diante do desenvolvimento de sua consciência de classe. Assim, gênero, raça, etnia, sexualidade, não serão colocadas enquanto questões menores e sim, determinantes existentes e atreladas ao trabalho, podendo ser observadas enquanto pautas que também são transformadoras. Não devendo assim, limitar a classe trabalhadora unicamente ao trabalho, já que os seres possuem outras particularidades intrínsecas, que também definem e marcam quem eles são.

Portanto, finalizo demarcando a importância em conquistar os espaços que foram retirados dos trabalhadores e no respeito da pluralidade da classe trabalhadora enquanto uma classe heterogênea, dona de diversas subjetividades que definem e ampliam seu entendimento, seus interesses e assim, sua ação. Pois é somente retomando espaços perdidos e voltado o olhar à multiplicidade de seres existente dentro da classe trabalhadora que será possível povoar e

retomar um olhar unificado dentro da pluralidade, para um fim sem exploração e com uma real existência de uma consciência de classe.

Referências

AGUIAR, M. L. S. R.; HERSCHMANN, M. Vida Cotidiana: em torno de Agnes Heller e Michel de Certeau. **Mídia e Cotidiano**, v. 5, 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.) _____ **.As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Conteúdos Ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo: análise de surveys. In. Opinião Pública. Campinas, Vol. VI, nº. 2, 2000, pp.187-225.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** :ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho – 16.ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018

_____. **O que é sindicalismo**. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

AROUCA, José Carlos. **Reforma Trabalhista do Governo Temer**. Inconstitucionalidade explícita e reação. **Revista do Curso de Direito UNIFACS**. n. 212, 2018.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis : Insular, 2013.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos - 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine. R. e BOSCHETTI, Ivanete Política Social: **Fundamentos e História**. S. Paulo: Cortez, 9ª ed., 2011.

BRAGA, J. C. S. A financeirização da riqueza. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 2, p. 25-57, ago. 1993

_____. Financeirização global: o padrão sistêmico da riqueza do capitalismo contemporâneo. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. São Paulo: Vozes, 1997.p. 195-242.

BOITO JR, A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita no Brasil**: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). 2016. 479 p.

CHAUÍ, Marilena. “A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do Conservadorismo”. **Por que gritamos golpe?** [recurso eletrônico] : para entender o impeachment e a crise política no Brasil. In Jinkings, Ivana (org.). 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016, p.16-21.

CORIAT, Benjamin. **Pensar al revés - Trabajo y organización em la empresa japonesa.** Madrid: Siglo XXI editores, 1995.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996.

DARDOT, PIERRE. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal/** Pierre Dardot; Christian Laval; tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGEL, Friedrich. **Princípios básicos do comunismo.** Portugal, Editorial “Avante!”, 1982.

GARCIA, P. P; PICCININ, F. Q. “Metanarrativa, ficção E não ficção Em Táxi Teerã, De Jafar Panahi”. **Intexto**, nº 52, janeiro de 2021, p. 92653, doi:10.19132/1807-8583202152.92653.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. **De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo.** In: XXIX Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade.** Raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2014.
_____. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2016.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito** - 9 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41º ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx.** Petrópolis: Vozes, 1988.

JAMESON, Fredric. **A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LÊNIN. V.I. **O estado e a Revolução.** São Paulo: Boitempo, 2017.

LYOTARD, Jean François. **A Condição Pós Moderna.** - 20. ed- Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2021.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo, Martins Fontes, 2018.

MACIEL, D. NOTAS SOBRE REVOLUÇÃO PASSIVA E TRANSFORMISMO EM GRAMSCI. **História Revista** (UFG), GOIÂNIA, v. 11, n.2, p. 273-299, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**/uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader. – Petrópolis, RJ: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos** - São Paulo: Boitempo. 2010.

_____. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) - São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. - 2 ed. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017a

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista/ Karl Marx; tradução Rubens Enderle; edição de Friedrich Engels. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sindicalismo**. - São Paulo: CHED, 1980.

_____. **Manifesto Comunista**. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Leandro Alysson. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. “A democracia na encruzilhada”. **Por que gritamos golpe?** [recurso eletrônico] : para entender o impeachment e a crise política no Brasil. In Jinkings, Ivana (org.). 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016, p.29-33.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2001.p. 7-80 Disponível em: <
http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf >. Acesso em: 13 abril de 2022.

MORAIS, J.S.R. O conceito de subjetividade no sistema de Hegel: a subjetividade animal na natureza e a passagem para a alma na Filosofia do Espírito. **PROBLEMATA: REVISTA INTERNACIONAL DE FILOSOFIA**, v. 11, p. 108-133, 2020.

MOTA, Ana E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo : Cortez, 1995.

NERI, Marcelo. C. **A nova classe média**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2008

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx** – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média** [recurso eletrônico] : capitalismo e estrutura social. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

PONTES, Reinaldo. A categoria de Mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. **Boletín Electrónico SURA** n° 31. Escuela Superior de Trabajo Social. Universidad Nacional de Costa Rica. Fevereiro, 1999.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

PLATT, A. D. **As Políticas da Nova Direita: Políticas Sociais Inclusivas e Políticas Econômicas Excludentes**. In: Seminário Nacional: Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2003, Cascavel, 2003.

SAES, D. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). **Contraponto**, n.2, 1978.

_____. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 28, p. 541-564, 2013

SOLANO, E. “**La Bolsonarización de Brasil**”. In: Documentos de Trabajo IELAT – N° 121, Abril, 2019.

SOUSA, Adrianycy Angélica Silva de. **Pós-modernidade: mistificação e ruptura da dimensão de totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo**. Recife: UFPE, 2004, 214 p. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPE). p.121-190.

SWEEZY, Paul Malor. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista**. 4. ed., Rio de Janeiro: ZAHAR Editores. 1976.

TONET, Ivo. “Qual política social para qual emancipação”. In: Revista **SER Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 279-295, jul.-dez./2015.